

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**O DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA-RS:
INSTALAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Bruna Lima

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**O DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA-RS:
INSTALAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS**

Bruna Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado**

**O DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA-RS: INSTALAÇÃO E
NOVAS PERSPECTIVAS**

elaborada por
Bruna Lima

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Diorge Alceno Kornrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Maria Medianeira Padoin, Dra. (Co-orientadora/UFSM)

Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, Dra. (UNISINOS-RS)

Moacir Bolzan, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 15 de janeiro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Elaborar agradecimentos para aqueles que contribuíram com a elaboração deste trabalho não é uma tarefa muito fácil. Isto porque não somente eu, mas muitas pessoas acabaram, sejam direta ou indiretamente se envolvendo com este trabalho.

Entre elas gostaria de destacar e agradecer especialmente ao orientador, Diorge Alceno Konrad e a co-orientadora Maria Medianeira Padoin, primeiro por aceitarem orientar este trabalho e depois por fazer isto com todo carinho e dedicação. Agradeço também aos professores que aceitaram participar da banca de defesa, Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos e Moacir Bolzan e também a professora Beatriz Ana Loner que participou do Exame de Qualificação e o professor Pedro Cezar Dutra Fonseca, que fez observações importantes sobre o trabalho.

Além dos professores agradeço principalmente as amigas e colegas Diosen Marin e Monica Rossato, que desde a Graduação viemos dividindo trabalhos, alegrias, tristezas, expectativas, frustrações e todos os sentimentos que envolveram a construção deste trabalho. Obrigada meninas, sem vocês esta trajetória seria muito mais difícil! Agradeço também Angélica, que além de ser secretária do Programa de Pós-Graduação em História também foi uma grande amiga!

Outra amiga que não posso deixar de mencionar é a Marcieli Jakoby, que considero como uma quase irmã. Já estamos completando dez anos de amizade e seu apoio é sempre importante para mim.

Agradeço a minha família que sempre me apoia em minhas decisões e já aproveito para pedir desculpas pelas minhas ausências e irritações, pois muitas vezes acabei descontando em vocês todo o meu cansaço, todas as minhas inseguranças e frustrações. Muito obrigada por estarem ao meu lado em mais esta etapa que se finaliza.

À minha irmã não tenho nem palavras, pois mesmo distante sempre estive muito presente em mim. Com seu retorno mesmo que temporário minhas alegrias aumentaram, principalmente com a sua gravidez e a chegada do meu primeiro afilhado, Arthur! Ele nasceu junto com este trabalho e já está trazendo muitas felicidades para toda a nossa família.

Também te agradeço pela força que me deu com as transcrições das entrevistas. Sem você não teria conseguido! Aproveito também para agradecer aquelas pessoas que dispuseram parte de seu tempo para conceder seus depoimentos: Odilo Pedro Marion, Leonardo K. Veiga, Carlos Alberto Robinson, Cezar Augusto Schirmer, Sérgio Roberto Cechin e Luiz Mário

Alejarra Coelho. Além de todos estes, agradeço aqueles que de certa forma estiveram me apoiando, mesmo que não tenham tido seus nomes citados.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Mestrado em História
Universidade Federal de Santa Maria

O DISTRITO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA-RS: INSTALAÇÃO E NOVAS PERSPECTIVAS

Autora: Bruna Lima
Orientador: Diorge Alceno Konrad
Co-orientadora: Maria Medianeira Padoin
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2014.

A ideia de criação de um Distrito Industrial de Santa Maria teve origem em meados da década de 1960 como uma possibilidade de solução para o problema de industrialização e trabalho da cidade. Sua criação também estava em conformidade com a busca de crescimento acelerado da economia, vivenciado pela Ditadura Civil-Militar pela qual passava País, durante o final da década de 1960 e início da década de 1970 e com a política de disseminação de áreas industriais no Rio Grande do Sul. A partir desse contexto, procura-se compreender como ocorreu a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria e quais são os principais problemas apresentados por ele atualmente, tendo em vista que a cidade ainda não atingiu o nível de industrialização esperado. As alternativas que visaram reverter esta situação também foram alvo de estudo. Para isto, além de referências bibliográficas, foram utilizadas, para a elaboração deste trabalho, documentos como o Anteprojeto e o Estudo de Viabilidade do Distrito Industrial de Santa Maria, o Plano Diretor da cidade, os Relatórios das Comissões que visavam a formular subsídios para efetivação dos Distritos Industriais no Rio Grande do Sul, além de fontes orais e outros materiais que complementaram a pesquisa. Esta dissertação insere-se na Linha de Pesquisa “Migrações e Trabalho”, do curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, que contou com financiamento da CAPES.

Palavras-chave: Industrialização; Desenvolvimento; Trabalho; Distrito Industrial de Santa Maria.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Masters in History
Federal University of Santa Maria

INDUSTRIAL DISTRICT OF SANTA MARIA-RS: INSTALLATION AND NEW PERSPECTIVES

Author: Bruna Lima
Advisor: Diorge Alceno Konrad
Date and Place of Defense: Santa Maria, January 15th, 2014

The idea of creating an industrial district of Santa Maria originated in the mid -1960s as a possible solution to the problem of industrialization and labour of the city. Its creation was also in line with the pursuit of accelerated economic growth, experienced by the Civil-Military Dictatorship by which spent Country, during the late 1960s and early 1970s and the policy of dissemination of industrial areas in Rio Grande do Sul. In this context, we seek to understand how the installation of the Industrial District of Santa Maria occurred and what are the main problems for him now, considering that the city still has not reached the expected level of industrialization. The alternatives that aimed to reverse this situation were also the target of study. For this, besides references were used for the preparation of this work, documents like the Bill and Feasibility Study of the Industrial District of Santa Maria, the Master Plan of the city, Reports of committees aimed to make allowances for the execution of Industrial districts in Rio Grande do Sul, as well as oral sources and other materials that complemented the research. This dissertation is part of the Research Line "Migration and Labour", the Master course in History of Post -Graduate in History of the Federal University of Santa Maria that received funding from CAPES.

Keywords: Industrialization; Development; Labour, Industrial District of Santa Maria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxograma Quantitativo.....	51
Figura 2 - Localização Geográfica de Santa Maria.....	64
Figura 3 - Mapa do Rio Grande do Sul com destaque para as Linhas Férreas e Rodoviárias.....	65
Figura 4 - Distância de Santa Maria para outros Centros, em km.....	65
Figura 5 - Infraestrutura – Disponibilidade de Infraestrutura na Área do Distrito Industrial.....	86
Figura 6 - Infraestrutura – Disponibilidade de Comunicações em Santa Maria.....	87
Figura 7 - Infraestrutura – Rede Rodoviária, Rede Ferroviária e Rede Hidroviária.....	88
Figura 8 - Infraestrutura – Alternativas Várias para o Distrito Industrial.....	89
Figura 9 - Infraestrutura – Mapa Geológico e Geotécnico da Área.....	90
Figura 10 - Infraestrutura – Urbanismo.....	91
Figura 11 - Primeiro Pavilhão da AGRIMEC.....	100
Figura 12 - Composição do PIB (%) e Crescimento Anual Médio de Santa Maria em Comparação com o Rio Grande do Sul.....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área de Abrangência da Pesquisa.....	60
Tabela 2 - Evolução Populacional de Santa Maria.....	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução do PIB na cidade de Santa Maria, desde o ano de 1949 até 2010 nos setores: Agropecuária, Indústria e Serviços.....	103
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

AHMSM - Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

CACISM - Câmara do Comércio e Indústria de Santa Maria.

CDEI - Clube de Dirigentes de Empresas Industriais de Santa Maria.

CDI - Comissão Especial dos Distritos Industriais.

CECAIPRG - Comissão Especial Coordenadora da Área Industrial do Porto de Rio Grande.

CEDIC - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina.

CEPEDI - Comissão Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais.

CODESMA - Comissão de Desenvolvimento Econômico de Santa Maria.

CTISM - Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.

DSN - Doutrina de Segurança Nacional.

ESG - Escola Superior de Guerra.

FEB - Força Expedicionária Brasileira.

FEE - Fundação de Economia e Estatística.

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

PL - Partido Libertador.

PSD - Partido Social-Democrático.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento.

UDN - União Democrática Nacional.

VFRGS - Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS BRASILEIRAS E A CRIAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS NO RIO GRANDE DO SUL	23
1.1. Um Pouco de Política Econômica Brasileira: a Ideia Desenvolvimentista que Ultrapassa Décadas de História.....	24
1.2. Distritos e Áreas Industriais: uma Tentativa de Fortalecimento e Expansão da Indústria Gaúcha, a Partir do Final da Década de 1960.....	43
2. SANTA MARIA E O SEU DISTRITO INDUSTRIAL	64
2.1. A Primeira Proposta de Criação do Distrito Industrial de Santa Maria como uma das Fases da sua Etapa de Instalação.....	82
2.2. O Distrito Industrial em Sua Nova Área: a Segunda Fase da Sua Etapa de Instalação.....	94
2.3. A Instalação das Primeiras Indústrias no Distrito Industrial de Santa Maria e o Início de sua Expansão.....	98
2.4. A Retomada: os Problemas e as Perspectivas Atuais para o Distrito Industrial de Santa Maria e as Suas Implicações para o Mundo do Trabalho.....	104
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de dissertação apresenta como objeto de pesquisa o Distrito Industrial de Santa Maria, cidade localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Este estudo refere-se não apenas a como ocorreu o seu processo de instalação, mas também a algumas das principais problemáticas referentes a sua efetivação, desde o período em que o mesmo foi pensado, no final da década de 1960, até a atualidade. Estas problemáticas referem-se, principalmente, a uma tentativa de compreensão de quais seriam os motivos que não teriam permitido que o Distrito Industrial de Santa Maria atingisse todas as expectativas que nele foram depositadas.

A delimitação temporal adotada, de 1968 até a atualidade, justifica-se pela necessidade e pelos rumos que a mesma foi tomando no decorrer da pesquisa. Dos trinta e oito anos que este trabalho se delimitou, foram abordadas algumas questões pontuais que serviram para a compreensão de como teria ocorrido o seu processo de instalação e, ainda, as que serviram para a identificação dos problemas que envolvem o setor industrial de Santa Maria.

Não é natural nem imediato que através da criação de um Distrito Industrial uma determinada cidade ou região irá crescer economicamente. Caso isso fosse uma certeza, várias cidades já teriam feito este experimento, ou algo ao menos parecido, tendo em vista que a atração de uma ou outra indústria é muitas vezes concebida como se não a única, a principal solução para os problemas sociais e estruturais comuns em municípios que se encontram em fase de expansão.

Em Santa Maria, isso não foi muito diferente, pois também se acreditou que a indústria poderia transformar a cidade em um município industrial, por inúmeras razões que logo devem ser explicitadas. Porém, passados trinta e oito anos da criação de um Distrito Industrial, ainda se escuta o discurso de que “Santa Maria é uma cidade que não tem indústrias” ou que “Santa Maria é uma cidade que não tem vocação industrial”. Mesmo não sendo direta a relação entre Distrito industrial e industrialização, este tipo de discurso motivou a tentativa de buscar respostas para entender como uma cidade como Santa Maria, mesmo depois da criação do seu Distrito Industrial ainda reproduz este tipo de discurso.

Ao estudar como ocorreu a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, a partir de suas problemáticas do presente, há uma aproximação com a Linha de Pesquisa de “Migrações e Trabalho” do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria, na qual esta pesquisa encontra-se vinculada, inclusive com financiamento CAPES.

Este vínculo se dá pela ampliação que a terminologia “mundos do trabalho” vem ganhando, não se restringindo apenas a estudos relacionados a aspectos políticos da formação da classe trabalhadora, no sentido mais amplo, mas também a outras questões que também compõem o “mundo do trabalho”, entre elas, o próprio “local ou espaço de trabalho”, que neste caso é representado pelo Distrito Industrial de Santa Maria.

Além disso, de forma geral, a instalação de um Distrito Industrial em uma determinada cidade também produz alterações na sua estrutura social. Estas se referem não só a uma expansão industrial, mas também a reorganização do espaço urbano, tendo em vista uma possível ocorrência de processos migratórios.

A esta expansão e reorganização acrescentam-se novas demandas sociais, tendo em vista que este novo local de trabalho, a partir do momento em que se consolida, atraindo indústrias, passa a necessitar, conseqüentemente, de um número maior de trabalhadores. Além disso, a viabilização deste espaço passa ainda por inúmeras questões que não se resumem somente a aspectos econômicos, mas também a questões políticas e também sociais, proporcionais a resposta que o Distrito Industrial é capaz de fornecer.

Reflexões deste tipo, que ampliam as possibilidades de pesquisa, dentro da temática “Mundos do Trabalho” também foram feitas, de certa forma por Cláudio Batalha. Isso porque, para o autor, o “processo de afirmação e fortalecimento da história do trabalho passa pela capacidade que seus pesquisadores precisam adquirir para detectar as falhas, as deficiências e as insuficiências nos procedimentos e abordagens empregados” (2006, p. 91).

Além disso, o trabalho aqui apresentado também segue uma tendência atual, com relação aos limites cronológicos destacados por este mesmo autor, pois os “historiadores têm trabalhado com períodos cada vez mais contemporâneos. Tornaram-se usuais, nesse sentido, trabalhos sobre o Brasil que chegam aos anos de 1980 e até mesmo 1990” (BATALHA, 2006, p. 90).

Sobre os trabalhos que envolvem questões relacionadas a temas como industrialização brasileira, existe um significativo número de obras, inclusive sobre “desenvolvimento econômico e industrial”. Nestes estudos, frequentemente, os autores fazem referência a região Sudeste do Brasil, onde o surto industrial foi mais intenso se comparado proporcionalmente a outras regiões, como a Sul, por exemplo.

Com relação a esta historiografia, Angela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira situaram dois momentos importantes relativos às publicações sobre industrialização no Brasil. Segundo as autoras, ocorreu uma significativa mudança de pensamento no que se refere às publicações produzidas entre as décadas de 1950 e 1960 em

relação ao período posterior a década de 1970. Isso ocorreu, pois durante o primeiro período havia uma forte influência do pensamento Cepalino. Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), “tinha por objetivo produzir análises próprias que permitissem um melhor entendimento da problemática latino-americana, em substituição aos modelos teóricos dominantes desenvolvidos a partir da realidade histórica de outros países” (1988, p. 4).

Já no período posterior, a partir da década de 1970, mais precisamente no final da década de 1960, teria ocorrido uma crise desse “modelo desenvolvimentista cepalino [...], decorrente do fato de a industrialização brasileira não ter correspondido às expectativas” (GOMES; FERREIRA, 1988, p. 6). Com isso, e sem descartar as anteriores, foram elaboradas novas interpretações a respeito da industrialização brasileira, contrariando em muitos aspectos as anteriores.

No que se refere ao entendimento sobre os processos de industrialização do Rio Grande do Sul, especialmente vinculados ao pensamento desenvolvimentista, esta produção não tem a mesma densidade. A Fundação de Economia e Estatística (FEE) produz um significativo número de pesquisas e análises sobre a economia do estado, sendo que, dentro disso, podem ser encontrados bons materiais que fornecem dados estatísticos e reflexões sobre a indústria no Rio Grande do Sul, principalmente durante esta segunda metade do século XX.

Além disso, os trabalhos da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, que mesmo direcionando sua pesquisa para outro período, pensou a industrialização do Rio Grande do Sul de forma não isolada das demais regiões do País e, ao mesmo tempo, não tomou a região Sudeste (Eixo Rio-São Paulo) como o padrão nacional, sabendo identificar as especificidades relacionadas a indústria gaúcha. Além disso, Pesavento (1997) também trouxe referências importantes em relação à origem e à organização das primeiras indústrias rio-grandenses, que contribuíram para a elaboração da segunda parte do primeiro capítulo.

Uma bibliografia que contemple partes do que seria uma história empresarial também precisa ser acrescida, para poder compreender de melhor forma, não só as aspirações, como, também, as articulações e relações estabelecidas entre o empresariado e entre este e o poder público. Esta menção aos empresários se faz, justamente, por se compreender que no mundo que envolve o trabalho e as relações políticas, eles também estão inseridos.

Neste caso é possível de se destacar o trabalho elaborado por Padoin (1992), que foi referência para a elaboração desta dissertação, bem como Trevisan (1986) e Eulália L. Lobo (1997). Este último, principalmente, servindo para se conhecer os principais aspectos que

envolvem o estudo de uma história empresarial e como ocorreu a inserção destas pesquisas no Brasil, bem como a forma como elas vêm se desenvolvendo.

Ao iniciar os estudos sobre temas que de certa forma não deixam de envolver a “história econômica”, percebeu-se que é pequeno o número de trabalhos de historiadores que se dedicam a estes estudos, principalmente a partir do século XX. Temas como a industrialização e o desenvolvimento ainda são pouco elaborados por historiadores, sendo que a maioria das obras que contemplam estas temáticas são escritas por estudiosos que se dedicam a área de Economia. Esta constatação também foi observada no trabalho de João Fragoso e Manolo Florentino (1997, p. 35), ao observar que hoje se produz “um número cada vez menor de trabalhos vinculados as conjunturas econômicas, e que esta tendência, longe de ser localizada, é mundial”.

A escolha por esta temática também pode ser justificada porque se percebeu que o Distrito Industrial de Santa Maria e as questões relacionadas a ele parecem ter despertado pouco interesse. Observou-se que a maioria dos pesquisadores que estudam temas vinculados a Santa Maria acabam se detendo aos períodos de fundação e de formação inicial da cidade, chegando as suas pesquisas, no máximo, até a primeira metade do século XX. Aspectos da História mais recente envolvendo Santa Maria são pouco lembrados¹. Este número se reduz ainda mais se for pensado em industrialização de Santa Maria, o que acentua a necessidade da busca por outros tipos de fontes que possam agregar mais conteúdo para esta pesquisa.

No que se refere a aspectos relativos à industrialização e ao Distrito Industrial de Santa Maria, de forma mais específica, registram-se poucos trabalhos, entre eles o de Maria Medianeira Padoin (1992). Em sua dissertação de mestrado, a autora se ocupou em estudar o empresariado comercial de Santa Maria e sua constituição enquanto classe através da Câmara do Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM). Nesse estudo, a autora elencou elementos que contribuíram para esta constituição enquanto classe, sendo que um desses elementos seria a possível industrialização de Santa Maria, propiciada pelo Distrito Industrial, o que poderia ser considerado um “ato inovador” em nível de discurso.

Este trabalho possibilita outras pesquisas, ao afirmar que o Distrito Industrial de Santa Maria foi um ato mal sucedido (PADOIN, 1992). Estas outras possibilidades referem-se,

¹ Essa afirmativa pode ser verificada a partir da leitura de uma das últimas publicações que refletiram especificamente sobre a História da cidade. No livro “*Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*”, organizado por Beatriz Teixeira Weber e José Iran Ribeiro, há inúmeros artigos que se delimitam a questões referentes aos períodos que se estendem até a primeira metade do século XX, porém, apenas um dos artigos publicados neste livro abordou questões relativas à segunda metade deste século. Na segunda publicação, “*Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes*”, organizada pelos mesmos autores, este número chega até a crescer, mas não representa a maioria dos trabalhos.

principalmente, a tentativa de elencar respostas que justifiquem e encontrem razões para este insucesso. Outro trabalho que também abordou questões relacionadas à indústria santamariense, e de forma mais simples, sobre o Distrito Industrial de Santa Maria, foi o de Cirilo Costa Beber (1998).

Este último trabalho é uma tentativa de compilação da História dos 200 anos de Santa Maria, sobre os mais variados aspectos, escritos, entre outras fontes, com base na memória do autor, que vivenciou parte da História da criação do Distrito Industrial de Santa Maria, quando o mesmo foi presidente da CACISM e diretor de uma comissão criada por ela, a qual tinha por finalidade fornecer subsídios para o desenvolvimento econômico da cidade. Esta comissão recebeu o nome de: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Santa Maria (CODESMA).

Mais recentemente, em 2011, o senhor Odilo Pedro Marion, um dos empresários e proprietário de uma das primeiras indústrias a se estabelecer no Distrito Industrial de Santa Maria, organizou sua autobiografia. Esta, evidentemente não tem o objetivo de elaborar um estudo sobre o Distrito Industrial, mas ao mesmo tempo, parte da trajetória pessoal deste empresário aparece vinculada a ele.

Neste trabalho, o autor contou um pouco de como foi o seu estabelecimento nessa área, ressaltando todas as dificuldades encontradas, e se colocando como “o primeiro invasor do Distrito Industrial” (MARION, 2011, p. 186). Além disso, este empresário também foi um dos grandes impulsionadores da criação de uma associação entre os empresários estabelecidos no Distrito Industrial, a “Associação Distrito Vivo”, que desempenha, entre outras funções, a de requerer investimentos do poder público na área do Distrito Industrial.

A respeito de distritos industriais, de forma mais geral, destacam-se o trabalho de Marisa dos Reis A. Botelho (1998), Paulo Fernandes Keller (2008) e o de Olímpio J. de Arroxelas Galvão (2000). Mesmo estes autores não sendo especificamente da área de História, se apresentam como referências importantes para construção deste trabalho, pois, além de apresentarem a viabilidade e os problemas vinculados a áreas industriais, contribuem para que se elaborem reflexões teóricas necessárias para o estudo do caso de Santa Maria.

Além disso, a troca de ideias com as outras áreas das Ciências Sociais e Humanas também abre possibilidades de uma interdisciplinaridade, demonstrando que o conhecimento não se constrói de forma estática e fragmentada.

Mais relacionado à História, a tese de Paulo Roberto Ribeiro Fontes (2002) também é uma referência importante, pois, ao destacar o Complexo Industrial da empresa Nitro Química, em Miguel Paulista, auxilia a compreender as transformações ocorridas naquela

cidade, possibilitando uma referência comparativa. Cabe ressaltar que ele teve como foco principal a análise do impacto que as migrações e a consequente urbanização influenciaram na formação da classe trabalhadora, o que se diferencia um pouco do que deve ser apresentado ao longo do texto, mas que de maneira alguma invalida a sua importância para a elaboração das reflexões contidas nesta dissertação. Sua pesquisa centrou-se, principalmente, entre as décadas de 1940 e 1960.

O estudo do processo que ocasionou a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria precisa se dar de forma integrada com o contexto no qual ele estava inserido para se poder de fato significar o motivo pelo qual se propõe este trabalho. Pensado por esta perspectiva, pode-se situar parte da discussão referente à industrialização como pertinente. Isso ocorre porque este fenômeno aparece como sendo uma solução para os problemas não só econômicos, como também para aqueles de cunho social, tal como já foi mencionado. Por isso, este trabalho tende a investigar como este pensamento, que trazia na indústria o progresso e a solução para parte dos problemas do Brasil, encontra-se refletida nas políticas econômicas de cada período.

Nesse sentido, a compreensão do contexto que envolveu a formação social brasileira deve ser utilizada, pois pode auxiliar no entendimento de como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial em Santa Maria, de maneira a observar como ele não se configurou como uma ação isolada. Pelo contrário, ele estava inserido dentro de uma lógica e desempenhava uma determinada função para o contexto no qual estava vinculado. Desta forma, mesmo este Distrito representando um fenômeno aparentemente tão micro, ao relacioná-lo com aspectos mais gerais do contexto no qual ele estava vinculado, pode-se vir a compreender uma parte da História de Santa Maria e do País que, até então, ainda foi tão pouco explorada, principalmente pelos historiadores.

Durante a execução desta pesquisa, foram encontrados alguns estudos que envolveram outras áreas industriais ou agroindustriais no Brasil². Com isto, o motivo pelo qual um trabalho com esta perspectiva ainda não havia sido elaborado para o caso de Santa Maria começou a ser questionado. Parte introdutória desta discussão já pode ser encontrada na última parte do primeiro capítulo, quando o Distrito Industrial de Santa Maria aparece situado dentro de uma ideia que pretendia fortalecer a indústria gaúcha.

Porém, é interessante destacar que não foi somente uma política de disseminação de áreas industriais no Rio Grande do Sul que pode ter oportunizado a criação do Distrito Industrial de Santa Maria. Isso porque, como Santa Maria não era considerada como uma área

² Destaque para o trabalho de Adriana Souza do Nascimento (2011), sobre o Distrito Agroindustrial de Anápolis.

prioritária para determinado fim, era necessário que o próprio município encaminhasse uma solicitação para o Governo do Estado, demonstrando o interesse em se criar uma área industrial³. Este é um dado interessante, pois demonstra que ideias relacionadas ao desenvolvimentismo também se faziam presentes na cidade. Além disso, este aspecto contribui também para relativizar aquilo que muito se reproduz e que foi destacado nas primeiras paginas deste texto: “Santa Maria é uma cidade que não tem vocação industrial”.

Desta forma, na intenção de contribuir com a construção do conhecimento, direcionado para o eixo que compreende o mundo do trabalho, se passa agora ao desenvolvimento de uma interpretação mais focada no contexto e nas políticas econômicas correspondentes a cada período. Somente depois disso poderá se ter os elementos necessários para compreender como o Rio Grande do Sul e Santa Maria se inseriram nele, através do seu Distrito Industrial.

A todas estas questões soma-se, ainda, a relevância que este trabalho apresenta para o contexto atual da cidade, na medida em que é possível de se refletir a respeito de ações de cunho político. Isso ocorre porque o Distrito Industrial, a partir de 2009, voltou a ser pauta de discussões, pois foi municipalizado, ou seja, a Prefeitura Municipal de Santa Maria, não mais o Governo do Estado, passou a ser responsável pela manutenção do mesmo.

Além da municipalização, precisa-se destacar também o significativo crescimento populacional em seu entorno. Este crescimento não ocorreu apenas por conta do Distrito Industrial, pois a cidade cresceu como um todo e o mesmo ainda não consegue até hoje absorver de forma direta, em seus postos de trabalho, toda a população que reside nas suas proximidades. No entanto, sabe-se que este crescimento populacional representa um fator bastante interessante, principalmente no que se refere ao contingente de mão-de-obra disponível e os níveis salariais.

Estas problemáticas que envolvem o presente são, sem dúvida, o que deve instigar o pesquisador, pois caso isso não ocorra, não haveria uma função para determinada pesquisa. O presente deve ser, portanto, o elemento que provoca a reflexão sobre o passado que envolveu o Distrito Industrial de Santa Maria de forma a conseguir significá-lo.

Neste sentido, seguindo esta perspectiva, evidencia-se novamente que a proposta deste trabalho surgiu não só em função de uma identificação com o tema, mas também porque Santa Maria carrega, até hoje, o estereótipo de ser uma cidade que não possui indústrias, que dispõe de um setor de serviços que foi beneficiado não só pela existência da Viação Férrea do

³ As áreas que tinham uma maior emergência, e por isso tinham uma prioridade maior em relação a Santa Maria, eram o Polo Petroquímico e o Distrito Industrial de Rio Grande.

Rio Grande do Sul e de um elevado número de Organizações Militares, como também pela Universidade Federal de Santa Maria. Com isso, se reforça o discurso de que os setores relacionados à indústria não tiveram uma significativa representatividade econômica.

No entanto, nos perguntamos: por que a instalação de um Distrito Industrial, justamente nesta cidade que supostamente não teria uma “vocação industrial” e que aparentemente apresentava outras possibilidades que não a indústria? Como a ideia de criação do Distrito Industrial esteve relacionada com o contexto de crescimento econômico e com as políticas econômicas empreendidas durante este período? Quais seriam os principais objetivos de se criar um Distrito Industrial? Como ocorreu essa instalação em Santa Maria? O que o Distrito Industrial representa atualmente e quais são as perspectivas para ele? Foram alguns destes questionamentos que provocaram e motivaram a reflexão e o direcionamento desta pesquisa em torno do Distrito Industrial de Santa Maria.

De forma sistemática, este trabalho foi organizado em dois capítulos. No primeiro, se procurou dar conta dos principais aspectos relacionados ao processo de industrialização do Brasil, desde a década de 1930, quando não se iniciou, mas se intensificou este processo, por conta, principalmente, de um cenário internacional, no qual o Brasil estava inserido e passou a experimentar outra forma de orientação econômica. Isto porque, este trabalho se propôs a entender não apenas como se deu o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria de forma isolada. Ou seja, pretendeu-se dar significado a parte da História local, sem desconectá-la de um contexto mais geral.

Esta proposta de estudo, que retoma parte da formação histórica do País apresenta-se como necessária para que se possa compreender como que se chegou até as ideias de criação de distritos industriais. Esta proposição de trabalho, também, ajuda a compreender a crítica elaborada por Trevisan (1986), referente à parte da historiografia brasileira que se dedicou aos estudos relacionados à história econômica e tendo apontado o Brasil como um país que teve seu desenvolvimento em moldes capitalista de forma tardia e dependente. No entanto, esquecem que, mesmo quando fornecia produtos primários para outros países, já se encontrava incluído dentro deste “sistema” capitalista, com uma função específica.

Na primeira parte deste primeiro capítulo, foram utilizadas principalmente referências bibliográficas, tanto da História, quanto da Economia, a fim de, portanto, compreender como as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo perpassam séculos de História e acabam ganhando ainda mais forças em governos ditatoriais. Na segunda parte do primeiro capítulo, utilizou-se, quase que hegemonicamente, fontes documentais.

Estas fontes dizem respeito, principalmente, aos relatórios que foram elaborados pelas comissões legislativas e executivas estaduais, as quais, além de fornecer subsídios para se pensar em políticas de industrialização para o Rio Grande do Sul, apontavam diretrizes e elementos para a efetivação de políticas relacionadas a disseminação dos distritos industriais no Rio Grande do Sul. Durante este período, industrialização era quase que sinônimo de distrito industrial. Os relatórios utilizados foram tanto produzidos pela Assembleia Legislativa, através da Comissão Especial para os Distritos Industriais, quanto pelo Poder Executivo Estadual, através dos relatórios produzidos pela Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC).

Estes relatórios remetem ao Estado, pois o Distrito Industrial de Santa Maria era inicialmente vinculado a ele, lembrando que, este somente veio a ser municipalizado em 2009. A documentação destas Comissões foi encontrada no Acervo do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na Biblioteca Borges de Medeiros e, também, na Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística, em Porto Alegre. Hoje, alguns destes materiais já podem ser encontrados digitalizados, nas páginas eletrônicas das instituições acima mencionadas.

O segundo capítulo desta dissertação tratou quase que exclusivamente do caso específico do Distrito Industrial de Santa Maria. Para isso, além dos documentos já mencionados, o Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria e o Plano Diretor da cidade também foram utilizados. Estes materiais foram encontrados, respectivamente, na Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e no Instituto de Planejamento de Santa Maria. Estes documentos ajudam a identificar como foi pensada a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria. Através deles, foram observadas questões relacionadas à localização e à infraestrutura, bem como o que se refere aos custos e de onde deveriam vir os provimentos para sua execução.

Destaca-se também, neste capítulo, a utilização de fontes orais. Entre os entrevistados estão: o senhor Carlos Alberto Robinson, atual Secretário do Instituto de Planejamento de Santa Maria. Na época, em que estava se pensando a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, ele era presidente de uma Comissão da Câmara Municipal de Vereadores que visava contribuir com a construção do mesmo.

O atual prefeito de Santa Maria, Cezar Augusto Schirmer, também concedeu seu depoimento, tendo em vista, que ele foi o vice-presidente da comissão na qual o senhor Carlos Alberto Robinson presidiu e, depois disso, em 1974, foi deputado estadual, sendo que, alguns de seus discursos indicam certa preocupação com a indústria de Santa Maria e o Distrito

Industrial. Seu depoimento também serviu para apontar o que a Prefeitura tem feito atualmente em prol do Distrito Industrial e quais as propostas e expectativas que estão sendo debatidas em relação a ele.

Os empresários, Leonardo K. Veiga e Odilo Pedro Marion, também concederam depoimentos. O primeiro, é o atual presidente da Associação Distrito Vivo; o segundo, foi um dos primeiros empresários a instalar sua indústria no Distrito Industrial, além de ser um dos principais idealizadores e presidente por vários anos da Associação Distrito Vivo, tal como já fora mencionado anteriormente.

Sérgio Roberto Cechin, atualmente vereador em Santa Maria também forneceu seu depoimento. Ele trabalhou na época de criação do Distrito Industrial, como secretário da CEDIC em Santa Maria. A CEDIC tinha um escritório dentro do Distrito Industrial, na qual ele era o engenheiro responsável por executar as principais ações dentro da área, desde verificar quais as indústrias seriam viáveis para se instalar no local, bem como elaborar relatórios sobre as atividades que pudessem servir de subsídios para a discussão de quais seriam e como estavam sendo efetivadas as políticas de industrialização no estado, além de orientar aqueles que queriam ali se instalar.

Também concedeu depoimento oral o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Maria, o senhor Luiz Mário Alejarra Coelho. Ele foi escolhido, tendo em vista que a indústria metalúrgica é uma das que se encontra em maior número no Distrito Industrial, assim como a indústria de produtos alimentícios. O objetivo principal que se esperava de seu depoimento seria verificar como que os trabalhadores percebem o Distrito Industrial de Santa Maria, sob os mais variados aspectos.

Os depoimentos orais tomados como fontes apresentam singular importância para trabalhos dedicados a história do tempo presente. Através dos testemunhos, é possível de se chegar a interpretações que não seriam possibilitadas através de outros documentos. Porém, como qualquer outra fonte, os depoimentos devem ser analisados com bastante cautela, pois os mesmos muitas vezes podem ser readaptados em função da posição que o testemunho assume no presente.

Esta questão foi trabalhada no texto de Ângela Annunziato, demonstrando como um depoimento da mesma pessoa, sobre o mesmo fato, pode ser alterado em função da posição que a mesma ocupa no momento da entrevista. Ou seja, “a construção histórica é seletiva e os critérios de seleção dependem do presente. Este determina o que merece ser ‘enxergado’ no passado [...]. Ou seja, a história ‘modifica-se’ em função dos interesses do presente” (2007, p. 146). Isso, de forma alguma, invalida os depoimentos, apenas os colocam como fontes e,

assim, como todo o tipo de fonte, apresentam certos limites que devem ser conhecidos e levados em consideração pelo pesquisador.

Cabe ressaltar, também a respeito das entrevistas, que elas foram elaboradas de forma específica para cada um dos testemunhos, de acordo com o que se julgou que os mesmos poderiam contribuir com a pesquisa. As entrevistas foram semiestruturadas, depois transcritas e reencaminhadas para os testemunhos, para que eles pudessem autorizar o uso de seu depoimento neste trabalho.

Outro tipo de fonte que foi utilizada na construção deste trabalho foi notícias publicadas pelo jornal de circulação local, *A Razão*. Com relação às fontes jornalísticas, é importante destacar a necessidade de alguns cuidados específicos. Isso ocorre porque não se pode considerar como verdade, tudo o que é exposto pelo jornal, pois as notícias veiculadas por estes meios de comunicação tendem a se aproximar de interesses específicos da classe social hegemônica.

Os jornais estão disponíveis no Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Estes foram utilizados, principalmente, para buscar o que estava acontecendo na cidade e como o Distrito Industrial era apresentado. Tanto que, um número muito pequeno de informações extraídas dele foi inserido diretamente no texto.

Também se utilizou os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Apesar de eles terem servido indiretamente para a elaboração do trabalho, muito pouco deles foi citado de forma direta. Isso aponta ainda para a utilização de um grande leque de fontes que entrelaçadas deram forma a este trabalho.

A fim de produzir uma interpretação clara acerca de como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, o texto do segundo capítulo foi fragmentado em quatro partes, sendo que as três primeiras foram divididas em três etapas: a primeira, de instalação, que se consolida em 1975; a segunda etapa refere-se à expansão industrial, ressaltando, no entanto, a inércia das autoridades em relação aos investimentos no Distrito Industrial e; a terceira etapa, a qual se refere ao que pode ser uma retomada, iniciada em 2009, com a municipalização do Distrito Industrial, chegando até a atualidade, 2013, com a criação do Tecnoparque.

Também permeiam o segundo capítulo a opinião dos testemunhos a respeito dos avanços e dos limites que o Distrito Industrial de Santa Maria apresenta atualmente. Estas reflexões contribuem para refletir a forma como o Distrito Industrial de Santa Maria orienta as preocupações daqueles que, de certa forma, estão mais diretamente vinculados a ele.

1. POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS BRASILEIRAS E A CRIAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAIS NO RIO GRANDE DO SUL

O estudo do processo que ocasionou a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria precisa se dar de forma integrada com o contexto no qual ele estava inserido para se poder, de fato, significar o motivo pelo qual se propõe este trabalho. Com relação à reflexão, não só dos próprios objetos, mas também de como relacioná-los a um todo mais abrangente, Jörn Rüsen auxilia com a seguinte consideração:

A competência especializada do historiador começa com o estudo da história, a fim de formar uma visão do conjunto (mediante uma série de objetos e métodos selecionados). Uma vez formada a noção do todo segue a especialização, que sem prévia situação no conjunto seria sem sentido. Em suma: a visão do conjunto é necessária ao trabalho especializado competente a cada tema. A teoria é o plano da ciência da história em que essa visão é adquirida (2010, p. 27).

Neste sentido, seguindo esta perspectiva, é que se optou por efetuar, antes de se chegar ao objeto em si, uma contextualização a respeito de como teria ocorrido o processo de industrialização do Brasil, a partir daquilo que já fora produzido não só por historiadores, como também por economistas, principalmente. A compreensão do contexto que envolveu a formação social brasileira deve ser utilizada, pois auxilia no entendimento de como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial em Santa Maria, de maneira a observar como ele não se configurou como uma ação isolada. Pelo contrário, ele estava inserido dentro de uma lógica e desempenhava uma determinada função para o contexto no qual estava inserido. Desta forma, mesmo este Distrito Industrial representando um fenômeno tão micro, ao relacioná-lo com aspectos mais gerais, pode-se vir a compreender uma parte da História de Santa Maria que até então foi pouco explorada pelos historiadores.

Desta forma, na intenção de contribuir com a construção do conhecimento, direcionado principalmente para o eixo que compreende o Mundo do Trabalho, se passa agora a elaboração de uma interpretação mais focada no contexto e nas políticas econômicas correspondentes a cada período da formação histórica brasileira, a partir do século XX. Com isso, pretende-se verificar como que as ideias relacionadas à industrialização, ao

desenvolvimento e ao crescimento econômico vêm perpassando a História do nosso País e, em especial, do Estado do Rio Grande do Sul.

Depois deste retrospecto, podem-se identificar elementos necessários para a compreensão de como o Rio Grande do Sul estava inserido no contexto de crescimento econômico do final da década de 1960, através da criação de distritos e áreas Industriais, mais especificamente. Estes, por sua vez, teriam uma função importante, não só economicamente, mas também cumpririam um papel significativo no sentido de demonstrar apoio as políticas empreendidas durante o período de Ditadura Civil-Militar Brasileira, iniciada com o Golpe de 1964.

1.1 Um Pouco de Política Econômica Brasileira: a Ideia Desenvolvimentista que Ultrapassa Décadas de História

Na tentativa de elaboração de uma síntese, sobre parte do processo histórico envolvendo a industrialização do Brasil e aquilo que se configuraria como um projeto desenvolvimentista foi preciso retornar a períodos anteriores e voltar os estudos para a década de 1930. Esta delimitação foi necessária, pois assinalou a fase na qual se buscou a “reordenação do sistema produtivo” (PESAVENTO, 1997, p. 104), através do processo de transição de um modelo econômico agrário-exportador para um urbano-industrial, mesmo que ainda dependente. Com esta iniciativa, o Brasil passaria a industrializar parte daquilo que produzia, de forma a não depender exclusivamente de um mercado externo, rompendo de certa maneira, com parte da lógica que lhe fora conferida desde o processo colonizador.

Essa mudança foi oportunizada tendo em vista o que estava ocorrendo no cenário mundial, pois foi justamente durante este período que o mundo passou a vivenciar os efeitos da crise deflagrada com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Sob efeito da crise, o Brasil se deparou com dificuldades, não só para encontrar mercado para os seus produtos, como também para importar o que necessitava. Diante desta situação adversa, o Governo Brasileiro precisou encontrar alternativas que revertissem parte dos efeitos da crise, sendo que uma delas foi a diversificação da economia, através do estímulo a produção de outros produtos agrícolas para a exportação, assim como a industrialização. Esta constatação foi esboçada por Sandra Jatahy Pesavento:

O novo governo teve de enfrentar, em caráter de emergência, os problemas que afetavam a economia brasileira. A crise do café não representava apenas uma

conjuntura de superprodução do principal produto do país. Revelava, fundamentalmente, a falência de todo um modelo de desenvolvimento do capitalismo baseado na agroexportação. A crise de 29, atingindo em cheio a economia brasileira, veio demonstrar a necessidade de reordenação do sistema produtivo nacional. Era preciso que se eliminasse a dependência quase que absoluta, de toda a economia do país, de um só produto de exportação. Isso não queria dizer que o café não merecesse mais atenção, pois continuava a ser o principal produto, sustentáculo do país. Entretanto, ao lado da continuidade de uma política de proteção ao café, o governo pós-30 teve de auxiliar também a produção das economias periféricas, também afetadas pela crise de 29 (1997, p. 104-105).

Com o incentivo e a difusão da indústria, o Brasil passaria a não depender exclusivamente do mercado externo, seja para exportar ou importar. A crise de 1929, de certa maneira, serviu como um sinal de alerta para o governo, no sentido de demonstrar o esgotamento que o modelo agrário-exportador representava frente a uma economia que passava a se configurar em um formato mais internacionalizado⁴.

No entanto, apesar do início de um processo de reordenação econômica, na qual a política de “substituição de importações” passava a ser incentivada, assim como a industrialização, esta política não se estendeu pelo Brasil de maneira uniforme. Isso porque houve uma maior concentração de incentivos para a industrialização na região Sudeste do País, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta constatação também foi apontada por Padoin:

Além do eixo central [Rio-São Paulo-Minas Gerais] ser beneficiado com a maior disponibilidade de capital para o investimento, acumulado previamente pelo café, a própria política econômica federal tinha suas atenções voltadas, primordialmente, para esta região; ficando o Rio Grande do Sul com o seu papel tradicional de economia subsidiária e complementar. O Rio Grande do Sul com suas empresas centradas predominantemente na transformação dos produtos agropecuários e produtos químicos simples, além de uma expressiva produção metalúrgica foi perdendo o seu espaço na participação do Produto Industrial do País (1992, p. 35-36).

Politicamente, pode-se considerar que até 1930 o Brasil era dominado hegemonicamente por uma burguesia agrária e cafeeira, mas que logo passou a perder parte de seu espaço a partir da crescente inserção de uma nova categoria de industriais na política brasileira. Cabe ressaltar, no entanto, que no Brasil esta transformação não ocorreu de forma tão imediata. Isso porque

não se deve negligenciar a presença da continuidade e da permanência. No país não ocorreu uma ruptura brusca que ensejasse tais transformações aos moldes clássicos

⁴ Estas discussões podem ser complementadas com a leitura do seguinte trabalho: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), jan./mar. 2003.

de revolução “burguesa” ou “social”. As mudanças deram-se sem alterar a estrutura fundiária, e a questão da propriedade foi mencionada apenas dentro de estreitos limites. As desigualdades regionais persistiram e até se aprofundaram (FONSECA, 2004, p. 25).

Uma das figuras políticas ícones, que simbolizou o fim da tradicional política, na qual as “oligarquias” de São Paulo e Minas Gerais se alternavam na presidência, e que passou a ganhar um significativo destaque no cenário nacional, foi Getúlio Vargas. Com a sua chegada a Presidência, aumentou as expectativas de uma maior representatividade não só do Rio Grande do Sul, como também de outros estados que se sentiam prejudicados com a forma como era organizada a política nesse período. No entanto, isso não ocorreu de maneira tão simples, pois a tradicional classe dominante não aceitou perder seu espaço e parte do poder político que exercia.

Em função disso, alguns autores se debruçaram em tentativas de explicações para a política brasileira no período que vai desde 1930 até 1964. Para muitos, este período foi considerado como uma fase na qual o chamado populismo ganhou destaque, porém há autores que refutam esta terminologia, em contraposição a um dos trabalhos clássicos de Francisco Corrêa Weffort (1978).

Em resumo, a análise de Weffort considerou que, a partir de 1930, o País passou por um processo de modernização, em que o cenário urbano começou a ganhar um maior destaque em relação ao rural. Com isso, a tradicional “oligarquia” passou a perder parte de seu espaço na política, ao passo que novos agentes oriundos desse espaço urbano vieram a ter uma inserção maior na política. Porém, esta “oligarquia” não aceitou perder este espaço. Por conta disto, um momento de tensão e disputa política se instalou e, de certa maneira, ficou sem uma definição, até pelo menos 1964. Ou seja, para este autor, o governo teria atendido as novas demandas sociais, ao mesmo tempo em que conciliava estas aos interesses das “oligarquias” tradicionais e dos novos grupos que passaram a ascender no poder.

Este momento de disputas pelo poder teria gerado uma espécie de “vazio”, pela ausência de uma hegemonia de classe no poder. Desta forma, o que passou a ocorrer, segundo o autor, foi um compromisso entre estes dois grupos sociais, em que a legitimação teria se dado através de um Executivo forte, caracterizado por um conciliador capaz de manipular a grande massa da população. Nesse sentido, Weffort (1978) identificou o populismo como um fenômeno político de massa, pautado por essa relação específica entre os indivíduos e o poder político, exercido através da figura de um líder carismático. Conforme destacou Weffort, “o

populismo é, no essencial, a exaltação do poder público: é o próprio Estado colocando-se através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (1978, p. 28).

Também é interessante de se observar no trabalho de Weffort (1978), a justificativa para a falta de autonomia dos trabalhadores. Para ele, a transição dos trabalhadores do campo para a cidade carregou uma tradição mais individualista e uma inexperiência de lutas em prol de direitos, o que de certa maneira facilitaria o trabalho do líder carismático na tarefa de manipular as massas.

Além de Weffort, Angela Maria de Castro Gomes (2005), Jorge Ferreira (2001) e Marcelo Badaró Mattos (2003) também são exemplos de autores que produziram trabalhos que procuraram analisar aspectos políticos referentes a este período. Resumidamente, estes autores apresentam discussões sobre populismo e de outros termos que pudessem melhor caracterizar este período, como por exemplo, a ideia de pacto trabalhista e trabalhismo. Além disso, eles também trouxeram discussões a respeito da autonomia e da suposta manipulação dos trabalhadores pelo líder carismático. Cabe ressaltar que as discussões a respeito destas terminologias não são a preocupação principal neste momento, por isso optou-se por apenas citar os autores como sendo referência para este estudo.

A respeito deste período, a tentativa de integração do centro do País com as áreas periféricas, proposta por Vargas e que carregava consigo, as ideias de nacionalismo também precisa ser destacada. Ou seja, a partir das ideias de criação de uma identidade nacional, estas regiões passariam a “conversar” entre si. A esta ideia de criar uma identidade nacional estava vinculada também a tentativa de difusão de um projeto de modernização econômica, que poderia de fato inserir o País no que poderia ser definido como uma nova ordem mundial, na qual os países industrializados estariam mais bem colocados, até este momento. Também através deste ideário de modernização e de progresso econômico, o Governo almejava uma forma de centralizar o poder, de forma a neutralizar o domínio que as “oligarquias” regionais mantinham.

Embora o Governo tenha conseguido “conciliar” os interesses entre industriais e a “oligarquia” agro-exportadora, crises contínuas, a partir de 1932, abalaram esta relação. Foi nesse momento que, segundo Dreifuss, “os industriais perceberam que precisavam de uma liderança forte para conseguir disciplinar o esforço nacional e para impor e administrar sacrifícios regionais e de classe apropriados para a consolidação da Sociedade industrial” (1987, p. 21). A consolidação desse modelo viria, portanto, através de uma reorganização, que se deu em 1937, com o Estado Novo.

Durante o Estado Novo, a centralização política se acentuou ainda mais, juntamente com a ideia de industrialização englobada em uma perspectiva modernizante, consolidando a intervenção do Estado na economia (PESAVENTO, 1997). Porém, no caso do Rio Grande do Sul, esta modernização com foco na indústria não ocorreu na mesma proporção que em outros estados, ou seja, “a instalação do Estado Novo não provocou alterações fundamentais na estrutura econômica do Estado. O Rio Grande continuou na sua posição tradicional de fornecedor de gêneros agropecuários para o mercado nacional” (PESAVENTO, 1997, p. 115).

Durante esse período, também merece destaque a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Após o conflito, alguns países saíram beneficiados no que se refere ao processo de crescimento industrial. O Brasil neste caso, de acordo com Pereira, foi um deles:

O decênio imediatamente após a guerra é portanto uma época de prosperidade econômica. Além dos saldos em divisas estrangeiras, que constituíram um estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro, na medida em que permitia a importação dos equipamentos que a indústria nacional tanto necessitara durante a guerra, a um preço baixo em cruzeiros, diversos outros fatores de maior importância sobre a economia brasileira e explicar essa prosperidade (1985, p. 39).

Isso foi possível porque, em função da deflagração do conflito mundial, o preço dos produtos primários subiu, permitindo que Brasil acumulasse reservas para negociar de melhor forma o pagamento da dívida externa que havia contraído com a falta de mercado para a exportação dos produtos primários, durante o período de recessão ocasionada pela crise de 1929. Com uma situação mais estável no que se refere às dívidas, o Governo Brasileiro, diante dos entraves colocados à importação, passou a incentivar a indústria, o que lentamente conduziu à retomada do crescimento. Também em relação a esse contexto, pode-se destacar que

o Estado foi gradativamente assumindo a responsabilidade pela produção de alguns insumos básicos, como parte do esforço de guerra ou movido por uma visão mais estratégica acerca do futuro desenvolvimento do País. Nos primeiros anos da década de 1940, foram sendo criadas as primeiras grandes empresas estatais brasileiras. Em 1940, assistiu-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em decorrência de acordo com os Estados Unidos. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais. Em 1943, foi a vez da Companhia Nacional de Álcalis, para a produção de soda e barrilha e da Fábrica Nacional de Motores. Por fim, em 1945, foi constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com vistas ao abastecimento de energia elétrica para o Nordeste do país. No entanto, boa parte das iniciativas governamentais mencionadas só teriam sua completa realização em períodos bem posteriores⁵.

⁵ Estas informações encontram-se disponíveis em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia>. Acessado em 10 de junho de 2013.

A indústria metalúrgica do Rio Grande do Sul também foi beneficiada com a II Guerra Mundial. Isso, de acordo com Pesavento (1997, p. 117), ocorreu porque a “necessidade de aparelhamento da FEB (Força Expedicionária Brasileira), por exemplo, levou a que a produção da indústria Eberle passasse a ser considerada de interesse militar-estratégico”.

Segundo Dreifuss (1987), foi durante o Estado Novo que o Brasil vivenciou o seu primeiro estágio da nacionalização formal da economia. Isso se deu, basicamente, com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como por exemplo, a mineração, o aço e o petróleo. No entanto, quando Eurico Gaspar Dutra assumiu a presidência, após o Estado Novo, passou a se ter um governo fortemente influenciado por empresários e uma diretriz econômica que favorecia a empresa privada.

Nesse momento, organizações estatais foram desativadas e a tendência para o nacionalismo de desenvolvimento estatizante acabou sendo abalado. Houve, a partir dali, a afirmação de um “novo padrão de acumulação capitalista baseado na indústria. O eixo da economia nacional passara definitivamente a centrar-se no processo de industrialização, mantendo-se, contudo, apoio ao setor agroexportador” (PESAVENTO, 1997, p. 121).

Com o retorno de Getúlio Vargas a Presidência, em 1951, passou-se a observar uma política nacionalista de desenvolvimento capitalista, apoiada por uma combinação de empresas industriais estatais e privadas. Essa política tinha uma diretriz que tentava combinar o crescimento econômico com a democracia social.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República, em 1956, o Brasil passou a ter uma política de cunho acentuadamente mais desenvolvimentista, resultando em uma mudança no modelo de acumulação. O principal compromisso deste governo, de acordo com Vânia Maria Losada Moreira era “acelerar as transformações e o crescimento econômico do ‘gigante adormecido’ para transformá-lo em uma nação próspera em todos os quadrantes de seu território e, sobretudo, para todos os seus habitantes” (2003, p. 157-158). Parte desta política estava expressa no Plano de Metas, executado entre os anos de 1956 e 1961. Ressalta-se que este plano tinha como base um padrão de desenvolvimento associado. Isso ocorria, pois:

esperava-se que o acesso à tecnologia e técnicas gerenciais estrangeiras, assim como à ajuda financeira transnacional, fosse a solução para o problema da falta de acumulação primitiva de capital e também um tratamento de choque para uma economia essencialmente agro-exportadora que sofria uma escassez relativa de maquinário, equipamento e *know how* (DREIFUSS, 1987, p. 34).

Este Plano ou Programa de Metas pautava-se, basicamente, em um conjunto de ações que visavam atingir o desenvolvimento econômico de vários setores, priorizando a dinamização do processo de industrialização do Brasil. Destacam-se como prioridades, nesse período, o investimento nos setores de transportes e energia, na indústria de base (bens de consumos duráveis e não duráveis) e na substituição de importações, incluindo a ascensão da indústria automobilística.

Nesse sentido, cabe destacar a aproximação do governo com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁶. A aproximação com este instituto ajudou a compor as principais ideias relacionadas à modernização e à industrialização do Brasil. Além disso, pode ser destacada que uma das principais preocupações do ISEB era “produzir e divulgar a chamada ‘ideologia do desenvolvimento nacional’” (MOREIRA, 2003, p. 163), tendo em vista a realidade brasileira.

No intuito de se alcançar os objetivos previstos no Plano de Metas, julgou-se como necessário a intervenção do Estado na economia, priorizando, como já foi mencionado, a entrada de capitais estrangeiros no País. Porém, a ideia de desenvolvimento nacional era disseminada com o intuito de conseguir apoio político, ou seja, “o eufemismo ‘desenvolvimento nacional’ definia o projeto de industrialização do ISEB e do governo JK, que era, no entanto, liberal, burguês, capitalista” (MOREIRA, 2003 p. 165). Ressalta-se que foi justamente durante esse período que o Brasil aprofundou sua situação de endividamento externo.

O desenvolvimento do setor industrial teve como foco principal a Região Sudeste do País. Justamente em função desta concentração industrial é que um grande número de migrantes buscaram melhores condições de vida nesta Região, principalmente oriundos do Nordeste do País. Esses migrantes, em geral, enfrentavam uma situação miserável, não só, mas, principalmente, em função das secas que tomavam conta da região nordestina.

Com relação a esse processo migratório, o trabalho elaborado por Paulo Roberto Ribeiro Fontes (2002) pode ser destacado. Ao estudar uma comunidade operária de São Miguel Paulista, entre os anos de 1945 e 1966, este autor contribuiu para a compreensão de como e porque um grande número de trabalhadores nordestinos “trocaram” a sua vida no

⁶ Conforme trabalho de Moreira, o ISEB era “uma instituição ligada ao Ministério da Educação e um dos principais centros de produção e difusão do ideário nacionalista durante a experiência democrática. O ISEB reunia intelectuais de prestígio como Roland Corbisier, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, entre outros. Era um centro ativo: publicava livros que marcaram época, realizava seminários em torno de temas pol micos e, sobretudo, funcionava como um espaço de socializa o entre políticos, intelectuais e estudantes. A institui o defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK” (2003, p. 162).

espaço rural por um trabalho na região paulista. Além disso, ele também demonstrou como a instalação de um complexo industrial, no caso a empresa Nitro Química, empresa de grande expressão nacional na época, foi capaz de alterar o cenário de uma cidade, não somente no que se refere a migração e ao aumento da população urbana, como também através das próprias relações de trabalho e suas consequentes implicações, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais e culturais⁷.

A prioridade dada pelo Governo ao desenvolvimento econômico do País recebeu apoio de importantes setores da Sociedade, incluindo os militares e os empresários. O acelerado processo de industrialização registrado no período, porém, não deixou de acarretar uma série de problemas de longo prazo para a economia brasileira. Ou seja, se por um lado o Plano de Metas teria alcançado os resultados esperados, por outro, foi o responsável pela consolidação de um capitalismo dependente que foi alvo de críticas.

O trabalho de Maria José Trevisan, por exemplo, de certa maneira criticou a ideia de um capitalismo dependente. A autora destacou que dentro do sistema capitalista no qual o País esteve inserido, o mesmo cumpriu uma determinada função que a ele foi designada. Este trabalho também expôs uma análise diferenciada, que aborda as questões relacionadas à indústria pelo viés do empresariado e que, de certa forma, soou como uma crítica aquilo que se configurou como “Estado de compromisso”. Segundo a autora, a utilização deste termo faz parecer que os industriais foram uma classe incapaz de definir um projeto de industrialização e que o Estado teria agido apenas como um árbitro, anulando a complexidade da relação existente entre ambos. A mesma autora também complementou sua análise destacando que foi durante esse período que as ideias que foram esboçadas durante a década de 1930 foram definitivamente efetivadas:

A transição iniciada em 1930 se completa em 1956, quando a renda do setor industrial supera a da agricultura e a entrada de capitais estrangeiros estimula enormemente a acumulação. Não identifica em 1956 um novo modelo de acumulação, mas a aceleração expressiva de uma acumulação implantada a partir de 1930 e em franca expansão a partir daí (1986, p. 25).

Até o início da década de 1960, pode-se considerar que o Brasil passou por um período de crescimento acelerado da economia. Porém, entre 1963 e 1967, o crescimento econômico brasileiro apresentou uma significativa redução. Em relação a este processo, os

⁷ Algumas destas ideias foram levadas em consideração no trabalho de STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo**: análise dos discursos de Vargas e JK. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

economistas Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio de Sá Earp teceram algumas reflexões. A primeira delas refere-se à existência de uma tese caracterizada como estruturalista, que tentou explicar o crescimento econômico industrial por “substituição das importações” como resposta a uma situação de desequilíbrio, oriunda ainda da grande depressão da década de 1930. Com isso, através desta tese, a queda do valor das exportações brasileiras teria reduzindo a capacidade de importar do País. Dessa forma, como a demanda de bens e serviços interna, que não havia sido afetada pela crise do setor exportador seria atendida?

Para solucionar esta questão, estes autores esboçaram três possibilidades: a primeira delas seria aumentar a oferta interna para uma maior utilização da capacidade produtiva já instalada; a segunda, se referiu ao aumento da oferta de bens e serviços relativamente independentes do setor externo e; a terceira, estaria relacionada à instalação de novas unidades produtivas a fim de promover a substituição da oferta de bens anteriormente eram exportados.

Somado a isso, a mão-de-obra passou a ser um problema nesse período, pois os setores mais dinâmicos da economia ainda não eram capazes de absorver o crescente número de população que se encontrava em idade de trabalhar, de forma que esta missão deveria ficar designada para a agricultura. Porém, para os autores, o problema passou a se instalar justamente aí, pois a estrutura fundiária brasileira não conseguia gerar aumentos de produtividade. Isso ocorria, principalmente, porque a remuneração do trabalhador rural era bastante reduzida, contribuindo para o agravamento da concentração de renda, o que por sua vez limitava o consumo dos produtos industrializados. Dessa maneira, “caso o setor agrícola pudesse absorver grande parte da população e sua produtividade agrícola fosse idêntica a do setor industrial, a renda resultante geraria uma demanda por produtos industriais que alavancaria o processo de crescimento econômico” (2003, p. 214).

Porém, como isso não ocorria, a continuidade do processo de industrialização passou a depender do aumento da renda urbana. Com isso, um percentual relativamente pequeno da população precisaria formar um mercado consumidor de produtos industriais mais sofisticados. O Estado, neste caso, deveria compensar a redução do impulso gerado pela substituição de produtos importados e ao mesmo tempo criar mecanismos para superar a deficiência da demanda interna.

Estes dois autores também trouxeram uma explicação para a crise do início da década de 1960, sob a perspectiva dos economistas liberais. Nesse sentido, de acordo com Prado e Earp, este grupo teria identificado um fenômeno que ficou conhecido por “populismo econômico”. Este, por sua vez, teria sido capaz de gerar três desequilíbrios: o populismo

fiscal, quando o Estado passa a gastar mais que a sua capacidade de arrecadação tributária; o populismo na política de crédito, quando os investimentos são financiados não com o crescimento da poupança doméstica, mas sim com a expansão da oferta monetária e o populismo salarial, quando o aumento das folhas de pagamento acaba superando o crescimento da produtividade.

Este grupo de liberais acreditava que, através de reformas e de um novo plano econômico que visasse à estabilização econômica, poderiam acarretar em um novo modelo de crescimento econômico para o País. Destaca-se que o grupo que mantinha esta perspectiva de pensamento foi um dos principais apoiadores do Golpe Civil-Militar de 1964, na expectativa de que uma nova estratégia econômica fosse efetuada. Além dessa nova perspectiva, soma-se ainda a tensão gerada em função das Reformas de Base, propostas pelo Governo de João Goulart, que de certa maneira complexificavam ainda mais esse cenário político.

Essas reformas foram elaboradas ainda em 1958, mas ganharam uma maior visibilidade quando João Goulart assumiu a Presidência, em 1961. Essas tinham entre os seus principais objetivos a redução das desigualdades sociais do Brasil. Para isso, um conjunto de iniciativas foram propostas, entre elas as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se, ainda, a necessidade de alteração no direito ao voto e uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Além da tensão propiciada pelas Reformas de Base, acrescenta-se a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, que “ao tornar realidade o sonho da experiência socialista na América Latina, passou a representar uma ameaça para a influência norte-americana no continente”. Com isso, a política externa dos Estados Unidos passou a ser “orientada para impedir a ocorrência de conflitos e revoltas sociais (de inspiração socialista) que implicassem qualquer mudança na ordem interna dos países sob sua influência” (NAPOLITANO, 1998, p. 4).

Precisa-se destacar que este período, no qual as Reformas de Base estavam sendo defendidas por um núcleo da sociedade brasileira, também foi marcado, além da Revolução Cubana, como destacou Napolitano, por uma bipolarização mundial, característica da “Guerra Fria”. Com isso, tanto as políticas econômicas, quanto as sociais, incluindo as relações internacionais eram influenciadas diretamente por este conflito.

Dentro deste contexto, Stormowski destacou que dois grandes paradigmas entraram em contraposição, um socialista, em que o ideal de igualdade era defendido como fundamento e, de outro, o capitalismo, que apresentava como característica principal a exaltação das liberdades individuais. A autora assinalou, também, que não era somente a Europa, os Estados Unidos e a União Soviética que enfrentavam o dilema entre estes dois modelos. Surgia e se

espalhava, dentro deste cenário, o conceito de Terceiro Mundo, que seria constituído essencialmente “pelos países que haviam sido colônias de nações europeias e que alcançaram independência política, mas não a emancipação econômica” (2011, p. 17).

Nesse caso, América Latina, África e Ásia teriam passado a lutar pela liberdade de formar países independentes, “buscando relações internacionais não mais de colônia para metrópole, mas de nação para nação”. A América Latina, em especial, “tomava consciência de que, apesar do desenvolvimento alcançado, ainda era subdesenvolvida” (STORMOWSKI, p. 17).

Essa tomada de consciência destacada por Stormowski (2011) partia principalmente do reconhecimento de que os países formados a partir de ex-colônias tinham problemas específicos, que deveriam ser resolvidos partindo da realidade de cada um deles. Aos países subdesenvolvidos, coube a construção de uma identidade, fruto desta tomada de consciência, mas que também não deixava de idealizar a entrada destes, no grupo dos países mais desenvolvidos.

Nesse sentido, a ideia relacionada ao desenvolvimentismo ganhou espaço dentro dos principais trabalhos que tentaram dar conta de uma História Econômica do Brasil. Foi justamente neste momento que o pensamento disseminado pela CEPAL, ganhou contornos mais definidos, especialmente dentro da produção bibliográfica brasileira da década de 1950 e 1960. A CEPAL, conforme já foi destacado por Angela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1988), na introdução deste trabalho, era uma das grandes responsáveis por produzir análises específicas, voltadas a realidade latino-americana, em substituição aos modelos teóricos que tinham como base a realidade de outros países, que não compartilhavam das mesmas características históricas.

Em decorrência do Golpe Civil-Militar de 1964, em que se travaram disputas políticas entre dois projetos de Sociedade para o País: um nacional-reformista e outro intervencionista, ou desenvolvimentista-conservador, o Brasil passou a acompanhar, depois do Golpe, alterações em sua estrutura política, econômica e social, além de importantes articulações políticas que tinham como objetivo criar uma base institucional e dar legitimidade ao novo regime. Isso, “ao mesmo tempo em que se iniciava o processo de perseguição aos membros mais ‘ameaçadores’ do antigo governo e a simpatizantes do Partido Comunista” (NAPOLITANO, 1998, p. 14) que pudessem vir a questionar a ordem estabelecida. Ou seja, as forças sociais e políticas que assumiram o Governo do País, a partir de 1964, tiveram como uma das suas primeiras tarefas, além de realizar a “operação limpeza”, através da repressão

político-policial, assegurar a manutenção e a consolidação da ordem burguesa capitalista, (BRUM, 1986, p. 94).

Interessante de se destacar é a forma como esse grupo que assumiu o Governo após 1964 se colocava como aquele que poderia recuperar o País política e economicamente, dada a situação de crise estabelecida no início dos anos 1960. Esta compreensão pode ser encontrada no trabalho de Jennifer Hermann, no qual ela destacou que este grupo produziu e assumiu um discurso que atribuía a ao governo “a missão de ‘salvar’ o País do caos econômico e político em que se encontrava” (2005, p. 73).

A ideia de que o Estado tinha esta missão, reforça ainda mais a postura intervencionista que o mesmo assumiu. Nesse sentido, Hermann utilizou como exemplo desta política, um dos planejamentos do governo, que pode ser melhor apresentado a partir do seguinte fragmento:

O Paeg, anunciado como um plano emergencial de estabilização, era parte dessa missão. Contudo, para legitimar o regime de exceção junto a sociedade (leia-se, junto a classe empresarial e às camadas de renda alta) e ao meio político internacional, era necessário preservar a renda agregada de uma queda abrupta, enquanto se implementava o plano de combate à inflação. Numa segunda etapa (com a inflação sob controle), seriam, então, implementadas políticas diretamente voltadas para o objetivo de crescimento e desenvolvimento econômico – o que, de fato, foi feito a partir de 1967 (HERMANN, 2005, p. 73).

Neste sentido, pode-se registrar que o medo de uma suposta ameaça comunista foi incrementado e associado ao temor pela perda dos privilégios por parte de uma classe média recém-integrada ao chamado mercado de consumo. Com o desenvolvimento de uma concepção de existência de um pretenso inimigo interno, passou a ser imposta uma remodelação da estrutura, idealizada para a execução de uma estratégia de Segurança Nacional, com o intuito maior de reforçar o aparato anti-subversão (GASPAROTTO, 2008).

Para tanto, essas forças que assumiram o Governo, afiliaram-se ideologicamente a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Essa passou a ser o eixo para construir, com base em uma matriz teórica, elaborada principalmente por militares ligados a Escola Superior de Guerra (ESG) e com apoio dos Estados Unidos, uma forma de governo, no qual o Estado passou a ampliar cada vez mais a sua atuação no controle da Sociedade, sob os mais variados aspectos.

A compreensão de que o Golpe de 1964 não partiu apenas das forças militares encontra-se presente no trabalho de Dreifuss (1987). Nele, o autor identificou quais foram as principais forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o processo de internacionalização, de forma a acompanhar sua intervenção no Estado e na Sociedade.

Utilizando-se de um grande número de documentos, este mesmo autor também destacou as formas como teriam ocorrido as articulações entre os principais grupos que apoiaram e que se engajaram nas estratégias em favor do Golpe Civil-Militar de 1964. Com isso, Dreifuss destacou que este não foi apenas um simples Golpe das Forças Armadas contra o governo de João Goulart, mas sim a culminância de um movimento civil-militar estrategicamente bem organizado⁸.

Foi central também no trabalho deste autor a ideia de que o domínio econômico do capital multinacional no Brasil ainda não contava com uma sustentação política ao alcance do que era almejado. Isso teria estimulado grupos ligados a este setor a formar organizações específicas a fim de expressar de forma mais efetiva seus interesses perante o governo. Foi nesse contexto, que se pode registrar o surgimento do chamado complexo: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que exerceram, entre outras, a função de disseminar a ideologia burguesa. Essa, por sua vez, segundo Dreifuss, teria contribuído para a tomada de poder em 1964. Algumas das ações desenvolvidas por esse complexo podem ser sintetizadas na seguinte passagem do autor:

As atividades políticas da elite orgânica eram extraordinariamente variadas em natureza e amplas em escopo, cobrindo um número de operações distintas, projetadas para um apoio mútuo e para uma intercomplementação, produzindo um importante efeito cumulativo. O alvo estratégico da elite orgânica consistia em se estabelecer no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados pelo IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a “massa de manobra” da própria elite orgânica. Ainda, as manobras táticas faziam-se necessárias por uma outra razão fundamental: conduzir a estrutura social a um ponto de crise onde as Forças Armadas, cujo apoio fora simultaneamente e intensivamente aliciado, seriam levadas a intervir sob uma liderança coordenada (1987, p. 281).

No que se refere à política econômica do período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, pode-se considerar que esta se pautou principalmente no “combate gradual à inflação, a

⁸ A importância do trabalho de Dreifuss para a historiografia foi destacada por Toledo (2006, p. 120): “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe, publicado em 1981, é o primeiro trabalho que analisa, de forma metódica e em profundidade, a atuação de relevantes setores da chamada sociedade civil no golpe de Estado de 1964. Com o estudo de René Armand Dreifuss, a expressão golpe civil-militar será incorporada pela bibliografia acadêmica sobre 1964. Desde então, a designação de golpe militar – dominante na literatura política – passou a ser questionada pela sua insuficiência explicativa. A extensa documentação apresentada por Dreifuss sobre a atuação das chamadas elites orgânicas demonstrou que importantes atores da sociedade civil foram decisivos na preparação e execução do golpe de abril de 1964”.

expansão das exportações e a retomada do crescimento como principais objetivos da política econômica”. Porém, de imediato, somente se consolidou uma política restritiva, preocupada, mais especificamente, com o combate à inflação. Apenas a partir de “1967-68 a retomada do crescimento tornou-se o objetivo predominante” (HERMANN, 2005, p. 70).

Para ficar mais claro, Hermann, ao abordar questões relativas à política econômica durante o período compreendido entre 1964-73, destacou que nessa época houve duas fases diferentes: a primeira delas, de 1964 a 1967, se caracterizou pelo “ajuste conjuntural e estrutural da economia, visando ao enfrentamento do processo inflacionário, do desequilíbrio externo e do quadro de estagnação econômica do início do período”. Esse período, teria sido marcado, principalmente, pela “implementação de um plano de estabilização de preços de inspiração ortodoxa – o Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg) – e de importantes reformas estruturais – do sistema financeiro, da estrutura tributária e do mercado de trabalho” (HERMANN, 2005, p. 70).

Foi também durante esta primeira fase, mais precisamente até 1966, tendo em vista as reformas estruturais (tributária e financeira), que foi ampliado o “grau de abertura da economia ao capital externo, de risco (investimentos diretos) e, principalmente, de empréstimo” (HERMANN, 2005, p. 78). Já a segunda fase, compreendida entre os anos de 1968 a 1973, caracterizou-se “por uma política monetária expansiva e por vigoroso crescimento da atividade econômica (média anual de 11,1%), acompanhado de gradual redução da inflação e do desequilíbrio externo. Essas condições justificaram a alcunha de ‘milagre brasileiro’ para esse período” (HERMANN, 2005, p. 70).

Esta segunda fase caracterizada por Hermann coincidiu com a imposição de uma nova Constituição, em janeiro de 1967 e com a escolha de Artur da Costa e Silva para a Presidência. Isso abriu o caminho para que os militares, com relativo apoio de parte da população, controlassem o cenário político do País, objetivando a desarticulação das principais forças de oposição. Além disso, conforme foi observado no trabalho de Dolhnikoff e Campos (2001), a formação de um núcleo de poder entre os principais representantes do Partido Social-Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), juntamente com as principais lideranças militares e os diversos setores do empresariado, se tornou necessária para a consolidação do poder.

Neste sentido, pode-se considerar a existência de uma relação entre a opção ideológica do Governo pela Doutrina de Segurança Nacional e o planejamento econômico. Isso ocorreu, pois, na medida em que havia a intenção de se potencializar o modelo de acumulação capitalista, baseado em uma forte interferência do Estado, que também pudesse garantir a

atração de investimentos, através do estabelecimento e manutenção da ordem. Deste modo, conforme destacou Dockhorn, “os investimentos econômicos somente seriam viáveis com uma absoluta paz social, sem agitações ou conflitos” (2002, p. 66). Neste mesmo trabalho, esta ideia foi complementada com um fragmento de Maria Helena Moreira Alves:

A segurança, como elemento do conceito de “desenvolvimento com segurança”, implica a necessidade de controlar o meio político e social, de modo a garantir um clima atraente para o investimento multinacional. A paz social também é necessária para a obtenção de taxas máximas de acumulação de capital, permitindo que o rápido crescimento econômico forje uma “arrancada” desenvolvimentista (ALVES, 1985, *apud* DOCKHORN, 2002, p. 66).

Nesse sentido, observou-se que no intuito de alcançar uma superação para a crise econômica, vivenciada desde o início da década de 1960 e, sobretudo, elaborar uma justificativa para permanecer no comando do Executivo, o Governo configurou um projeto que se pretendia desenvolvimentista, capaz de favorecer a acumulação capitalista nas mãos de grupos burgueses, tanto nacionais como internacionais. Para tanto, o novo Governo contou com a presença de tecnocratas em importantes ministérios, como os da Fazenda e do Planejamento, que se responsabilizaram por empreender um Plano de Ação Econômica, pautado essencialmente no controle inflacionário e na retomada do crescimento econômico brasileiro, através da abertura ao capital estrangeiro. Desse modo, os sete anos de 1967 a 1973, em que Delfim Netto permaneceu ministro da Fazenda, podem ser caracterizados “como um único período, em que prevaleceu um novo diagnóstico dos problemas econômicos do Brasil, e no qual o País alcançou taxas médias de crescimento econômico sem precedentes” (LAGO, 1990, p. 233).

Neste sentido, como destacaram Dolnikoff e Campos, foi com o Golpe que se assinalou “a transição efetiva para o modelo de desenvolvimento econômico associado” em lugar do anterior modelo de substituição de importações, acentuando, desse modo, “a interdependência econômica, política, cultural e militar, na América Latina com os Estados Unidos” (2001, p. 272).

O processo de aceleração da economia tinha como um dos seus eixos principais, o crescimento do setor industrial, visto que o Brasil possuía uma estrutura fundiária incapaz de atingir o aumento de produtividade necessário para alavancar o crescimento econômico do País, conforme já fora apontado anteriormente por Prado e Earp (2003). Padrós e Fernandes também elaboraram algumas considerações referentes a esse processo:

A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população, incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo. Além disso, a ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o “milagre” significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos (2009, p. 46-47).

Assim, a política que estimulava a produção de bens de consumo duráveis deixava de lado outros setores que necessitavam uma maior injeção de recursos e atenção do Governo, tais como a educação e a saúde, por exemplo. Como uma, dentre as consequências geradas por esse novo modelo econômico, pode-se destacar o aumento das desigualdades sociais. Isto ocorria porque a produção interna não visava o saneamento das necessidades básicas da população em geral, mas sim os interesses do mercado externo, como também de uma pequena parcela da população interna com maior poder aquisitivo, ou seja, “a prosperidade da economia brasileira encobria a exclusão econômica e social da maior parte da população, que não se beneficiara do ‘milagre econômico’” (DOLHNIKOFF; CAMPOS, 2001, p. 335). Justamente por este motivo que se diz que esse período não foi de desenvolvimento e sim de crescimento econômico.

Com relação aos termos crescimento e desenvolvimento, que foram utilizados até o momento, e que também devem permear o restante deste trabalho, são necessárias algumas considerações. Isso ocorre, pois estes não são considerados como sinônimos, apesar de muitas vezes serem confundidos.

Para isso, a definição feita por Pereira de que “o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo” deve ser tomada como referência. O autor também acrescentou que o conceito de desenvolvimento está relacionado a “um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações”. Assim, “não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social” (1985, p. 19).

Já o termo crescimento pode ser distinguido de desenvolvimento por significar apenas um aumento quantitativo da produção, o que pode ocasionar elevação do nível de vida, porém sem preocupação com a melhoria das condições de vida da sociedade. Diferente disso, como foi mencionado, o desenvolvimento prevê, além do crescimento, uma significativa repercussão no que se refere a qualidade de vida das pessoas e, também, sobre o sistema

social em geral, especialmente aliando crescimento econômico com redistribuição de renda. O que por sua vez não parece ter acontecido, pelo menos entre 1968 e 1973.

Outra explicação para que parte da população brasileira não tivesse se beneficiado com os efeitos da política econômica empreendida, e que também pode ser acrescentada a anteriormente apresentada por Dolhnikoff e Campos (2001), refere-se as reduções salariais. Durante esse período, registrou-se que “a política salarial e a política de relações trabalhistas do Governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração” (LAGO, 1990, p. 287). Isso ocorreu, fundamentalmente, com vistas a concretizar o projeto de crescimento econômico, que tinha como um de seus fundamentos o favorecimento da acumulação capitalista.

Sandra Jatahy Pesavento (1985), além de corroborar com a ideia de Lago (1990), foi outra autora que refletiu a respeito das questões que envolveram esse crescimento econômico do País. Segundo ela, os governos que se instalaram no período posterior ao Golpe de 1964 utilizaram como estratégia de crescimento a produção para o mercado externo, a fim de retomar a expansão do setor de ponta da economia nacional.

Nesse sentido, Pesavento destacou que a indústria tradicional e a agricultura foram reorientadas em função do incentivo que se dava as vendas para o mercado externo. Mas, por outro lado, a autora também destacou que teria ocorrido uma retomada do crescimento do setor de produção de bens de consumo duráveis, principalmente, através de incentivos institucionais criados especialmente para este fim. Um exemplo disso foi a criação do crédito direto ao consumidor. Esta ideia pode ser complementada com o seguinte fragmento da historiadora:

Em todo este processo de aceleração industrial, foram criadas condições estimuladoras para a inversão de capital estrangeiro no setor secundário do país, particularmente na produção de bens duráveis de consumo. Deste processo, que se identificou a partir da década de 70, o capital estrangeiro tanto passou a marcar presença na formação de novos empreendimentos industriais quanto passou a participar de empresas já instaladas, através da obtenção do controle acionário das mesmas (1985, p. 114).

Desta forma, acrescenta-se ainda que o crescimento econômico brasileiro verificado durante esse período foi permitido por uma confluência de fatores não só nacionais como também internacionais (PRADO; EARP, 2003). Além disso, dada as proporções desse crescimento econômico, ocorrido entre o período de 1968 a 1973, o mesmo ficou conhecido como “milagre econômico”. As principais características deste período foram descritas por Hermann:

Em 1968, a economia brasileira inaugurou uma fase de crescimento vertiginoso, que se estendeu até 1973. Nesse período, o PIB cresceu a uma taxa média da ordem de 11% ao ano, liderado pelo setor de bens de consumo durável e, em menor escala, pelo de bens de capital. A taxa de investimento que ficou estagnada em torno de 15% do PIB no período de 1964-67, subiu para 19% em 1968 e encerrou o período de “milagre” em pouco mais de 20%. O crescimento do período de 1968-73 retomou e complementou o processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, iniciado com o Plano de Metas (...). A façanha da economia brasileira nesse período foi ainda mais surpreendente porque tal ritmo de crescimento foi acompanhado de queda da inflação (embora moderada) (2005, p. 82).

Sobre esta fase, Hermann também salientou dois aspectos, que apesar de já terem sido destacados anteriormente, complementam a ideia da autora. Um deles refere-se a reorientação econômica em relação ao período anterior, principalmente a partir da entrada de Antonio Delfim Neto no Ministério da Fazenda, pois além de se pautar pelo combate a inflação, políticas que visavam a retomada do crescimento foram incentivadas. Essa reorientação estava relacionada principalmente a “necessidade de o governo militar legitimar-se no poder como uma alternativa melhor para o país que a do governo deposto” (2005, p. 84).

A outra questão é referente ao lançamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), em 1968. Este precisa ser mencionado, pois enfatiza quais seriam as quatro prioridades que deveriam organizar a ação do governo:

(1) a estabilização gradual dos preços, mas sem a fixação de metas explícitas de inflação; (2) o fortalecimento da empresa privada visando à retomada dos investimentos; (3) a consolidação da infra-estrutura, a cargo do governo; e (4) a ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente dos duráveis (HERMANN, 2005, p. 84).

Porém, este período de “milagre” não perdurou por muito tempo. Ou seja, já a partir de 1973, em função do aumento dos preços do petróleo e dos juros norte-americanos, surgiram os primeiros sintomas de que esta fase de crescimento estaria chegando ao fim. Diante desta situação de “significativa dependência do Brasil à importação de petróleo e bens de capital e do elevado endividamento externo do País na época, esses choques condicionaram decisivamente a política econômica brasileira no período de 1974-84, exigindo políticas de ajuste externo (HERMANN, 2005, p. 94).

Dentro desta perspectiva de elaboração de políticas de ajuste externo, o Governo elaborou o seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com vistas a superar a crise e retomar o crescimento econômico do País. A discussão que envolve se este plano foi positivo ou negativo em relação ao cumprimento de seus objetivos não deve ser efetuada. Isso porque deveriam ser estabelecidos parâmetros que ficariam para além desta pesquisa.

Porém, pode-se dizer que, mesmo com essa tentativa de saída da crise, nascida ainda na década de 1970, a economia brasileira parecia não reagir, isso levando em consideração um curto período de tempo. Segundo estudo desenvolvido Pedro Fernando Cunha de Almeida (1990), publicado pela FEE, alguns dos principais aspectos dessa crise podem ser atribuídos aos seguintes fatores: estagnação da produção industrial, ociosidade produtiva nos ramos mais importantes, insuficiente crescimento do emprego nas atividades formais, queda dos salários reais, especulação financeira, redução dos investimentos públicos e privados e obsolescência da matriz tecnológica.

Como pode ser observado, esta crise econômica também apresentou consequências políticas e sociais. Os economistas Prado e Earp (2003), também salientaram que o esgotamento das possibilidades de crescimento não aconteceu apenas em decorrência do aumento dos preços do petróleo. Esta fase de crescimento teria se esgotado, segundo eles, porque, somado aos fatores externos, o próprio modelo que se pretendia desenvolvimentista era originalmente frágil e insustentável por muito tempo.

Pode-se considerar, portanto, que no Brasil, a crise desse modelo foi consequência tanto da redução da poupança interna quanto do desequilíbrio das finanças públicas, que tornava o Estado cada vez mais endividado. Esse esgotamento se deu em função do acelerado crescimento econômico, caracterizado como um modelo frágil, pois se baseava fundamentalmente na capacidade de o Estado atrair financiamentos externos, só que, no entanto, esse não conseguia garantir a produtividade que necessitava para conseguir pagar os seus financiamentos, gerando dívida externa.

No entanto, apesar da curta permanência na economia brasileira dessas altas taxas de crescimento, essas foram suficientes para entusiasmar parte da população. Este entusiasmo, por sua vez, ocorreu principalmente em função do desenvolvimento de um aparato propagandístico em prol do Governo. A seguinte passagem ajuda a esclarecer melhor esta assertiva:

A queda da inflação e os índices de crescimento do PIB – acima de 10% ao ano – foram suficientes para que os propagandistas do regime apontassem a existência de um “milagre econômico brasileiro” semelhante ao que teria ocorrido na Alemanha e no Japão no pós-guerras. O capital externo afluía de uma maneira nunca vista na história do país e a indústria batia recordes de prosperidade. As taxas de crescimento econômico eram mantidas também pela expansão da linha de crédito ao consumidor – privilegiando a classe média, ávida por bens de consumo duráveis – e pelo estímulo a poupança interna, corrigida pela correção monetária das taxas de juros. Dirigido por tecnoburocratas civis e militares, o Brasil era anunciado pelas campanhas oficiais como um iminente integrante do Primeiro Mundo (DOLHNIKOFF; CAMPOS, 2001, p. 335).

O período do “milagre econômico brasileiro” apontado entre os anos 1968 e 1974, ficou tradicionalmente denominado dessa maneira por constituir uma fase em que a economia do País alcançou altos índices de crescimento para parte da população. Mas que, de certo modo, foi o suficiente para fazer com que o Governo organizasse um aparato propagandístico que primou em divulgar que o Brasil estava caminhando em direção ao progresso. Desta forma, “a expressão ‘milagre brasileiro’ passou a ser usada como sinônimo de BOOM econômico observado desde 1968 – e também como instrumento de propaganda do governo” (PRADO; EARP, 2003, p. 219).

Além disso, a execução de uma propaganda em torno do “milagre econômico” pode ser vista e interpretada como uma forma de ofuscar a política repressiva desenvolvida durante esse período. Isto porque, segundo Cordeiro, “as perseguições, prisões, torturas, mortes e exílios que se intensificaram nos anos do Milagre levaram à derrota política e militar do projeto ofensivo dos grupos de oposição armada ao regime” (2009, p. 90).

Por fim, antes de se iniciar a segunda parte deste capítulo, é importante frisar que até o momento não se tentou fazer uma avaliação das políticas econômicas que se estabeleceram desde a década de 1930. Foi objetivo de fato, além de contextualizar, buscar alguns elementos que demonstrassem quais ações estavam sendo efetuadas pelos governos, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do País, mantendo como foco principal as políticas voltadas à industrialização. Essas políticas, por sua vez, foram as que apresentaram uma quantidade maior de subsídios para que se pudesse compreender como que as ideias que visavam à disseminação de distritos e áreas industriais no Rio Grande do Sul estavam sendo pensadas.

1.2. Distritos e Áreas Industriais: uma Tentativa de Fortalecimento e Expansão da Indústria Gaúcha, a Partir do Final da Década de 1960

A ideia de fortalecimento da indústria no Rio Grande do Sul, como solução para os principais problemas econômicos enfrentados pelo Estado remete-se ao período que corresponde ao final do Estado Novo. Além da indústria, também estavam entre os principais problemas o êxodo rural, o transporte e a energia. Estas questões relacionavam-se diretamente a “diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de

desenvolvimento econômico que se apresentavam para o Brasil” (PESAVENTO, 1997, p. 126).

Dentro destas diretrizes político- partidárias estavam o Partido Social-Democrático (PSD), o Partido Libertador (PL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro deles, seja com o santa-mariense Walter Jobim, entre 1947-1951, ou Ildo Meneghetti, entre 1955-1959 e 1963-1964, identificava “o problema da industrialização como a meta necessária a atingir. Porém, considerava que a indústria ao incentivar e proteger deveria ser aquela que beneficiasse os produtos oriundos da agropecuária” (PESAVENTO, 1997, p. 126).

Já o segundo, o PL constituído por representantes ligados ao setor rural, “defendia ser a agropecuária a forma mais correta de conduzir o progresso econômico”. O terceiro, por fim, “identificava a industrialização não apenas como o problema crucial do Estado, como considerava imprescindível assegurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional” (PESAVENTO, 1997, p. 126).

No entanto, a defesa da industrialização ocorreu ainda antes desse período. Isso porque, segundo Pedro Cezar Dutra Fonseca, em artigo publicado na *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, demonstrou que as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo no Brasil seriam bem mais antigas, chegando a datar o período final do Império. Ao citar um fragmento de 1844, de Alves Branco⁹, o economista destacou a sua surpresa, referente ao fato desta declaração

antecipar em quase um século uma das marcas do desenvolvimentismo brasileiro do século XX: o entendimento de que não há oposição frontal entre os interesses ‘nacionais’ e da indústria, de um lado, e do capital estrangeiro, de outro. O centro da economia deve repousar no mercado interno, o “principal”, mas sem o rompimento com outros países, considerados mercados “auxiliares” tanto para a indústria como para a agricultura nacional. Ficava estabelecido, também, que **embora nem todo nacionalismo fosse industrializante, a defesa da indústria tinha no nacionalismo um de seus melhores argumentos**, com apelo emocional e ideológico inquestionável. Dos mais moderados aos mais radicais, os defensores da indústria recorreriam, de ai em diante, ao nacionalismo como ponto importante de seu discurso (2004, p. 6, grifo do autor).

Esta constatação, além de rever quando as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo tiveram inserção no Brasil, também apontou para a complexidade deste conceito. Muitas vezes este acaba sendo utilizado para afirmar políticas de governo, mas nem sempre são efetivamente desenvolvimentistas. Isso ocorre porque o “desenvolvimentismo não é apenas

⁹ Fonseca cita Luz (1975, p. 24), para referendar esta opinião: “A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros só devem ser considerados auxiliares para uma e outra, e jamais, como principais” (FONSECA, 2004, p. 6).

uma palavra de ordem a mais, mas **o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo**, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita” (FONSECA, 2004 p. 4, grifo do autor).

Nesse sentido, fica difícil afirmar se um governo foi de fato ou não desenvolvimentista, pois outras questões, além da defesa da industrialização deveriam ser levadas em consideração. Apontar apenas uma inspiração desenvolvimentista talvez seja o mais adequado. Esta inspiração teria permanecido e ganhado expressividade (pelo menos na forma do discurso) nos próximos exemplos de ações do Governo do Estado, principalmente com as ideias relacionadas à criação de distritos ou áreas industriais no Rio Grande do Sul.

Durante a segunda metade do século XX, no Rio Grande do Sul, identificam-se ações mais efetivas e voltadas à criação de distritos ou áreas industriais em diferentes regiões do Estado, sendo que estas ações envolviam tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo. Mesmo que ambos tivessem os mesmos objetivos finais, eles atuavam de forma distinta, em função de suas estruturas organizativas e deliberativas serem diferenciadas. Por este motivo que, primeiramente, serão apresentadas as ações do Poder Legislativo e, em seguida, as do Poder Executivo, para que se possa compreender como estavam sendo pensadas e executadas as ações que visavam continuar a política de incentivo à industrialização do Rio Grande do Sul, através, principalmente, do estabelecimento de distritos e áreas industriais.

Estes dois últimos termos, apesar de não serem sinônimos, muitas vezes são confundidos. Por isso, a distinção entre eles precisa ser efetuada, para que se possa compreender cada um deles de acordo com suas especificidades. Nesse sentido, podemos iniciar citando o Relatório elaborado pela Comissão Especial dos Distritos Industriais (CDI)¹⁰, instalada em outubro de 1969.

Em linhas gerais, esta era uma Comissão Parlamentar que tinha por objetivo estudar os problemas relativos ao crescimento industrial do Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, propor sugestões e definir estratégias que auxiliassem no fornecimento de subsídios não só para o Governo do Estado, mas também para aqueles municípios que estavam elaborando projetos de industrialização. Ressalta-se que o foco desta Comissão era estudar as

¹⁰ Esta Comissão tinha como membros os seguintes deputados: como presidente Fernando Gonçalves, vice-presidente Martins Santini, relator Pedro Simon e demais membros Victor Faccioni, Moisés Velasquez e Sanfelice Netto. Esta comissão também contava com a colaboração dos economistas Artur Paulo de Araújo Zanela e Aldo Facin, além do geógrafo Gervásio Rodrigo Neves, sob a coordenação do engenheiro químico Orion Herter Cabral e do economista Luiz Carlos Zancan.

possibilidades de industrialização, tendo em vista a viabilidade de criação de distritos industriais.

Foi para atender estes objetivos que esta Comissão esboçou uma diferenciação entre o que consiste um distrito e uma área industrial. Segundo este documento, o primeiro poderia ser definido como “uma porção territorial de um ou mais municípios, criado e planejado com a finalidade de locar indústrias e onde se exerce o governo de uma autoridade administrativa, no que se refere à implantação e expansão de indústrias e o suporte ‘retro-industrial’ necessário”. Além disso, inclui-se também que, além da área industrial mencionada, “outras com características de núcleo urbano independente como: área habitacional, área de serviços, área administrativa, área verde, etc.”¹¹.

Diferentemente do Distrito, a Área Industrial seria apenas a “secção ou divisão de uma cidade ou distrito, criada e planejada com a finalidade de locar indústrias, aproveitando o suporte urbano da cidade”¹². Diante disso, pode-se constatar que a elaboração de um projeto que tem por objetivo criação de um Distrito Industrial exige um planejamento diferenciado que prevê e envolve um investimento maior de recursos, seja do Poder Público ou de iniciativa privada. Porém, ambos possuem objetivos básicos semelhantes, entre eles, a necessidade de industrializar de forma a corrigir os problemas ocasionados pelas expansões espontâneas, e também a “necessidade de aumentar a produtividade do capital social de apoio as indústrias, evitando a pulverização de recursos públicos”¹³.

A respeito do relatório produzido pela CDI, ele pode ser dividido em pelo menos cinco partes, as quais devem ser brevemente descritas a fim de se compreender como que os membros desta Comissão chegaram a suas conclusões a respeito do projeto estadual que pretendia fortalecer e desenvolver a indústria gaúcha no período compreendido entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, através dos distritos ou áreas industriais.

A primeira destas partes referiu-se a situação da indústria do Rio Grande do Sul naquele período. Nesse primeiro momento do relatório foi elaborado um diagnóstico não só da situação em que se encontrava a indústria gaúcha, como também se procurou investigar quais eram os principais problemas e limites que impediam que a indústria apresentasse uma maior expressividade em todo o estado, em comparação com outras regiões do País. Entre os principais problemas diagnosticados, foram destacados pela Comissão:

¹¹ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais**. Porto Alegre, 1970, p. 19.

¹² Ibid., p. 19.

¹³ Ibid., p. 19.

1. O baixo crescimento da indústria gaúcha não se deve a falta de estímulos de demanda interna, mas a incapacidade dessa indústria em transformar estes estímulos em maior oferta concreta.
2. A pequena diversificação do parque industrial é bem marcada na economia gaúcha. Com efeito, oito ramos industriais produzem 76,0% da renda industrial, onde apenas quatro (indústria alimentar, química-farmacêutica, vestuário, calçados e metalurgia) concorrem com a renda gerada no setor. Mesmo dentro de cada ramo, poucos produtos perfazem mais da metade da produção respectiva.
3. A distância entre a estrutura industrial gaúcha e o 'padrão' brasileiro aumentou no período de 1949 a 1959, não acompanhando o grau de evolução da estrutura brasileira no tempo considerado, o que dificulta as adaptações necessárias e conduz a uma estreita dependência do setor primário da economia. Face a sua dependência deste setor, não se beneficiou do desenvolvimento industrial brasileiro.
4. Dado o pequeno porte das empresas, pode-se identificar o artesanato em grande parte delas, trazendo consigo o baixo índice de produtividade, o desconhecimento de uma tecnologia moderna e, em consequência, altos custos de produção, causando problemas quando em concorrência com os produtos das áreas mais desenvolvidas do país.
5. A instalação de novas infraestruturas viárias, como BR116, atingiram frontalmente as empresas industriais locais anacrônicas que, por longo tempo, puderam concorrer, sem modificações tecnológicas, num espaço relativamente isolado.
6. A maior parte das empresas é de capital fechado, de caráter eminentemente familiar, não caracterizando, portanto, a participação de poupança popular.
7. Cumpriria examinar todas as possibilidades de lograr uma maior participação da capacidade já instalada. Uma das formas mais visíveis da má utilização dessa capacidade se apresenta pelo seu nível de ocupação. Poucas são as empresas que não detém grau de capacidade ociosa em suas instalações, o que lhes dá possibilidade de aumentar seu produto com o mínimo de inversões adicionais. A solução desse problema depende, essencialmente de capital de giro e de maior organização interna das empresas, fatores que esbarram no tamanho das unidades produtivas.
8. Vencida a etapa de crescimento extensivo em que a produtividade geral aumentou pelo deslocamento de recursos humanos de setores menos produtivos para setores mais produtivos, caracterizada pelos equipamentos antiquados, abre-se a fase do crescimento vertical, donde a necessidade de reequipamento e modernização.
9. Embora a taxa bruta de investimentos seja alta, paira a do acima de 20% da renda líquida, o que demonstra alto grau de capitalização, sua estrutura mostra-se direcionada para setores de baixa produtividade, como a imobilização e as variações de estoque. Essas agregam muito pouco a renda regional, comprometendo seu ritmo de crescimento e não oferecendo, como poderia, novas condições de emprego¹⁴.

Com base neste diagnóstico que refletiu os principais limites da indústria gaúcha, foram elaboradas as outras quatro partes do trabalho da Comissão, intituladas respectivamente como: Distritos e Áreas Industriais; Escopo (concepção) do Trabalho; Roteiro de Trabalho e Fluxograma Qualitativo. No que se refere ao primeiro ponto, além da diferenciação entre o que seria um distrito e uma área industrial e a definição de seus principais objetivos, foi

¹⁴ Ibid., p. 9.

elaborado um texto que refletiu sobre as experiências destas áreas no plano internacional e nacional.

Sobre a experiência internacional, este documento procurou situar a origem das ideias relacionadas à criação de distritos e áreas industriais, sendo que, embora tenham ganhado uma maior “expressão a partir da II Guerra Mundial, os Distritos Industriais já aparecem no século passado em Manchester (Trafford Park) no Reino Unido e nas proximidades de Chicago (Clearing Industrial Districts) nos Estados Unidos, ambos de iniciativa privada”¹⁵. Além destes dois, foram traçadas outras teias de experiências que envolveram diversos países ao redor do mundo, entre eles Japão, Itália, Austrália, etc. Porém, salientou-se que a evolução, ou sucesso dessas áreas só se confirmaram “quando definidas num contexto regional e dentro de uma política de desenvolvimento industrial da qual o Distrito Industrial é uma parte”¹⁶, ou seja, de acordo com os objetivos e especificidades de cada região.

Aspectos sobre a experiência nacional e localização também fizeram parte desta segunda parte do trabalho. No que se refere aos distritos industriais brasileiros, porém ressaltou-se que a maioria deles “foram programados dentro de uma concepção urbanística, de mero arranjo físico, isto é, sem uma análise conveniente das potencialidades existentes”¹⁷, ou seja, muitos destes distritos que foram elaborados sem um estudo detalhado de viabilidade. Este é um dos motivos pelo qual muitas das tentativas brasileiras não tivessem atingido todas as expectativas referentes ao desenvolvimento regional que se esperava.

Além de todo o planejamento político que envolve a criação de distritos industriais, um dos principais fatores que define ou não o seu sucesso é a escolha da área para o mesmo. Ou seja, a área, a localização do distrito industrial precisa ser estratégica, fornecendo o maior número de possibilidades não só para o crescimento, mas também para a consolidação do distrito industrial. Questões relacionadas a este tema também foram destaque neste relatório:

As condições de implantação de um Distrito ou Área Industrial, para atender a qualquer dos seus objetivos, variam segundo as peculiaridades de cada região (...), mas em todos os casos, os custos de transporte pesam consideravelmente na escolha da localização dos distritos. A escolha da localização adequada para a implantação de um Distrito Industrial será o fator determinante do sucesso ou fracasso destes empreendimentos¹⁸.

As questões que envolvem a localização das indústrias, em locais estratégicos, também foram temas de outros estudos, entre eles, o de Anita Kon. Em uma parte deste seu

¹⁵ Ibid., p. 19.

¹⁶ Ibid., p. 20.

¹⁷ Ibid., p. 21.

¹⁸ Ibid., p. 22.

trabalho, a autora considerou que “as escolhas econômicas de uma indústria com relação à ampliação de sua planta ou à construção de novas plantas estão relacionadas não apenas ao preço do produto, à qualidade e à decisão sobre emprego de fatores, mas também à localização a partir da qual conduzirá suas operações” (1999, p. 157). Além disso, esta autora também situou a origem das teorias econômicas que destacaram a importância da localização das indústrias, a partir do trabalho de Alfred Weber, em finais da década de 1920.

Kon destacou também que a preocupação com a localização das indústrias passou a estar relacionada com aspectos do desenvolvimento regional. Nesse sentido, a localização de uma fábrica passou a ser também “um projeto governamental, além de um risco exclusivo das empresas privadas. Essas preocupações, da parte do setor público, estão ligadas aos efeitos multiplicativos ou externos sobre o desenvolvimento regional e nacional, advindos da localização industrial” (KON, 1999, p. 157)¹⁹.

A terceira parte do relatório da Comissão Especial dos Distritos Industriais, que compreende o escopo do trabalho, contém entre outras questões, a elaboração de dois modelos de desenvolvimento industrial, que seriam considerados como os mais adequados para a realidade do Rio Grande do Sul. Esses modelos tiveram como base não só o diagnóstico sobre a situação da indústria gaúcha, como também as experiências nacional e internacional, no que se refere aos distritos e áreas industriais.

Cabe ressaltar que, para a elaboração destes modelos, levou-se em consideração tanto a estrutura industrial já instalada, quanto as perspectivas relativas a instalação de novas indústrias. Nesse sentido, o primeiro desses modelos referiu-se a complexos industriais interligados. Esses contemplariam as “indústrias caracterizadas por alta densidade de capital, poder germinativo e altos coeficientes de elasticidade de renda”²⁰, que por sua vez poderiam contribuir com a correção de alguns dos problemas referentes a situação das indústrias no Rio Grande do Sul, já diagnosticados na primeira parte do trabalho. Em relação às indústrias que motivaram a elaboração deste modelo de proposta, e que poderiam compor os complexos industriais, destacou-se que:

A identificação dos polos de desenvolvimento em potencial para os ramos Petroquímico e Metal-Metalúrgico e a extensão desses polos no espaço econômico do Rio Grande do Sul, foi o ponto de partida para o exame de complexos industriais, como por exemplo, a Refinaria Alberto Pasqualini, a Aços Finos Piratini e a Barra do Rio Grande. Pensa-se que a atração natural que as facilidades daquelas áreas

¹⁹ No segundo capítulo desta dissertação, a discussão relacionada à localização industrial deve ser retomada. Isso porque, o caso do Distrito Industrial de Santa Maria envolveu uma problemática em que a localização foi um das principais questões destacadas

²⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1970, p. 25.

exercem sobre aqueles ramos, criam as condições básicas para a localização dos núcleos dos complexos petroquímico e mecânico-metalúrgico²¹.

Já o segundo modelo proposto estaria relacionado às “indústrias isoladas, tanto as tradicionais como as dinâmicas, que não estivessem polarizadas pelos complexos e que seriam caracterizadas por uma alta densidade de mão-de-obra, custos competitivos e especialmente voltadas para um mercado local”. Com este segundo modelo, pretendia-se proporcionar, além de um aumento de produtividade, “o abastecimento local, o alto emprego de mão-de-obra e a disputa eventual de novos mercados”. A adequação desse modelo à realidade do Rio Grande do Sul se daria principalmente através “do crédito orientado e um eficiente serviço de extensão industrial”²².

A quarta parte deste relatório envolveu o roteiro de trabalho, ou seja, quais poderiam ser as etapas para a concretização do processo de instalação de distritos ou áreas industriais no Rio Grande do Sul. Essas etapas, por sua vez, tinham como principal objetivo auxiliar os municípios em que Distritos ou Áreas Industriais pretendiam ser instaladas. Os principais tópicos que deveriam ser descritos, a fim de se avaliar a viabilidade dos distritos, eram os seguintes: Objetivos, Estímulos Governamentais, Legislação, Levantamentos, Diagnósticos e Oportunidades Industriais.

Por fim, na quinta e última parte foi apresentado um Fluxograma Qualitativo, que sintetizou os principais resultados que esta Comissão chegou em relação às questões que até então foram apresentadas. Este fluxograma expressou a forma como os distritos ou áreas industriais deveriam ser planejados:

²¹ Ibid., p. 26.

²² Ibid., p. 26.

Figura 1: Fluxograma Quantitativo.

Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais**. Porto Alegre, 1970, p. 35.

Além do estudo relativo à situação da indústria gaúcha, dos modelos de desenvolvimento industrial que seriam mais adequados a realidade diagnosticada e do roteiro que deveria auxiliar o estabelecimento dos distritos ou áreas industriais no Rio Grande do Sul, este relatório também apontou algumas considerações referente às iniciativas que motivaram o estabelecimento destes distritos e áreas industriais. A respeito disso destacou-se que:

A iniciativa governamental, nos âmbitos federal e estadual, tem sido o instrumento básico para a implantação industrial no País. Ela se fez, principalmente, pelo aproveitamento hidroelétrico, pelos transportes, pela criação de empresas estatais e mistas e pelo fomento à iniciativa particular. O planejamento de áreas industriais no Brasil se deve em primeiro lugar à iniciativa dos governos estaduais, e secundariamente, aos governos municipais e à iniciativa particular. Ao governo federal, que vem desenvolvendo uma importante participação nas atividades industriais do País, deve-se, entretanto o planejamento das áreas de instalação de suas empresas, geralmente em grandes proporções, mas restritas a um único campo da atividade industrial. Cronologicamente, o Estado do Rio Grande do Sul foi o segundo a formular uma política estadual de desenvolvimento industrial, valendo-se do princípio dos Distritos Industriais, sem ter sido entretanto, acompanhado de medidas capazes de leva-lo à prática²³.

Além disso, este mesmo documento também datou alguns episódios relativos às tentativas de elaboração de políticas voltadas à industrialização do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, ainda em 1953, situou-se a criação do projeto de uma “Cidade Industrial”, que registraria uma das primeiras iniciativas do Governo do Estado em prol de uma política específica de industrialização, com vistas à criação de áreas industriais no Estado do Rio Grande do Sul.

Este exemplo acima citado seria a Cidade Industrial do Delta. O estado, no caso, na tentativa de efetivação da mesma, teria atuado na elaboração da declaração da desapropriação de terras para este fim. Esta cidade industrial deveria se localizar na cidade de Guaíba, próximo a Porto Alegre. Porém, logo esta ideia foi abandonada, dada a quantidade de dificuldades que foram encontradas. Então, se começou a pensar, já na década de 1960, na construção de um Distrito Industrial em uma determinada área, em Porto Alegre, na qual o Estado também interviu na declaração de utilidade pública da terra, para a posterior desapropriação da mesma²⁴.

Como pode ser observado, nesta década de 1960, já se pensava na construção de áreas ou distritos industriais. E, dentro disso, já se pensava também na forma o Governo deveria intervir para a construção dessas áreas. Nesse sentido, registra-se que

²³ Ibid., p. 5.

²⁴ Ibid., p.5.

em 1960, técnicos do Gabinete de Administração e Planejamento do Estado estudaram o problema e estabeleceram as orientações básicas de um plano de industrialização estadual, que deveria, a longo prazo, fundamentar-se no estudo da situação vigente da indústria, das suas necessidades e perspectivas. Visava auxiliar a expansão das indústrias existentes e a criação de novas, realizar investimentos regionais de infra-estrutura necessários ao desenvolvimento industrial e estabelecer o zoneamento industrial do Estado, indicando as indústrias mais aconselháveis para cada região²⁵.

Além disso, outras formas de auxílio que deveriam ficar a cargo do Estado também foram descritas no relatório elaborado pela CDI. Estas foram inspiradas tendo essencialmente como base, a experiência mineira:

As diversas formas previstas de auxílio por parte do poder estadual às indústrias, cujo interesse ao desenvolvimento econômico se configurasse, eram a facilidade de crédito, a participação do Estado no capital da empresa, fornecimento de energia elétrica gratuita por determinado período e a facilidade de obtenção de áreas urbanizadas por parte das indústrias, através da criação de Distritos Industriais, nos moldes da experiência mineira²⁶.

Além do relatório desta Comissão, que propunha explicitar de que formas as ações efetivas em torno dos distritos e das áreas industriais poderiam promover o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, realizou-se também, na Assembleia Legislativa, em 1969, a Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul, foi realizada pela Assembleia Legislativa, tendo as seguintes finalidades:

- a) Proceder ao levantamento sócio-econômico atualizado do Rio Grande do Sul, traçando um quadro tão exto quanto possível da realidade estadual;
- b) analisar as necessidades, tendências e possibilidades econômicas e sociais do Estado;
- c) sugerir medidas para coordenar e acelerar o desenvolvimento econômico-social do Rio Grande do Sul;
- d) dar a mais ampla divulgação aos resultados que alcançar, publicando cada conclave, ao final de seus trabalhos, uma “Carta de Conferência”.²⁷

Nesta Conferência, poderiam participar não apenas os parlamentares gaúchos, como também “representantes dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, de órgãos técnicos, científicos e culturais, públicos e privados, de entidades de classe e comunitárias, bem como outros interessados, previamente inscritos”²⁸. As discussões e os trabalhos que

²⁵ Ibid., p. 5.

²⁶ Ibid., p. 5.

²⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Anais da Conferência de Desenvolvimento Econômico e social do Rio Grande do Sul: Problemas e Perspectivas para a Industrialização do RGS. Porto Alegre, 1969, p. 2.

²⁸ Ibid., p. 3.

foram gerados serviram de subsídios para outros trabalhos que visavam à elaboração de planos e projetos para a expansão do número de indústrias no Rio Grande do Sul. O próprio relatório da CDI, por exemplo, foi elaborado tendo este material como referência.

Considera-se que estas seriam as principais ações da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em prol do estudo de elementos que contribuíssem para que a indústria gaúcha aumentasse sua participação na renda do estado. A partir deste momento, as ações no âmbito do Poder Executivo estadual passam a ser destaque.

Em 1975, o Governo do Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, estabeleceu alguns objetivos voltados à industrialização. Entre eles, destacou-se que o Rio Grande do Sul tinha por objetivo “estruturar e consolidar uma economia dinâmica, moderna e capaz de ofertar um volume de emprego compatível com o seu crescimento populacional, especialmente o contingente urbano, e que contenha os elementos de um crescimento autônomo e qualitativamente saudável”²⁹, ainda na década de 1970.

Com este intuito, levando em conta a realidade do estado, não referentes apenas as vantagens, mas também as limitações existentes para a localização industrial, “o Governo do Rio Grande do Sul fixou linhas mestras de atuação na promoção industrial, que definiu os diversos níveis e intensidades no uso de seu instrumental de apoio e incentivo a indústria”³⁰. Dentro dessas metas, o Governo estabeleceu dois níveis de apoio e incentivos.

O primeiro nível de ação seria aplicável para qualquer atividade industrial, desde que fossem obedecidas as limitações municipais. Nesses casos, o Estado se propunha a “melhorar progressivamente seu sistema infra-estrutural econômico e social e perseguir tenazmente a adequada expansão do sistema bancário”. Esta ação visava melhorar o apoio ofertado a atividade industrial e era “objeto de ação das diversas Secretarias do Estado, conforme planos propostos e que se orientam no sentido de maior racionalidade e eficácia do aparelho administrativo estadual”. Além disso, destaca-se que o Governo pretendia apoiar “os projetos enquadrados plenamente em suas prioridades setoriais e locacionais em seus contatos e pleitos junto ao Governo Federal, o que é facilitado pela concordância existente entre as prioridades federais e estaduais”³¹.

No segundo nível de ação, foram fixadas pelo Estado, quais seriam as prioridades setoriais e locacionais. Essas representavam os “objetivos a alcançar no que se refere à estrutura da indústria e sua especialização, cujo atendimento e satisfação constituem as

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Política de industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1975, p. 4.

³⁰ Ibid., p. 4.

³¹ Ibid., p. 5.

contrapartidas empresariais”. Nesse sentido, pretendiam ser mobilizados, “em diversas combinações e intensidades, os diversos incentivos sob comando do Governo Estadual”³².

Situavam-se entre as prioridades setoriais³³: matérias-primas para fertilizantes, o Pólo Petroquímico, o Complexo Industrial Carbonífero, insumos básicos, o Complexo Metal-Mecânico e as agroindústrias. Já com as prioridades locacionais, o Governo pretendia “atingir um duplo objetivo: obter economias de aglomeração que diminuam os custos de infraestrutura das empresas e reespecializar a atividade econômica, a fim de evitar concentrações urbanas onerosas e desaconselháveis”³⁴. Nesse sentido, distinguem-se as ações para os distritos industriais e as ações para as áreas industriais:

Os Distritos Industriais contarão com todos os incentivos disponíveis e terão sua organização acelerada de modo prioritário. As áreas industriais terão apoio só na medida em que seus próprios projetos forem passíveis de avaliação econômica. Os primeiros estarão a cargo do Estado e essas sob responsabilidade dos municípios³⁵.

Esta maior atenção dada aos distritos industriais em relação às áreas industriais se dava porque essas últimas deveriam ficar sob responsabilidade dos municípios. Não que elas não seriam incentivadas pelo Estado, mas é que elas demandariam um investimento menor de recursos se comparado aos distritos industriais. Isso, portanto, tornaria viável que os municípios tivessem uma iniciativa maior.

Depois de expostas quais seriam as ações prioritárias do governo, a fim de cumprir o que havia sido estabelecido como política de industrialização para o Rio Grande do Sul, dividiu-se as atribuições entre a Secretaria de Coordenação e Planejamento, a Secretaria de Indústria e Comércio, a CEPEDI e o BRDE-BADESUL.

Em 1977, foi elaborado, pela Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado um material referente a criação da Comissão Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais (CEPEDI). Esta Comissão foi pensada para formular ações administrativas sistematizadas, em prol da difusão destas áreas ou distritos industriais no Rio Grande do Sul. A divulgação desse material que fora consultado tinha por objetivo “divulgar os princípios básicos de atuação sistematizada do Setor Público do Rio Grande do Sul, em relação a

³² Ibid., p. 5.

³³ Conforme consta no material produzido pela Secretaria de Coordenação e Planejamento (1975, p. 9), “na fixação das prioridades setoriais foram levadas em conta as estruturas industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil, a evolução da demanda nacional e local, as vantagens comparativas que deverão prevalecer no atendimento dessa demanda, os ‘vazios’ industriais já existentes e sua possibilidade de preenchimento no Rio Grande do Sul, a complementação potencial entre novas indústrias e o desenvolvimento da atividade agropecuária gaúcha e o desenvolvimento e melhor uso da base de recursos naturais do Rio Grande do Sul”.

³⁴ RIO GRANDE DO SUL, 1975, op. cit., p. 19.

³⁵ Ibid., p. 19.

concessão de auxílio da Administração Estadual, às solicitações de Municípios, referentes a Distritos ou Áreas Industriais”³⁶.

Neste documento foi elaborada uma espécie de mapa evolutivo das principais fases e características da abordagem institucional em relação a este tema. Nesse sentido, situou-se a criação da CEPEDI como referência para o início de uma atuação administrativa mais sistematizada e eficiente. Há menções a iniciativas isoladas, que não estavam em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Estado, e que não foram abordadas. Duas exceções foram os do “Plano do Delta do Jacuí (1957)” e da “Cidade Industrial de Porto Alegre (1961)” que chegaram a receber do Estado alguns estudos preliminares:

Ambas, tomadas com rigor técnico particularmente notável quando situadas em um estágio em que poucas eram as informações e mesmo realizações concretas de Distritos Industriais, pretendiam proporcionar condições de localização industrial, não em função de necessidades já constatadas de área industrial, mas prevenindo situações que se prenunciavam pela observação do eixo Rio-São Paulo. Essas iniciativas, como realização concreta, não foram além da declaração de utilidade pública das respectivas áreas indicadas [Plano do Delta do Jacuí e Cidade Industrial de Porto Alegre] e, vencido o prazo legal de reserva, encerraram-se quaisquer referências administrativas às mesmas³⁷.

Depois disso, em 1969, “foi abordada pela primeira vez no Estado, uma orientação quanto à transferência de terrenos do patrimônio público à empresas industriais”³⁸. Esta abordagem foi efetuada através da Comissão Especial Coordenadora da Área Industrial do Porto de Rio Grande (CECAIPRG), que reunia órgãos da União e do Estado. Este seria “o início do Projeto do Distrito Industrial de Rio Grande que, por sua importância e complexidade crescente, tornou-se o grande elemento motivador da tomada de decisão administrativa de institucionalização dos mecanismos referentes à política de implantação de Distritos e Áreas Industriais no Estado”³⁹.

Para além das ações sistematizadas, foram concedidos pelo Estado, através de suas secretarias, alguns apoios tanto no que se refere a elaboração de projetos, quanto a realização de obras de infraestrutura. Porém, estes apoios foram concedidos para aqueles municípios que pretendiam estabelecer suas áreas industriais. Dentre estes municípios foi destaque o caso de Farroupilha como “o que mais êxito obteve quanto às suas reivindicações que, **aliado ao dinamismo local**, realizou boa parcela de sua Área Industrial”⁴⁰.

³⁶ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Distritos e áreas industriais:** prioridade de atendimento às solicitações municipais, 1977, p. 9.

³⁷ Ibid., p. 11.

³⁸ Ibid., p.12.

³⁹ Ibid., p. 12.

⁴⁰ Ibid., p. 12 [Grifo nosso].

Até pelo menos um ano e meio registra-se que a atuação da CEPEDI ficou praticamente restrita a criação do Distrito industrial de Rio Grande e para “o acompanhamento das iniciativas do Governo Federal frente à instalação do Complexo Portuário Industrial”. Porém, “desde a primeira reunião do CEPEDI, em vinte e um de julho de 1971, foi destacada a necessidade de uma política de distritos industriais em nível de Estado estar embasada em: -detecção de oportunidades industriais e, política de ordenação industrial”⁴¹.

Também no que se refere a uma das primeiras atribuições da CEPEDI, consta nesse documento, a elaboração do que seria uma triagem que avaliasse quais seriam os distritos industriais que precisavam ter prioridade de instalação. Além disso, estabeleceu-se ainda “que a colaboração do Estado em áreas industriais não se daria através da aquisição dos respectivos terrenos”⁴².

Em 1973, iniciou-se uma alteração nas diretrizes da Comissão, em função das reivindicações dos municípios. Estas alterações inauguraram uma fase na qual o Estado passou a ter algum tipo de co-participação nas iniciativas municipais. Estas, por sua vez estavam geralmente relacionadas aos recursos necessários à implantação física. Mas importante de destacar que as iniciativas mais decisivas deveriam partir dos municípios. Nesse sentido,

as áreas industriais municipais, **onde, de alguma forma, houve resposta à necessidade mais imediata apontada pela Prefeitura**, foram: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Cruz Alta, Farroupilha, Estrela, Flores da Cunha, Gravataí, Horizontina, Nova Prata, Pelotas, Santa Rosa, Santana do Livramento e Taquara⁴³.

Ainda em 1973, registra-se a criação da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC)⁴⁴, vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio. Esta também visava a execução da política de instalação de distritos industriais e possuía consonância com as ações da CEPEDI.

Entre 1973 e 1974, foram aprovados outros Distritos Industriais de integral responsabilidade do Estado e que desde seu início tiveram execução delegada à

⁴¹ Ibid., p. 13.

⁴² Ibid., p. 13.

⁴³ Ibid., p. 14 [Grifo nosso].

⁴⁴ A CEDIC foi criada pela Lei nº 6530, de 12 de janeiro de 1973 e, conforme o Artigo 1º: “É o Poder Executivo autorizado a constituir uma sociedade anônima de economia mista e capital autorizado, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul-CEDIC, com o objetivo de prestar assistência e consultoria técnicas na elaboração, execução e implantação de estatutos, programas e projetos relacionados com a política estadual de promoção e dinamização do desenvolvimento industrial e da comercialização do produto do Estado”. Esta lei foi decretada pela Assembleia Legislativa, sancionada e promulgada pelo Governador do Estado naquela época, Euclides Triches.

CEDIC por determinação da [Secretaria de Indústria e Comércio] SIC: Santa Maria e Butiá, por indicação da STAS – Secretaria do Trabalho e Ação Social, objetivando, através desse último, amenizar as condições de desemprego oriundas do fechamento das minas de carvão; Cachoeirinha e Gravataí, em função da demanda revestida de prioridade de atendimento a empresas de avançada tecnologia, alta densidade de capital, absorvedoras de mão-de-obra especializada, reclamando localização na região metropolitana⁴⁵.

No decorrer dos anos a CEDIC foi absorvendo as funções da CEPEDI, sendo que a instalação do Distrito Industrial de Rio Grande foi a última delas a ser transferida, em 1975. Em retrospecto as ações realizadas em prol dos distritos e áreas industriais constatou-se que “os recursos encaminhados aos Municípios em atendimento as solicitações formuladas em relação as suas áreas industriais, foram insuficientes para permitir a qualquer uma delas condições de funcionamento”. Nesse sentido, evidenciou-se “a necessidade de serem estabelecidos critérios que permitissem alocar os recursos escassos entre Municípios que se caracterizassem como prioritários para receber esse atendimento”⁴⁶.

Em função desta realidade que o Estado não conseguia fornecer o atendimento e apoio necessário para que os municípios pudessem criar seus distritos industriais, a partir de meados de 1975, foram fixadas, pela CEPEDI, algumas diretrizes. Entre elas destacam-se:

- a) sustar a definição de outros Distritos Industriais sob integral responsabilidade do Estado, concentrando os recursos orçamentários ou captados pela CEDIC na conclusão das etapas iniciadas de Cachoeirinha, Butiá, Gravataí, Rio Grande, Santa Maria;
- b) restringir a participação do estado nos Distritos e Áreas Industriais municipais através da desapropriação de terras, inclusive sustando projetos já iniciados, através de declarações de utilidade pública;
- c) canalizar sua atuação para municípios que, feita uma seleção através de critérios técnicos, demonstrassem maior grau de viabilidade para a implantação de suas áreas industriais, enfrentando uma realidade administrativa que não permite a total omissão frente as iniciativas municipais⁴⁷.

Com base nestas diretrizes, foram elaborados critérios que definiam quais seriam os locais que necessitavam de um maior apoio do Estado, bem como quais deles continham fatores mais preponderáveis a criação da área industrial. Dentre estes fatores foi levado em consideração:

Como condição básica, a demanda comprovada de área por estabelecimentos industriais em vias de implantação, em confronto com a inexistência de terrenos ou sua existência, mas com precárias condições de infra-estrutura de apoio(...). Simultaneamente realizou-se a avaliação da capacidade financeira da Prefeitura relativamente ao empreendimento, baseada no pressuposto de que a iniciativa e promoção são municipais, agindo o Estado de forma complementar. Outro fator a

⁴⁵ RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 14.

⁴⁶ Ibid., p. 15.

⁴⁷ Ibid., p. 16.

ponderar baseou-se em que a criação da área industrial não viesse a ocasionar a sobrecarga da infra-estrutura física e social da cidade, mas que suas necessidades, por hipótese pudessem ser satisfeitas dentro do quadro esperado da evolução urbana, com ajustes de pouca expressão⁴⁸.

Tomando a área ou distrito industrial como um projeto de investimento, a CEPEDI elaborou, através de uma metodologia específica de trabalho, quais seriam seus critérios e quais seriam as áreas prioritárias, que seriam estratégicas e necessitavam de uma ajuda mais imediata do Estado. Pelo que se pode perceber, era usual serem utilizadas a comparação entre as possibilidades de uso dos recursos entre os municípios para poder hierarquizá-los. Além disso, os municípios eram avaliados de acordo com as possibilidades da região na qual estavam inseridos e agrupados dentro delas.

Logo de imediato foram excluídas a Região Metropolitana, pois nela “as prioridades de distritos e áreas industriais são propostas pela Fundação Metropolitana de Planejamento – METROPLAN e referendadas pelo Conselho. Decorre daí a exclusão de seis (6) Municípios dessa área”. Além destes, também “foram eliminados aqueles Municípios já atendidos pela Administração Estadual. Estão suprimidos também, por não se coadunarem com o objetivo básico da pesquisa, os Municípios sedes de programas de incentivo industrial promovidos diretamente pelo Estado”. Ou seja, “dessa primeira seleção restaram, corretamente integrados com os princípios básicos do seguimento exposto, 47 Municípios, correspondendo a dez (10) regiões”⁴⁹. De acordo com estas premissas, foi organizado o seguinte quadro⁵⁰:

⁴⁸ Ibid., p. 16.

⁴⁹ Ibid., p. 19.

⁵⁰ Ibid., p. 20.

Tabela 1 – Área de Abrangência da pesquisa

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA				
FUNÇÃO (CENTRO)	NÍVEL	NÚMERO DE CENTROS	REGIÃO METROPOLITANA	CENTROS PESQUISADOS
I SUPRA-REGIONAL (1ª ORDEM)	5º	1	1	-
II SUPRA-REGIONAL (2ª ORDEM)	4ºA	4	-	3
III REGIONAL	4ºA	1	-	-
	4ºB	5	-	4
IV SUB-REGIONAL e	4ºB	1	1	-
	3ºA	10	1	6
V ESPECIAL	3ºB	12	2	7
VI DE APOIO	2ºA	7	-	4
T O T A L	-	41	5	24

FUNÇÃO (CENTRO)	NÍVEL	DISTRITOS INDUSTRIAIS E PROGRAMAS ESPECIAIS DO ESTADO	COM SOLICITAÇÃO ATENDIDA	NÃO PESQUISADOS
I SUPRA-REGIONAL (1ª ORDEM)	5º	-	-	-
II SUPRA-REGIONAL (2ª ORDEM)	4ºA	1	-	-
III REGIONAL	4ºA	1	-	-
	4ºB	-	-	1
IV SUB-REGIONAL e	4ºB	-	-	-
	3ºA	1	-	2
V ESPECIAL	3ºB	-	1	2
VI DE APOIO	2ºA	1	-	2
T O T A L	-	4	1	7

FONTE: Classificação Regional - SISDRU/SDO.
CEPEDI

- I - SUPRA-REGIONAL DE 1ª ORDEM - METRÓPOLE REGIONAL - Porto Alegre desenvolvendo influência a nível estadual, dadas as suas funções de central decisória administrativa e sócio-econômica, caracterizada por elevada concentração populacional e de equipamento.
- II - CENTRO SUPRA-REGIONAL DE 2ª ORDEM - Com influência sobre espaços externos ao da Região onde se situam, objetivando a alocação de recursos e equipamentos de âmbito supra-regional com atração na economia e na organização de áreas mais amplas.
- III - CENTRO REGIONAL - Representantes do nível regional por excelência com funções importantes na administração do processo do desenvolvimento, dado o seu papel de articuladores diretos da vida das regiões.
- IV - CENTRO SUB-REGIONAL - Representando um primeiro nível de polarização no tocante a distribuição de bens e serviços de média especialização, com a influência sobre a organização de unidades sub-regionais.
- V - CENTRO ESPECIAL - Assim consideramos pelas funções estratégicas que desempenham no contexto estadual.
- VI - CENTRO DE APOIO - Objetivando um maior equilíbrio da rede urbana regional.

Fonte: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Distritos e áreas industriais:** prioridade de atendimento às solicitações municipais, 1977 p. 20.

De forma mais específica, para a confecção deste quadro, foram elaboradas sete premissas básicas que fundamentaram em três os critérios que determinavam ou não que um município receberia ou não a ajuda do Estado para a construção do seu distrito ou área industrial. Estes três critérios eram os seguintes:

- a) Capacidade de participação no empreendimento (Área Industrial) por parte da Prefeitura, em um número mínimo de 50% do investimento total;
- b) Investimentos privados (Empresas Industriais) demandando instalação na Área Industrial do Município solicitante;
- c) Suporte urbano e organização regional coerentes com a pretensão da Área Industrial⁵¹.

Ou seja, caso os municípios não atendessem pelo menos os dois primeiros desses critérios, não receberiam auxílio do Estado para o estabelecimento de suas áreas industriais. Depois de “definida a necessidade do Município ser o agente promotor da instalação da Área Industrial e o Estado intervir supletivamente na alocação dos recursos, adotou-se como pressuposto que a aplicação municipal não poderia ser inferior a 50% do investimento total”, sendo que:

O tempo médio fixado para a aplicação dos investimentos básicos foi estimado em 10 anos, divididos em duas (2) fases distintas. A primeira, os cinco (5) anos iniciais, caracteriza-se pela criação da infra-estrutura mínima necessária à instalação das primeiras indústrias, correspondendo ao embasamento da realização. A segunda, compreendendo os cinco (5) anos restantes, caracteriza-se pela complementação da infra-estrutura básica, instalação de novas indústrias e funcionamento mais produtivo dos investimentos privados; é a fase ativa do processo⁵².

Neste documento, foi determinado, também, o rateio dos investimentos básicos nas áreas industriais, a porcentagem que seria responsabilidade do Estado e a porcentagem que seria de responsabilidade das prefeituras. Nesse sentido,

estimou-se que o primeiro quinquênio deverá consumir em média 30% do investimento total, sendo que o restante dos investimentos (70%) serão realizados durante a segunda fase. Na primeira fase o responsável principal pelas aplicações será o Estado, representado estas, até 24% do total a investir. A aplicação do Município neste período deverá corresponder a, no mínimo, 6% do investimento total. No segundo quinquênio o Estado aplicará até 26% do investimento total e o Município no mínimo 44% (...) no segundo quinquênio, período ativo do processo, o Município estará recebendo diretamente as repercussões positivas da área, possuindo assim maior capacidade e incentivo para investir⁵³.

⁵¹ Ibid., p. 22.

⁵² Ibid., p. 23.

⁵³ Ibid., p. 23-24.

A forma como deveria se dar a participação da prefeitura nos investimentos apareceu logo em seguida:

A forma de participação da Prefeitura até o montante previsto poderá ter composição variável, sendo constante apenas a parte correspondente ao valor do terreno, uma vez que a desapropriação deverá sempre ser feita pelo Município. O restante do investimento poderá ser realizado através de obras necessárias à implantação, tais como estrada municipal, obras de arte, de acesso a área, prédios para a instalação de entidade encarregada da implantação, horas-máquina de equipamento de terraplanagem ou pavimentação e demais facilidades julgadas oportunas⁵⁴.

Depois disso, foram tecidas considerações a respeito dos investimentos privados nos distritos e áreas industriais. Nesse sentido, estabeleceu-se “uma hierarquização de Municípios, em função do maior ou menor grau de expectativa dos empresários, no sentido de se localizarem nas Áreas Industriais”. Estas expectativas eram traduzidas através da elaboração de um projeto pelas empresas, capaz de manifestar a intenção de se instalar em determinado local. Esses projetos, por sua vez, foram substituídos por questionários elaborados pela CEPEDI e que deveriam ser preenchidos pelas empresas que tinham interesse em se instalar nestas áreas. A importância desse questionário também foi destacada nesse documento:

A avaliação dos projetos industriais das empresas interessadas em localizar-se em um Distrito ou Área Industrial é importante, porque permite visualizar, prever e quantificar repercussões decorrentes dos investimentos, como também, possibilita uma adequação entre disponibilidade e necessidades. Através das repercussões é possível conhecer benefícios que um conjunto de projetos de uma determinada área irão gerar, os quais comparados ao custo dos investimentos totais na mesma área identificarão a maior ou menor viabilidade de implantação do distrito. Estes dados hierarquizarão os aglomerados industriais, em função do retorno dos investimentos globais aplicados. As necessidades de cada indústria, também são fator importante, pois a comparação entre as disponibilidades e perspectivas da área, indicará o grau de adequação daquele projeto industrial, àquela área. A análise sob este prisma procurará evitar as localizações industriais imperfeitas, auxiliando indiretamente a macrolocalização das áreas fabris⁵⁵.

A todas as questões que foram levantadas, e que foram contempladas nos materiais publicados, tanto pelas comissões da Assembleia Legislativa, quanto pelo Governo do Estado, outras precisam ser acrescentadas. Isso, porque, outras questões também podem ter motivado os governos da época em optar por uma política industrializante.

Nesse sentido, observou-se que, durante a segunda metade do século XX, ocorreu um significativo crescimento da população urbana no Rio Grande do Sul. Isso não ocorria somente no estado, sendo uma tendência não só nacional como também um fenômeno global que se acentuou em função do avanço do modo de produção capitalista. Inserido dentro dessa

⁵⁴ Ibid., p. 24.

⁵⁵ Ibid., p. 25-26.

lógica, o Governo Gaúcho via na industrialização a chave para a consolidação de um sistema econômico moderno. Além disso, havia uma atmosfera positiva a estas iniciativas, principalmente estas que foram intensificadas durante o período de “milagre econômico”.

Embora as ideias de criação de áreas industriais não sejam recentes, é no contexto de crescimento acelerado da economia, do início da década de 1970, que aparecem situadas as ideias referentes à instalação do Distrito Industrial de Santa Maria. Todavia, este era um projeto que não estava destinado apenas para esta cidade, mas também para outras cidades do Rio Grande do Sul, conforme foi exposto, pois se considerava que o estado ainda mantinha problemas neste setor econômico e que precisaria superá-los.

Deste modo, considera-se que essa tentativa de industrialização foi uma das pautas principais do Governo do Estado, tanto é que o próprio Governador Euclides Triches, em 1975, através do relatório anual sobre a situação dos negócios do estado, encaminhado para o Poder Legislativo, destacou que a indústria era um dos setores prioritários no que se referia a aceleração do crescimento econômico e na elevação dos níveis de bem-estar da sociedade rio-grandense. Além disso, nesse mesmo relatório, verificou-se a tentativa de demonstrar que o Rio Grande do Sul estava forte, unido e imune aos efeitos da crise econômica mundial.

Por fim, este primeiro capítulo procurou estudar de que forma as ideias relacionadas ao desenvolvimentismo permearam a formação histórica do Brasil, desde pelo menos o início do século XX. Estas ideias também ficaram evidentes durante o período em que a economia brasileira passou por uma fase de crescimento econômico, entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Este período foi, justamente, quando no Estado do Rio Grande do Sul pensou-se em ações que proporcionassem o desenvolvimento da indústria. Estas ações estavam embasadas teoricamente por estudos relacionados a criação de distritos ou áreas industriais, tal como foi apresentado até o presente momento.

Nesse contexto, foi que em Santa Maria também passou a planejar um projeto de industrialização para a cidade. Este, por sua vez, teria como principal elemento, o Distrito Industrial de Santa Maria, que será o principal alvo do segundo capítulo, a ser apresentado nas próximas páginas.

2. SANTA MARIA E O SEU DISTRITO INDUSTRIAL

Santa Maria é um município localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foi emancipado em 1858 e possui uma área de aproximadamente 1.788,121 km², com cerca de 261 mil habitantes⁵⁶. Sua localização geográfica pode ser observada no seguinte mapa:



Figura 2: Localização Geográfica de Santa Maria

Fonte: FICHEIRO RIO GRANDE DO SUL. **Município de Santa Maria**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SantaMaria.svg. Acessado em 18 de outubro de 2013.

Historicamente, esta cidade teve a maior parte de seu capital econômico oriundo da agropecuária e do setor de serviços, com destaque para o comércio. Estes teriam sido possibilitados, principalmente, porque Santa Maria foi um dos principais centros da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), sendo que, possuía e ainda mantém um grande contingente militar, além de estar posicionada em uma localização geográfica favorável, no centro do estado do extremo sul do Brasil e assim, próximo da Argentina e do Uruguai. Esta posição geográfica privilegiada pode ser observada nas seguintes ilustrações:

⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL. **Santa Maria** – Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431690>. Acessado em 21 de outubro de 2013.

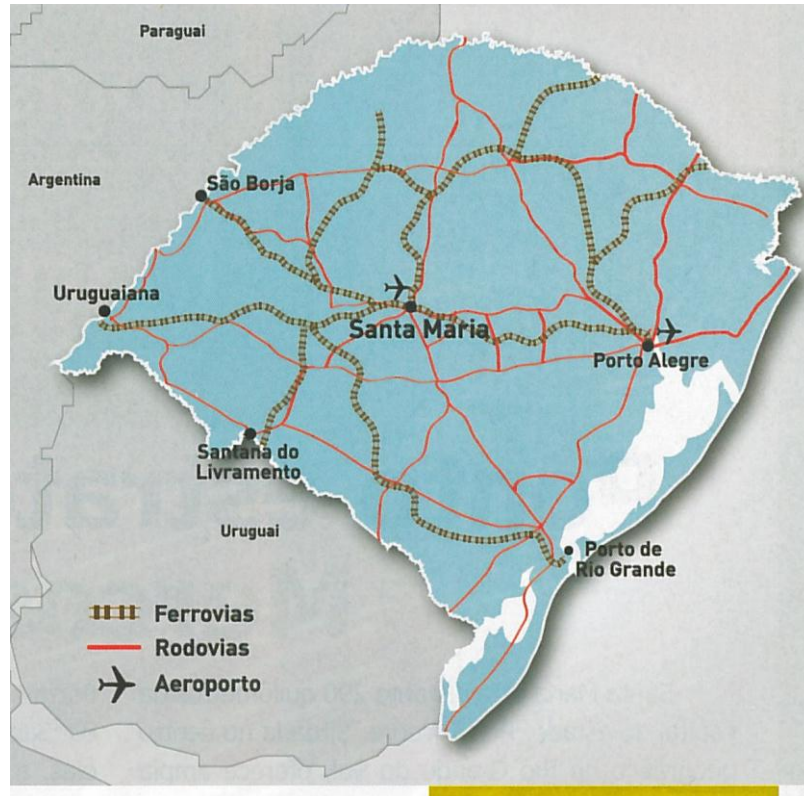


Figura 3: Mapa do Rio Grande do Sul com destaque para as Linhas Férreas e Rodoviárias.
 Fonte: ANUÁRIO 2012. Santa Maria. Potencialidades. Grupo A Razão, 2012, p. 18.



Figura 4: Distância de Santa Maria para outros centros, em Km.
 Fonte: ANUÁRIO 2012. Santa Maria. Potencialidades. Grupo A Razão, 2012, p. 18.

A posição geográfica estratégica de Santa Maria fez com que a cidade se tornasse o principal entroncamento das linhas férreas no estado, conforme detalhou Silvana Grunewaldt, principalmente a partir da construção da linha Porto Alegre-Uruguaiana, a qual teve o seu primeiro trecho entregue em 1884. Isto fez de Santa Maria um importante e dinâmico entreposto comercial, no qual passava boa parte do tráfego férreo do estado. A partir de então, “a imagem de vilarejo foi sendo deixada para trás e, com a chegada dos escritórios da Cia. Belga, em 20 de julho de 1905, com a construção das oficinas na cidade e no Km 3, Santa Maria chega ao século XX, como importante centro ferroviário” (2010, p. 336).

A pesquisadora Márcia Kaipers Machado, também destacou essa importância que a localização geográfica teve para a constituição da cidade de Santa Maria, pois a mesma estava inserida no contexto das disputas em torno do Prata, surgindo “como um importante referência geográfica para a conquista portuguesa no sul e na guarnição das fronteiras” (2012, p. 31). Ela também destacou a influência e a importância militar de Santa Maria, iniciada mesmo “antes de sua fundação com o acampamento da comissão demarcadora de limites” (MACHADO, 2012, p. 44). Nesse sentido, a autora correlacionou o fato de a cidade ser atualmente o segundo maior contingente militar do País, justamente a esse histórico-geográfico que a originou:

O município de Santa Maria, localizado na região central do Rio Grande do Sul, se constitui, hoje, no segundo maior contingente militar do país, em termos operacionais (poder bélico), conferindo a cidade uma importância estratégico-militar. Essa presença militar no território de Santa Maria pode ser analisada de acordo com o processo histórico-geográfico que determinou a sua origem. As unidades militares federais hoje aqui instaladas reportam-se a história colonial, imperial e republicana do Brasil, através da materialização de algumas delas que no passado desempenharam importante papel na conquista e defesa das fronteiras no sul do país (MACHADO, 2012, p. 31).

Maria Medianeira Padoin, já em 1992, também relacionou o início da atividade comercial em Santa Maria ao Acampamento Militar demarcador dos limites, que, por sua vez, acabava atraindo um grande número de comerciantes para a Região. Nesse caso, “o grande número de funcionários públicos ligados a Viação Férrea, acrescido dos militares, gerou uma demanda considerável, ou seja, eram consumidores em potencial (setor alimentício, vestuário, habitação)” (1992, p. 10).

Posteriormente, mesmo com a crise do sistema ferroviário, o setor de serviços conseguiu se sustentar, pois a cidade foi se delineando como um importante centro universitário, inclusive, possuindo a primeira Universidade Federal do interior do Brasil, a

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundada em 1960, uma referência não somente na Região, mas também nacionalmente. Ou seja, “com a criação da Universidade Federal de Santa Maria, o número de estudantes (população flutuante), de professores e funcionários ligados a esta, contribuíram para que a tradição de centro comercial se mantivesse” (PADOIN, 1992, p. 10-11). Além disso, o contingente militar da cidade também permaneceu em constante ascendência. Como exemplo desta ascensão, tem-se a inauguração da Base Aérea de Santa Maria, em 1971.

As atividades em torno da agropecuária também tiveram origem na formação histórica do município. Segundo Machado, “em torno do gado vacum fez surgir o tropeirismo, que abriu caminho pelos quais conduziam-se as tropas de gado vacum, muar e cavalari para serem comercializados nas feiras em Laguna, Sorocaba, São Paulo e Minas Gerais” (2012, p. 32). Assim, a Região Central, Santa Maria, teria servido de passagem para os tropeiros. Até o final do século XIX, no caso, a pecuária se configurou como a principal atividade econômica agrícola de Santa Maria.

Depois disso, por conta principalmente dos fluxos imigratórios, da Europa para o Brasil, a agricultura passou a ser fortalecida em Santa Maria. Essas afirmativas encontram correspondência no trabalho de Cirilo Costa Beber:

Até fins do século XIX, assim como ocorria em toda a campanha gaúcha, a mais importante atividade econômica de Santa Maria foi a pecuária. A partir da década de 1880, dada a forte participação de sucessivas levas de imigrantes alemães e italianos, estes em maior número, a agricultura, paulatinamente, foi superando a pecuária em valor produzido (...). No fim do século passado e nas três primeiras décadas do século XX, a produção agrícola era tanta que se tornou necessária exportação em grande escala de alfafa, milho, banha, fumo, arroz, feijão e batatinha. Nas estações da Viação Férrea de Estação Colônia (atual Camobi), Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria, embarcavam-se produtos para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Uruguai e Argentina. Santa Maria tornou-se a maior exportadora de alfafa da América Latina. Favorecida pela nova fonte de riqueza, mais dinheiro passou a circular na cidade, sobretudo no comércio. Para cá vinham os colonos a cavalo ou de carroça, portando suas malas de garupa para realizarem compras de mercadorias, não existentes nos bodegões de seus redutos coloniais (1998, p. 151-152).

Maria Medianeira Padoin também já havia relacionado a produção agrícola de Santa Maria à presença de imigrantes. Segundo a autora, a considerável produção agrícola de Santa Maria foi possibilitada muito em função do “elemento imigrante alemão e italiano, que se dedicavam a esta atividade, principalmente no terceiro e quarto distritos rurais, São Pedro do Sul e Silveira Martins, respectivamente” (1992, p. 29).

Acredita-se que, principalmente, foi em decorrência do desempenho histórico destes setores, que Santa Maria não ficou reconhecida por suas indústrias. Pois, em comparação com

o setor de serviços, por exemplo, a indústria mantinha uma menor expressão, especialmente a partir da segunda década do século XX. Este fato poderia ter colaborado para que a mesma recebesse menos atenção.

Porém, assim como acontecia com o comércio, mas em menor proporção, a indústria local também se beneficiava com a existência da Viação Férrea, pois esta favorecia o escoamento de sua produção, que era voltada principalmente para a “elaboração de matérias-primas agropecuárias” (PADOIN, 1992, p. 30).

Padoin complementou esta ideia explicando os motivos pelos quais pode ter ocorrido uma redução dos investimentos na indústria, não só em Santa Maria, como também em boa parte do Rio Grande do Sul. Segundo ela, como a industrialização da cidade esteve vinculada a agropecuária, facilitada pela Viação Férrea, a crise desta última e a política governamental orientada para a agricultura empresarial de exportação, “contribuíram para o declínio da produção agropecuária local, onde se dedicavam, nesta região, a policultura em pequenas e médias propriedades. Isso contribuiu conseqüentemente, para o decréscimo da indústria vinculada a este setor” (PADOIN, 1992, p. 61-62).

Esta realidade permaneceu até pelo menos o final da década de 1960, quando as prioridades governamentais passaram a ter uma preocupação maior com a industrialização. Existiam estabelecimentos industriais em Santa Maria, mas a maioria deles, ou beneficiavam os produtos agrícolas, ou eram artesanais, não dispunham de muita tecnologia e empregavam pouca mão-de-obra.

A incipiência da indústria de Santa Maria também foi observada em registro feito no Plano Diretor Municipal de Santa Maria, elaborado em 1969:

A atividade industrial em Santa Maria pode ser caracterizada, não apenas pela sua incipiência, mas também pela ausência nos últimos anos de qualquer força dinamizadora.

No modelo Colonização da Região – voltada mais para a pecuária e de formação do núcleo urbano de Santa Maria – centro militar e ferroviário – devemos buscar as causas desse desleixo pela industrialização. Não houve até agora motivos que induzissem à atividade industrial, eis que sempre surgiam válvulas de escape para a ocupação dos fatores de produção disponíveis⁵⁷.

No entanto, foi a partir deste mesmo ano, quando a cidade acompanhou, pelo menos ideologicamente, a euforia propiciada pelo crescimento acelerado da economia, que discussões acerca da necessidade de se desenvolver um projeto de industrialização local, que revertesse a situação em que a indústria se encontrava na cidade, passaram a ganhar

⁵⁷ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Plano Diretor de Santa Maria**, 1969, p. 18.

evidência. A proposta de se criar um Distrito Industrial, no caso, foi o exemplo mais concreto disso. Esta mesma constatação também foi observada no trabalho elaborado por Padoin:

A partir do final dos anos 60, as regiões mais desenvolvidas do Brasil (eixo Rio - São Paulo - Minas Gerais) estavam em uma fase eufórica - expansionista do capitalismo industrial, destacando na década de 70, a fase do chamado "milagre brasileiro". Em Santa Maria, no referido período, prevalecia o acúmulo de capital, oriundo, especialmente, da atividade comercial (65% do dinheiro que circulava). O momento histórico e os empresários de Santa Maria, através da CACISM, contribuíram para a construção de um projeto de industrialização local, no qual o Brasil estava inserido, mais efetivamente a partir de meados dos anos 30 (1992, p. 43-44).

Como mencionado, a destinação de uma área para a instalação de um Distrito Industrial foi a principal alternativa de crescimento para o empresariado local, isso muito em função da política de disseminação de distritos e áreas industriais no Rio Grande do Sul. Mas além desta política favorável, esforços de empresários e políticos santa-marienses, para a concretização desse projeto também foram concentrados.

Nesse sentido, Padoin destacou que o Distrito Industrial de Santa Maria era “aspiração máxima da CACISM” (1992, p. 59). A historiadora destacou, também, que, apesar do projeto do Distrito Industrial ter surgido no período de "milagre brasileiro", sua oficialização só aconteceu posteriormente, no período de crise econômica, que era agravada pela alta dos preços do petróleo, alta da inflação, aumento dos preços das matérias primas e produtos industrializados. Com isso, “como soluções para todos esses problemas, a classe empresarial [via], na industrialização local, a solução mais indicada, gerando empregos e criando riquezas” (1992, p. 59).

O estudo desenvolvido por Cirilo Costa Beber também registrou como essa questão que envolvia a industrialização de Santa Maria e circulava entre os empresários locais. Nesse sentido, o autor destacou que, no início da década de 1970, a diretoria da Associação Comercial de Santa Maria havia identificado o problema que envolvia as indústrias locais. Por isso, teria se convencido da “necessidade de promover uma campanha em prol da industrialização do município. Para atingir esse objetivo, várias propostas de incentivos foram cuidadosamente analisadas. Uma delas foi aprovada imediatamente: propor à Prefeitura Municipal a criação de uma área industrial ou um distrito industrial” (1998, p. 270).

No entanto, embora os estudos de Maria Medianeira Padoin (1992) e Cirilo Costa Beber (1998) apontem que a ideia de industrialização de Santa Maria, a partir da construção de um Distrito Industrial, tenha origem no empresariado local, representado pela CACISM,

principalmente, crê-se que o modelo que pensava em Distritos ou Áreas Industriais, já vinha sendo pensado, ao menos de forma mais ampla.

Ou seja, mesmo que Santa Maria tenha elaborado um projeto desenvolvimentista, seja por incentivo da CACISM e/ou dos próprios políticos locais, voltado ao incentivo e a expansão industrial, essa era uma discussão que já estava sendo efetuada em boa parte do Rio Grande do Sul e em outros estados, os quais, inclusive, serviram de modelo para a política de industrialização do Rio Grande do Sul. Isso não nega ou invalida a ação dos empresários locais, apenas demonstra que o pensamento deles estava influenciado por uma política estadual e federal que favorecia e até incentivava este tipo de empreendimento.

Isso retoma o que foi apontado na segunda parte do capítulo anterior, no qual foi situada a “Conferência de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul”, realizada em 1969, como um importante espaço em que se debateram os principais problemas e as perspectivas para a industrialização do Rio Grande do Sul, a qual, por sua vez, apontava os distritos e as áreas industriais como importantes meios para se chegar até tal fim e que deveriam ser incentivadas pelo Governo do Estado.

Além disso, em nível local, o Plano Diretor de Santa Maria, de 1969, já apontava para a criação de um Distrito Industrial de Santa Maria. Isto antes do projeto de criação do Distrito Industrial supostamente elaborado pela CACISM, em 1971, segundo Padoin (1992, p. 45).

Todavia, ressalta-se que esta ação do Estado, de forma alguma, invalida o que foi construído pelos empresários e políticos santa-marienses, principalmente no que se refere as ações voltadas a construção do Distrito Industrial de Santa Maria, mas apenas retrocede um pouco a origem dessa discussão, localizando-a em torno dos distritos industriais dentro de um contexto mais amplo, favorável a este tipo de política de industrialização.

As dificuldades que envolviam o setor industrial em Santa Maria também ganharam espaço no Jornal *A Razão*. O mesmo chegou a veicular informações a respeito de ações que estavam sendo efetuadas com a finalidade de sanar um pouco desta problemática. Esta ideia pode ser observada em diversos fragmentos do jornal, principalmente no período que vai de 1968 a 1973. O seguinte trecho foi selecionado, pois demonstra com clareza um pouco da proporção que este problema atingia e, ao mesmo tempo, como estavam sendo articuladas as alternativas de solução para o mesmo:

Atendendo a um chamado da Delegacia Regional do Banco Central da República, no Rio Grande do Sul, o Dr. Luiz Menna Barreto Pellegrini, presidente da Câmara de Vereadores da nossa cidade, viajou para a Capital do Estado. Aproveitando a sua estada em Porto Alegre, o presidente do Poder Legislativo da cidade convidará o Secretário da Indústria e Comércio, Roberto Pires, para vir a Santa Maria, a fim de

debater com as autoridades e entidades locais, o problema da industrialização de nosso município. Pretende o Presidente da Câmara de Vereadores de nossa cidade, realizar aqui uma mesa redonda com o Secretário da Indústria e Comércio do Estado e as principais autoridades e forças vivas da cidade, para debater a urgente industrialização do município. Sabe-se que diversas indústrias desejam instalar-se em Santa Maria, daí o maior interesse do vereador Luiz Menna Barreto Pelegrini, em trazer o Sr. Roberto Pires, para debate o assunto⁵⁸.

Em outra passagem do mesmo jornal, a ação dos empresários em prol da industrialização também foi evidenciada. Neste sentido, foi destacado o papel da indústria como uma das principais motivadoras do desenvolvimento econômico e o Distrito Industrial como o grande viabilizador deste desenvolvimento. Esta ideia pode ser observada na seguinte passagem:

A industrialização. Considerando-o como um fator definidor do desenvolvimento, sob todos os seus aspectos, implicações e repercussão procuram dar-lhe prioridade sobre todos os outros problemas que estão a espera de uma correta e adequada solução (...). Para o gradativo e crescente robustecimento da economia do município, nada poderá ser mais decisivo do que a implantação de um parque de indústrias. Implantando-o, instalando um conjunto de fábricas e fazendo-as funcionar e produzir, é que se dará uma resposta construtiva ao apelo formulado em torno das exigências do progresso. Por força de circunstâncias diferentes ensejadoras de felicidade não proporcionadas anteriormente, nossa cidade possui invejável condições para promover a sua industrialização. É isso o que interessa (...). Implantar um Distrito Industrial é um tema santa-mariense, que está sendo perfeitamente interpretado pela classe empresarial do nosso município. É o grande tema da atualidade santa-mariense para o qual convergem todas as atenções, indistintamente, porquanto a todos interessa. É tema que, de certa forma, significa um desafio à capacidade realizadora da nossa gente. É desafio que deverá ser enfrentado resoluta e corajosamente por todos quantos forem convocados para essa importante empreitada, decisiva para o desenvolvimento do nosso município⁵⁹.

Esta mesma concepção que relaciona o Distrito Industrial como possibilidade de proporcionar a expansão industrial e o desenvolvimento foi registrada em 1972, no documento de Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria, encomendado pela Prefeitura Municipal, em nome do Prefeito Luiz Alves Rolim Sobrinho, com autorização da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, para a empresa Urbanismo, Planejamento, Arquitetura e Administração Municipal Ltda. (URPLAM). Conforme apresentado neste documento, “o crescimento populacional urbano, gerado pelo equipamento de serviços disponível na cidade, não foi, porém, acompanhado pelo crescimento econômico”. Essa, no caso, teria sido “a principal circunstância que determinou a

⁵⁸ SECRETÁRIO de Estado virá a Santa Maria: industrialização. *A Razão*, 08 de abril de 1971, p. 1. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

⁵⁹ O OBJETIVO do empresariado. *A Razão*, 28 de outubro de 1971, p. 4. AHMSM.

contratação dos estudos do Distrito Industrial, como primeiro passo para o desenvolvimento do secundário”⁶⁰.

No Plano Diretor de 1969, inclusive, há uma referência interessante que demonstra como em outras cidades brasileiras e em outros países a criação de distritos industriais contribuiu para promover, de forma eficaz o desenvolvimento industrial: “A experiência mundial e mesmo nacional tem demonstrado que quando se deseja intensificar ou ativar um processo de desenvolvimento industrial rapidamente, a maneira mais adequada é a criação dos chamados Distritos Industriais”⁶¹.

Esta mesma constatação, com base em outros exemplos que foram bem sucedidos, também foi efetuada no Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria. Os autores, para demonstrar a funcionalidade dos distritos, utilizaram exemplos de estados como Minas Gerais, Paraná, além dos estados nordestinos como Bahia, Paraíba, Pernambuco e Ceará. Também salientaram o pioneirismo do estado de Minas Gerais, bem como identificando o Rio Grande do Sul como sendo “o segundo estado brasileiro a traçar uma política de desenvolvimento industrial baseando-se nos distritos industriais”⁶².

O exemplo de outros estados também foi um dos principais argumentos utilizados por alguns deputados estaduais que solicitavam a constituição de uma Comissão Especial para estudar a viabilidade dos distritos industriais no estado, dada as respostas positivas que eles já haviam demonstrando. Este exemplo consta no processo de criação da Comissão Especial dos Distritos Industriais, nº 1746, de outubro de 1969, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, requerido pelo Deputado Fernando Gonçalves e outros dezesseis parlamentares.

Sabe V. Exa. também, que no Brasil, no campo da implantação de distrito industrial, temos algumas experiências, a grande maioria com sucesso. Os objetivos que levaram a criação de distritos industriais no país, podem ser resumidos assim: Nordeste – finalidade precípua de proporcionar locais favoráveis para implantação de indústrias que aproveitem os incentivos fiscais; Minas Gerais – drenagem de capitais provindos do setor de produção primária e sua destinação à área industrial, além de fixar a mão-de-obra no próprio território mineiro. Em São Paulo se tem feito loteamentos industriais que vem alcançando sucesso, simplesmente pelo fato de o Estado oferecer condições para que as indústrias se localizem em áreas mais amplas⁶³.

A industrialização de Santa Maria estava sendo discutida nos mais variados meios, sejam eles políticos, empresariais ou mesmo dos órgãos de comunicação. Destaca-se, nesse

⁶⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria. URPLAM, 1972, p. 19-20.

⁶¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Plano Diretor de Santa Maria, 1979, p. 73.

⁶² PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1972, op. cit., p. 27.

⁶³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Processo nº 1746, 1969, p. 2.

sentido, a realização de um seminário, organizado pela Sociedade de Engenharia e Arquitetura de Santa Maria (SEASM), que tinha como objetivo principal o estudo sobre a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria:

A SEASM convidou para primeiro conferencista o Arquiteto Danilo Menezes Landó, autoridade gaúcha no setor de planejamento, dissertando sobre a necessidade de iniciar-se os trâmites com racionalização e acompanhada de um planejamento adequado das nossas condições para atingirmos uma industrialização compatível com as necessidades e alternativas da região. A seguir e com a concordância unânime da gabarita assistência presente, foi salientada pelo Arquiteto Landó, a necessidade imediata de execução do projeto do Distrito Industrial, pois a partir dele é que teremos os parâmetros definitivos, como localização do Distrito, disponibilidade de mão-de-obra, energia e todas as demais condições primárias que juntas, dirão da magnitude do Distrito⁶⁴.

Antes disso, ainda em 1969, expectativas quanto a efetivação de um projeto de industrialização da cidade já eram destacadas pelo jornal *A Razão*. Entre elas, principalmente, em torno de quais seriam as principais vantagens que a concentração industrial em uma área específica poderia proporcionar a cidade:

A implantação de um Distrito Industrial, traria vantagens imediatas, pois além de absorver uma grande parte da mão de obra ociosa em Santa Maria, ainda acarretaria grandes somas de recursos que viriam de fora, e que muito beneficiariam a economia local.

O Distrito Industrial reduziria os custos para que as empresas aqui pudessem se instalar facilitando a sua operação e instalação, além do que poderia aumentar o processo da instalação de indústrias. Diminuiria o custo dos Serviços Públicos, pois estaria o mesmo reduzido com a concentração de indústrias⁶⁵.

Esta questão envolvendo a instalação de um Distrito Industrial fazia parte de uma discussão um pouco mais ampla, que também envolvia a construção do primeiro Plano Diretor de Santa Maria, este de 1969. Os planos diretores, de forma mais geral, podem ser importantes fontes de pesquisas, pois se configuram como um dos principais documentos que norteiam as ações do poder público, e também da iniciativa privada, relacionadas ao planejamento municipal. Este tipo de documento deve ser elaborado a partir do diagnóstico e avaliação das potencialidades e limitações locais, para então poder ser formuladas as diretrizes mais adequadas, que resultem em ações mais efetivas.

Porém, nem tudo aquilo que aparece descrito nos planos diretores acaba sendo efetivamente cumprido por aqueles que possuem a responsabilidade sobre a execução do mesmo. Mas, de qualquer forma, é possível de se reafirmar a importância deste tipo de

⁶⁴ SEASM - INDUSTRIALIZAÇÃO de Santa Maria em pauta: SEASM. *A Razão*, 17 de abril de 1971, p. 16. AHMSM.

⁶⁵ O DISTRITO Industrial terá que sair e com toda urgência. *A Razão*, 29 de maio de 1969, p. 6.

planejamento, apresentado como um elemento de aspiração, ou seja, um instrumento definidor do que se pretende para a cidade, em termos de desenvolvimento e orientação urbana, principalmente.

Além disso, o Plano Diretor pode ser concebido como um instrumento para além do planejamento, sendo também um instrumento político, pois, ao definir quais são as ações e as prioridades que devem ser dadas pelo poder local, se fazem escolhas. Nesse sentido, a respeito do Distrito Industrial de Santa Maria, que até então deveria ser localizado em Camobi, o Plano Diretor de 1969 assinalava algumas questões, levando em consideração o caráter político que este documento também assumia:

A implantação de um Distrito Industrial traria vantagens imediatas, pois além de absorver uma grande parte da mão-de-obra ociosa em Santa Maria, ainda acarretaria grande somas de recursos externos para a economia regional.
O Distrito Industrial reduziria os custos de implantação das empresas, diminuindo os prazos de instalação e operação, além de acelerar o processo de instalação industrial. Os custos dos serviços públicos seria reduzido com a concentração das indústrias⁶⁶.

Ou seja, segundo o que foi registrado no Plano Diretor, o Distrito Industrial poderia proporcionar aos empresários a oportunidade de redução imediata de seus custos, principalmente no que se refere à instalação das suas indústrias. Isso poderia vir a contribuir para o aumento nos investimentos em outros itens necessários, não só relacionados propriamente a instalação, como também para o funcionamento de suas indústrias.

Com base no estudo elaborado por Bryce, salienta-se, nesse sentido, que “o preço da terra e dos edifícios constitui, no caso de muitas indústrias, parte substancial dos investimentos totais”, pois as “medidas que permitirem ao investidor potencial evitar toda ou parte dessas despesas reduzirão os riscos a que está exposto e poderão contribuir para aumentar-lhe a calculada taxa de lucratividade” (1970, p. 341).

O senhor Odilo Pedro Marion, em relação a este tema, envolvendo não só a área, mas também a construção dos pavilhões, detectou um problema que, segundo ele, contribuiu para que o Distrito Industrial de Santa Maria não tivesse um sucesso imediato, principalmente entre os empresários, e que, de certa forma, encontra conformidade com o que fora descrito anteriormente por Bryce. Este problema destacado por ele faz referência a prática que era utilizada pela CEDIC para distribuição dos lotes e dos benefícios para a instalação no Distrito Industrial de Santa Maria:

[...] assim que a empresa recebesse o lote, tinha quatro anos para se instalar, pagando as prestações, depois de instalada e funcionando recebe a escritura e tem

⁶⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1969, op. cit., p. 74.

quatro anos no máximo para se instalar, porém qual a fábrica, qual é a indústria que vai pegar o seu dinheiro, o seu capital para fazer o galpão? Quem fizer isso está falido no dia seguinte, pois perde o seu capital de giro, o seu capital próprio, faz o galpão e não tem matéria prima, não tem dinheiro para contratar⁶⁷.

Isso pode ajudar a dimensionar o quão complexa são as questões que envolvem a criação de um Distrito Industrial, e que elas não se resumem apenas a sua localização ideal e estratégica. Aqui, é reforçada a ideia que um Distrito Industrial deve estar bem orientado por uma política de industrialização que defina com clareza de que forma, por exemplo, os subsídios que auxiliam os empresários a se instalarem nesses locais podem ser fornecidos de forma mais adequada pelo poder público. Nesse sentido, as principais diretrizes que estabeleçam estas ações, embora complexas, já deveriam ser determinadas, desde o primeiro momento em que se pensou que Santa Maria poderia abrigar um distrito industrial.

Somado a isso, a criação de um distrito industrial serviria também para possibilitar um aumento do número de empregos na cidade. Isso poderia trazer benefícios não somente para os empresários, mas também para toda a população de Santa Maria e Região, de forma geral. Assim como ocorreu em outras regiões do País e do Estado, esperava-se que Santa Maria recebesse migrantes para trabalhar na indústria.

A migração também tenderia a ser incentivada, pois a mesma contribui para a redução com os custos de produção, pois ao passo que existe um grande número de trabalhadores disponíveis, ocorre uma pressão que contrai os salários dos mesmos. Isso permite uma redução não somente salarial, mas também a produção de um produto mais barato e por isso mais competitivo no mercado, agradando qualquer empresário.

A instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, portanto, pode ter estimulado em alguma proporção o processo migratório, o que exigiria uma outra pesquisa para sua constatação. Isso pode ter ocorrido tendo em vista que, o fator e a busca por “trabalho” se configura como um dos principais impulsionadores da migração⁶⁸:

A transferência de mão-de-obra do setor Primário para o Secundário em busca de novas oportunidades, embora se dê em condições de excedente de população rural, não se verifica apenas quando seriam compensadores os custos sociais de transferência do setor tradicional para o moderno. Em fases iniciais do desenvolvimento econômico, à medida que aumenta a oferta de empregos industriais, ditos modernos, através de novos investimentos da coletividade, ela é

⁶⁷ Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

⁶⁸ Essa conclusão pode ser alcançada com base comparativa em um estudo realizado por Antico que apontou os principais motivos das migrações para o estado de São Paulo entre o período de 1980 a 1993: “Os resultados relacionados aos motivos da última mudança (entre 1980 e 1993 apontam que a grande maioria destes refere-se a fatores profissionais, familiares e de moradia, os quais representam 40,6%, 21,1% e 12,8%, respectivamente, do total dos motivos declarados. Em seguida, apresentam-se conhecimento anterior do local (7,1%), maior acesso à infra-estrutura e serviços (4,7%), segurança e qualidade de vida (3%) e custo de vida mais baixo (2%)” (1997, p. 98).

atendida pelo trabalhador então subempregado no setor tradicional agrícola ou nos centros urbanos em atividades terciárias. Com este aumento de oportunidades no setor moderno, um maior número de pessoas se anima a emigrar, de modo a deixar constante o contingente de desempregados, que esperam serem absorvidos, pelo setor, o que nos países em desenvolvimento raramente se verifica completamente (KON, 1999, p.141).

A possibilidade de ocorrência de um processo migratório para Santa Maria, em função do Distrito Industrial também pode estar relacionado à criação de um exército de mão-de-obra reserva, tal como já foi mencionado anteriormente e reforçado com a citação de Kon (1999), capaz de contribuir para a diminuição dos custos de produção. Ou seja, mesmo que Santa Maria ainda não apresentasse um desenvolvimento industrial avançado, se comparado a outras regiões do Brasil, ou até mesmo do Rio Grande do Sul, no mesmo período, a possibilidade de redução dos custos com a mão-de-obra, influenciado por um fluxo migratório, poderia ter incentivado os empresários a instalar suas indústrias na cidade. Essa ideia pode ser observada a partir do estudo elaborado por Pacheco e Patarra:

Uma vez retirados os últimos obstáculos à mercantilização da força de trabalho, criaram-se as condições fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo industrial: a grande indústria reflete aqui não apenas uma forma técnica de organizar a produção, mas sintetiza a ideia de uma dinâmica de acumulação especificamente capitalista, que resolve *per se* os entraves à acumulação, entre eles o da oferta e demanda da mão-de-obra.

A análise desse processo, desde que efetuada por seu vínculo estrutural ao sistema social emergente, remete a questão migratória ao processo de formação de um exército industrial de reserva – na formulação clássica de Marx para o excedente populacional do capitalismo originário. Desta forma, a questão da dimensão da transferência populacional se redefine, sendo focalizada sob o prisma de sua possibilidade de inserção no sistema produtivo, e não sob o ângulo de seu tamanho absoluto. A gênese da questão migratória na sociedade industrial, portanto, é inerente a formação do excedente populacional decorrente da dinâmica da produção capitalista (1997, p. 25-26).

Olinto José Oliveira Nogueira também abordou questões referentes aos processos migratórios, dentro do contexto de acumulação capitalista, como estratégia de recomposição da força de trabalho e do exército industrial de reserva, como modo de anular as pressões sobre os níveis salariais. Dessa forma, o rearranjo espacial da população, “antes de ser um ato soberano [...], seria uma determinação da estratégia de desenvolvimento capitalista, que, com a criação de desigualdades regionais, condicionaria a formação de fluxos migratórios a partir das regiões periféricas do sistema para a região central” (1991, p. 42).

Ao ser questionado a respeito dos motivos que transferiram a construção do Distrito Industrial de Santa Maria para outra área, o senhor Sérgio Roberto Cechin, em entrevista, fez uma relação que, de certa forma, diz respeito ao que está sendo apresentado. Segundo ele, a transferência de local teria ocorrido porque o Governo do Estado acreditava que “Santa Maria

podia se desenvolver industrialmente”, tanto pela sua localização, no Centro do Rio Grande do Sul, quanto por ser um entroncamento de rodovias e ferrovia. O outro motivo também levantado por ele estava relacionado ao motivo de Santa Maria ser “um polo formador de mão-de-obra universitária e também de cursos técnicos, isso também foi pensado. Também se tinha a preocupação da mão-de-obra estar longe do distrito, a COHAB foi construída para ter mão-de-obra”⁶⁹.

Conforme o seu depoimento, um dos principais motivos que teria motivado a troca de local para a construção do Distrito Industrial de Santa Maria estaria relacionado a mão-de-obra estar próxima do local de trabalho. Pensando por esta perspectiva, a Fazenda Santa Marta teria uma área maior que poderia ser concedida à construção habitacional.

Este depoimento fortalece as ideias acima destacadas, ao mesmo tempo em que abre outras possibilidades de pesquisa, principalmente, relacionadas às ocupações ocorridas nas proximidades do Distrito Industrial. Sobre isto, Leonardo da Rocha Botega, considerou a existência de uma “especificidade do processo de urbanização de Santa Maria”, pois segundo ele, o crescimento da população urbana desta cidade “não se deu especificamente ao êxodo rural gerado pela industrialização, conforme a lógica geral do Brasil.”. Para o historiador, o crescimento urbano teria ocorrido muito mais em função do comércio e da criação da UFSM (2012, p. 81).

Isso aponta para a seguinte conclusão: mesmo a ocorrência de migrações em função da indústria terem sido planejadas, quando foi pensado o Distrito Industrial, algumas questões podem ter contribuído para que este processo não tenha ocorrido de forma imediata. Aqui entram duas questões: a primeira delas relacionadas ao próprio desenvolvimento industrial ter ocorrido mais tardiamente em Santa Maria, em comparação com outras regiões do estado e do País. Isso influencia diretamente no processo migratório, pois a expulsão do campo, em outras regiões onde já se tinha uma concentração industrial mais consolidada, “oportunizou” o emprego de contingentes populacionais na indústria. Santa Maria, no caso, ainda não tinha um expressivo número de indústrias, no momento em que as migrações para a cidade ocorreram, por isso, os migrantes tiveram que buscar outros espaços de trabalho.

Esse fato deve ser observado antes de se pensar que Santa Maria foi uma exceção. Por que ela poderia ter sido uma exceção? Porque se vivenciou um processo de desenvolvimento industrial mais tardio, que ainda não estava consolidado, quando, por exemplo, se registrou a

⁶⁹ Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

ocorrência de migrações motivadas pelo processo de modernização agrícola, principalmente ocorrido entre a década de 1960 e 1970.

Nesse sentido, não se espera de imediato a ocorrência de um grande surto migratório para a indústria, tal como detectou Paulo Roberto Ribeiro Fontes (2002), em São Miguel Paulista, por exemplo, em comparação com uma cidade de interior como Santa Maria, que, durante a década de 1970, ainda estava construindo uma política de industrialização, com base na criação de um Distrito industrial. Isso de modo algum nega a existência de outras indústrias na cidade, apenas salienta que uma preocupação com a industrialização em Santa Maria passou a ser mais efetiva e/ou mais evidente a partir do final da década de 1960, ou seja, quando se precisaram criar novos espaços de trabalho para a população que passava a ser maior na cidade e, por conseqüência, acabava exigindo uma maior oferta de trabalho.

A outra questão estaria relacionada também a falta de uma política industrial mais efetiva e determinada do poder público em relação ao Distrito Industrial de Santa Maria e também em função da própria mentalidade dos empresários locais, quanto ao investimento em indústrias. Porém, esta é uma questão que deve ser mais bem trabalhada no decorrer deste capítulo.

Em relação à absorção de mão-de-obra, o Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria também apresentou uma referência importante em relação ao comércio na cidade. Este, mesmo em crescimento, não estaria conseguindo absorver toda a mão-de-obra que estava disponível em Santa Maria, principalmente se for levado em consideração a ocorrência de migrações para a cidade, sobretudo originárias do campo:

Dentro do setor terciário do Município, avulta a atividade comercial. O ritmo de crescimento do setor supera, em muito, os níveis estaduais, no período da análise. O crescimento das vendas do município é de 7.7% a.a., enquanto que, no Estado, é de 3,7% a.a.. O crescimento do pessoal ocupado igualmente duplica em Santa Maria, os índices relativos ao Estado.

No entanto, a capacidade de absorção de mão-de-obra, no setor, é limitada e não proporcional ao aumento das vendas. Mesmo assim, foi responsável, em 1970, pelo emprego de 38600 pessoas⁷⁰.

Nesse contexto, envolvendo o final da década de 1960 e início dos anos 1970, período em que a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria estava sendo planejada, não só no âmbito local, mas dentro de uma perspectiva nacional e estadual, a ociosidade, ou a não ocupação de toda a mão-de-obra disponível, era uma questão relativamente preocupante. Isso

⁷⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1971, op. cit., p. 20.

porque se vivenciava no Brasil uma Ditadura de Segurança Nacional, em que a falta de ocupação poderia possibilitar a desordem⁷¹.

Além disso, na documentação pesquisada, encontrou-se referência ao papel que a UFSM poderia assumir como fornecedora de mão-de-obra qualificada para o setor industrial. Esse papel que a Universidade tenderia a desenvolver viria também a colaborar para “a mobilização de recursos humanos do setor terciário para o processo de industrialização”⁷².

Maria Medianeira Padoin também destacou que em Santa Maria, principalmente a partir da década de 1980, houve um acentuado número de demissões, não só na indústria, como também no comércio, em função, principalmente do crescimento negativo que ambos apresentaram. Assim, Santa Maria não poderia se diferenciar da crise econômica pela qual passava o Brasil durante toda aquela década. O interessante, por outro lado, é que esta falta de emprego não atingia apenas os trabalhadores não qualificados, “a mão-de-obra profissional/intelectual formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)”, também era atingida pelo desemprego. Isso fortalecia ainda mais a ideia da “industrialização de Santa Maria como a solução de um dos problemas da região” (PADOIN, 1992, p. 66), o desemprego.

Voltando novamente ao Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria, também há referências relativas a uma transformação entre o que seria um “fazendeiro moderno” e um “proprietário de indústria”:

Pela complexidade que envolve a administração de uma “fazenda moderna”, crê-se ser possível a transformação do moderno fazendeiro, especialmente aqueles com uma vivência mais ampla, em capitães de indústrias, e, na história da industrialização do Rio Grande do Sul, existem inúmeros exemplos dessa transformação⁷³.

Essa transformação acima mencionada estaria diretamente relacionada com o processo de modernização agrícola, valorização e incentivo do latifúndio, durante a década de 1970, que por sua vez, contribuiu ora para a expulsão de muitos trabalhadores que só dispunham de sua força de trabalho para a cidade, ora também promoveu a expulsão daqueles fazendeiros que detinham menos propriedades e/ou recursos para continuar investindo no campo. Nesse sentido, é que se considerou que um “fazendeiro moderno” poderia se transformar em um

⁷¹ Algumas das ideias que relacionam o crescimento econômico do período do “milagre econômico” a manutenção da ordem social já foram abordadas no primeiro capítulo, mas podem ser complementadas com o seguinte trabalho: DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento 1964-1974**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

⁷² PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1971, op. cit., p. 43.

⁷³ Ibid., p. 43.

“proprietário de indústrias”, aquele fazendeiro que não conseguiu permanecer no campo, dada às novas demandas que o processo modernizador impunha, podendo encontrar espaço na cidade, atuando como um empresário do ramo industrial, por exemplo.

Esta diferenciação precisa ser feita, pois são dois grupos distintos que passam a sair do campo em direção à cidade: um deles que dispunha de algum tipo de recurso e que muitas vezes migrava para a cidade, mas mantinha parte de sua propriedade no campo; um outro grupo, que não dispunha, ou dispunha de muito poucos recursos e que precisava ocupar algum tipo de trabalho para que pudesse angariar meios para o sustento.

Conforme já foi acentuado, esta transformação está estritamente relacionada ao fenômeno global que proporcionou a transformação na estrutura social, na qual uma sociedade urbana passou a atrair um maior contingente populacional, oriundo das áreas rurais. Este tipo de migração, que ficou conhecido historicamente como êxodo rural, foi ocasionado principalmente pela modernização da lavoura agrícola, a qual possibilitou ainda mais a expansão dos latifúndios. Santa Maria foi uma cidade que também apresentou esta transformação, tal como podemos observar na seguinte tabela.

Tabela 2- Evolução Populacional de Santa Maria/RS (1950 a 2010)

Ano	População Total (hab.)	População Urbana (hab.)	População Rural (hab.)	Taxa de Urbanização (%)
1950	83.001	35.097	47.904	42,3
1960	120.975	36.961	85.014	30,6
1970	156.609	124.136	32.473	79,3
1980	181.579	154.565	27.014	85,1
1990	214.159	192.415	21.744	89,8
2000	243.611	230.696	12.915	94,7
2010	261.031	248.347	12.684	95,1

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Santa Maria (2009), Fundação de Economia e Estatística (2012) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012b)
Org.: Escritório da Cidade – Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS.

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Escritório da Cidade Diretoria e Planejamento. **Indicadores socioeconômicos e ambientais de Santa Maria/RS: Análise demográfica do Município.** Santa Maria, 2012, p.5.

Esta Tabela ajuda a dimensionar o quão expressivo foi a inversão populacional ocorrida entre os anos 1960 e 1970. Ao observar os valores, é possível perceber que a população urbana, em Santa Maria, na década de 1970, foi multiplicada mais que três vezes,

se comparado a década anterior, enquanto que a população rural decaiu em uma proporção parecida. Este fenômeno, que paulatinamente foi alterando o cenário urbano e rural, produziu transformações sociais que acabaram gerando certos desequilíbrios, principalmente àqueles relacionados ao trabalho, saúde, educação, habitação, entre outros.

Estas questões relacionadas a migração influem diretamente no planejamento de uma área ou distrito industrial. Isto porque, de um lado, existem as pessoas que não possuem qualificação, mas que precisam ser inseridas no sistema produtivo e, por isto, dado o número elevado das mesmas, acabam influenciando nos níveis salariais. Ou seja, quanto maior o número de pessoas não qualificadas, menor os salários que estas devem receber. Por este motivo, era interessante produzir uma propaganda favorável a esse tipo de migração. Um exemplo disso pode ser verificado no seguinte fragmento extraído do jornal *A Razão*, de 1974, o qual destacou a possibilidade de ocorrência deste processo migratório, tendo como um dos seus estimulantes o Distrito Industrial:

O gaúcho de ontem e de hoje, com a sua simplicidade não se conteve e parou para ler a placa de identificação do local onde teremos, muito breve, o Distrito Industrial de Santa Maria. O espaço físico já existe e está materializando e inspirando confiança. As indústrias ainda são uma expectativa, mas que com o trabalho e cooperação de todos, será uma realidade.

O gaúcho de ontem e de hoje, com seu olhar tranqüilo, sereno e esperançoso, antevê no Distrito Industrial de Santa Maria a perspectiva de dias melhores para si e sua família, pois que ao natural estarão, nesse local de trabalho, necessitando de sua mão-de-obra e quem sabe da de seus familiares. Hoje, apenas uma placa, amanhã, prédios e chaminés e uma cidade cada vez maior e com melhores condições de vida⁷⁴.

O outro tipo de migração que a concentração industrial pode proporcionar é relacionado à mão-de-obra qualificada ou com vistas à qualificação. Este tipo, no caso, Santa Maria teria uma grande possibilidade de impulsionar, dada não só do Distrito Industrial, como também a presença da universidade e de cursos técnicos, voltados para a formação de técnicos para atuarem na indústria. Um exemplo disso pode ser a própria criação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), em 1967, com o objetivo inicial e principal de “formar mão-de-obra técnica de nível médio”, em decorrência “dos interesses e da necessidade do setor industrial que estava em processo de afirmação na região, nas décadas de 1960 e 1970” (POMMER; LIMA, 2012, p. 377).

Depois de todas estas colocações, parte-se agora para o estudo mais específico de como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, levando em

⁷⁴ UMA realidade. *A Razão*, 02 de julho de 1974, p. 01.

consideração todas as questões acima mencionadas, e outras que ainda precisam ser incluídas ao longo desta reflexão.

2.1. A Primeira Proposta de Criação do Distrito Industrial de Santa Maria como uma das Fases da sua Etapa de Instalação

Ao se pensar no caso do Distrito Industrial de Santa Maria, mais especificamente o seu processo de instalação, pode ser efetuada, para uma melhor apreciação do trabalho, uma subdivisão em três etapas. A primeira, composta por duas fases; sendo que a primeira fase estaria relacionada a ideia inicial de criação do Distrito Industrial; a segunda fase, relacionada ao deslocamento do Distrito Industrial, ou seja, sua transferência para outra área da cidade.

Estas duas fases vêm a compor o que seria uma etapa, a de instalação do Distrito Industrial, tendo como marco inicial o ano de 1968, quando as políticas de aceleração do crescimento passaram a ser mais efetivas e a política de criação de distritos industriais no Rio Grande do Sul passou a ser uma alternativa para solucionar os principais problemas que envolviam a indústria gaúcha. Esta etapa encerraria em 1975, quando o Distrito foi oficialmente instalado. Porém, cabe destacar que as indústrias só passaram a se instalar nele a partir de 1977.

Depois disso, tem-se a segunda etapa referente à fase de expansão, quando as indústrias passaram a se instalar no Distrito Industrial, que vai até pelo menos 2009. Nesse período, pode-se dizer que ocorreu certa inércia em relação ao Distrito Industrial, pois poucas foram as ações efetivas, frutos de alguma política industrial local e/ou regional. Esta etapa não foi objeto desta pesquisa, pois apenas alguns aspectos mais pontuais devem ser abordados.

A terceira e última etapa refere-se ao que se pode considerar como uma fase de afirmação e retomada de uma política de industrialização para a cidade, tendo como foco principal o Distrito Industrial de Santa Maria. Esta retomada tem produzido resultados importantes, sendo que, entre eles, destacam-se a municipalização, em 2009, e a criação do Parque Tecnológico, o Tecnoparque, inaugurado em 2013. Esta etapa deve ser abordada dada a sua relevância e também a importância que o presente representa para o estudo da História.

Nesse sentido, seguem agora as principais ideias a respeito da primeira fase que compõe a primeira etapa relativa ao processo de instalação do Distrito industrial de Santa Maria. Entre elas, o destaque dado pelo Jornal *A Razão*:

Num acontecimento qualificado de “histórico” o prefeito Rolim Sobrinho assinou ontem o Decreto executivo nº 024/71, que declara a utilidade pública, para fins de desapropriação da área onde será instalado o Distrito Industrial. O decreto relativo assinala: “O Prefeito municipal de Santa Maria, usando as atribuições que lhe são conferidas em lei e de acordo com proposições da Comissão do Plano Diretor decreta: Artigo 1-É declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 93 hectares, localizada na zona de expansão urbana da cidade de Santa Maria, próximo ao quilômetro 4, da faixa Santa Maria-Camobi (RS-3), destinada a implantação do Primeiro Distrito Industrial de Santa Maria”. O decreto assinala ainda as confrontações da área considerada: “Ao norte, faixa de domínio da estrada de ferro Santa Maria-Porto Alegre (RFFSA), a leste, a avenida principal da Vila Presidente Vargas, ao sul, faixa de domínio da estrada de rodagem – RS3, e, a oeste a linha seca continuação sul-norte da estrada municipal para São José, até encontrar a faixa de domínio da RFFSA”. O segundo artigo do decreto estipula: “Este decreto entra em vigor na data de sua promulgação, revogando-se as disposições ao contrário”⁷⁵.

O Distrito Industrial de Santa Maria, como já mencionado anteriormente, foi oficialmente instalado em 1975, porém as indústrias só começaram a se fixar no local em 1977. O projeto inicial que moldava este Distrito previa sua instalação no Bairro Camobi, nas margens da BR-287. Porém, negociações entre o Governo do Estado e a Prefeitura fizeram com que este passasse a ser construído em uma área da Fazenda Santa Marta, a qual seria desapropriada, na Região Oeste da cidade.

Para a escolha da primeira área, onde deveria estar situado o Distrito Industrial, foi elaborado um projeto (Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial e Santa Maria), em 1971 bastante denso, produzido por técnicos especializados que avaliaram, entre outras questões: a disponibilidade de transportes, de energia elétrica, de água e de comunicações; o lançamento de resíduos; a topografia, o solo e a vizinhança; como seria o processo de aquisição da terra (desapropriações) e de mão-de-obra; entre outras questões.

Estes itens que foram expressos e que se caracterizam por serem determinantes para a escolha do local para a instalação de indústrias também se encontram descritos no trabalho de Anita Kon como sendo a macro e microlocalização da indústria. O primeiro, para a autora, seria o responsável por definir “a região mais ampla onde deverá ser estabelecida a planta industrial, tendo em vista além de razões de ordem econômica aspectos técnicos” (1999, p. 158). Neste caso, há um destaque para os custos e eficiência dos transportes, as áreas de mercado, a disponibilidade e custos da mão-de-obra, o custo da terra, a disponibilidade de energia, o suprimento de matérias-primas, a disponibilidade de água, a eliminação de resíduos, os dispositivos fiscais e financeiros, as economias de aglomeração, além de elementos intangíveis.

⁷⁵ PREFEITO desapropria a área do nosso Distrito Industrial. *A Razão*, 05 de junho de 1971, p. 16. AHMSM.

Já a microlocalização industrial é uma etapa posterior a macrolocalização, nessa fase, segundo Kon, ocorre a “análise locacional para a escolha do terreno dentro da região que oferece as melhores vantagens para aquele tipo específico de produto” (1999, p. 166). No que se refere aos aspectos referentes a microlocalização industrial, Kon também destacou as condições do relevo, a qualidade do solo, as vias de acesso e de comunicação, os serviços públicos, a capacidade de infraestrutura e a situação legal da propriedade, além de outros dispositivos legais e a existência de instalações.

Neste primeiro projeto do Distrito Industrial havia um planejamento em relação às indústrias que poderiam ocupar ou não a área industrial. Isso foi efetuado de acordo, principalmente, com ao desejo das indústrias em se instalar na cidade e aos fatores locacionais, ou seja, aquilo que a indústria necessitaria para se instalar e funcionar em determinada região e a possibilidade desta dispor destes elementos necessários⁷⁶.

Com isso, através desse estudo, foram selecionados vinte perfis industriais que seriam mais adequados, conforme os critérios anteriormente mencionados. Seguem respectivamente: Centro de Sucata; Calçados para Homens; Ventiladores; Refrigeradores Comerciais; Folha de Borracha Recuperada; Artigos de Couro; Frigorífico de Aves; Corretivos de Solos; Inseticidas; Rações para Animais; Maionese; Arquivos e Móveis de Aço; Mobiliário de Madeira; Conservação de Produtos Perecíveis; Pães, Massas, Doces e Biscoitos; Recuperação de Óleo Lubrificante; Esquadrias de Alumínio; Ferragens e Ferramentas; Sacos de Plástico e Moldagem de Plástico⁷⁷. Depois de elaborada a lista, foi traçado o perfil de cada uma das indústrias, levando em consideração aspectos relativos à característica do produto, às vantagens e aos problemas que estas indústrias poderiam encontrar, bem como à quantidade de produção, à área de construção, à mão-de-obra, ao investimento e à rentabilidade prevista.

Conforme este estudo, os principais desafios que se referem a concretização do Distrito Industrial de Santa Maria estavam relacionados aos custos com a sua instalação, que deveriam estar vinculados não somente ao setor público, mas também a iniciativa privada. Além disso, o projeto inicial previa a construção em etapas, sendo que a primeira delas mantinha a preocupação com o escoamento da produção: “A primeira etapa contém a avenida principal do Distrito Industrial, o Centro Comunitário e 28 lotes de 1500 m². Está delimitada, ao sul, pela RS-3 e, ao norte pela ferrovia – possibilitando, assim, a disponibilidade de transporte ferroviário ao Distrito, desde sua primeira etapa”⁷⁸.

⁷⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, op. cit., 1971, p. 44.

⁷⁷ Ibid., p. 57.

⁷⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1971, op. cit., p. 123.

O projeto do Distrito Industrial era bastante completo, no sentido em que previa, além de todas as etapas do desenvolvimento, o traçado a ser adotado, o sistema viário, as áreas destinadas a carga, descarga e estacionamento, tamanho e condições de ocupação dos lotes, projeto urbanístico, centro comunitário e serviços auxiliares e conjunto habitacional.

Figura 5 - Infraestrutura – Disponibilidade de Infraestrutura na Área do Distrito Industrial
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria**. URPLAM, 1971, Anexo.

Figura 6 - Infraestrutura – Disponibilidade de Comunicações em Santa Maria
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria**. URPLAM, 1971, Anexo.

Figura 7 - Infraestrutura – Rede Rodoviária, Rede Ferroviária e Rede Hidroviária.
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria**. URPLAM, 1971.

Figura 8 - Infraestrutura – Alternativas Várias para o Distrito Industrial
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria**. URPLAM, 1971, Anexo.

Figura 9 - Infraestrutura – Mapa Geológico e Geotécnico da Área
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria**. URPLAM, 1971, Anexo.

Figura 10 - Infraestrutura – Urbanismo

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria**. URPLAM, 1971, Anexo.

O conjunto habitacional é um elemento que merece atenção, no sentido de que os trabalhadores residindo nas proximidades do local de trabalho influenciam nos custos finais dos produtos, pois como já foi demonstrado, além de poder produzir pressões que contribuem para a redução dos níveis salariais, também podem contribuir diminuição dos custos com transporte, por exemplo. Este dado também merece atenção, visto que, conforme foi salientado por Sérgio Roberto Cechin, em fragmento anterior, a criação de complexos habitacionais nas áreas próximas ao Distrito Industrial havia sido previsto, até porque este era um dos principais elementos que diferencia um distrito de uma área industrial.

A escolha do local mais adequado para a instalação de um Distrito Industrial é praticamente determinante para o seu sucesso ou não. Nesse sentido, o senhor Odilo Pedro Marion, proprietário da indústria AGRIMEC, em depoimento concedido a autora, em junho de 2012, também fez referência a importância que a localização adequada de uma indústria, ou de um Distrito Industrial pode desempenhar. Ao ser questionado sobre a ideia de criação do Distrito Industrial de Santa Maria, ele fez uma analogia ao que seria um “efeito aeroporto”, ou seja, a instalação de indústrias em uma área adequada para que evitem serem realocadas com o passar do tempo. Ele precisou melhor esta ideia destacando que:

Surgiu na década de sessenta a história dos Distritos Industriais no mundo todo, e no Brasil não foi diferente, isso veio importado, veio de fora a ideia de se criar distritos industriais, ou seja, áreas exclusivamente para a indústria, para se evitar o falado efeito aeroporto. A indústria seria o aeroporto e no futuro não muito longo tu terias que (re) localizar, teria que trocar a indústria do local porque a cidade, de local tu não vais trocar. Então, como se sabe, a (re) localização de uma indústria, muitas vezes inviabiliza a própria indústria, se ela tiver que se (re) localizar, pelos custos que isso envolve, ela acaba e se não tiver um Distrito Industrial ela vai se (re) localizar em outro local e a longo prazo vai se repetir a tragédia anunciada. O Distrito Industrial tem esse objetivo, uma área em que não se coloca moradias, somente indústria, indústria e indústrias, em área definida para isso, geograficamente determinada. Então essa história chegou aqui no Rio Grande do Sul e foi criado pelo governo do estado a CEDIC, com esse objetivo de criar diversos distritos industriais no Rio Grande do Sul para que se desse algum incentivo fiscal para as indústrias se localizarem em suas áreas definidas, sem o risco de precisar, no futuro, não muito longe, ter de se (re) localizar⁷⁹.

Ou seja, a localização de um uma empresa, ou no caso de um Distrito Industrial, é de fundamental importância, tanto para se evitar o que fora anunciado pelo senhor Odilo Pedro Marion, quanto para se planejar a estrutura urbana da cidade, para que se evite problemas futuros, relacionados a habitação, transporte e comunicação, por exemplo. No local, onde deve ser construído um distrito industrial também precisa levar em consideração a ocorrência

⁷⁹ Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido a autora em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

de um significativo o crescimento populacional em seu entorno. O planejamento, neste caso, se torna fundamental para se reduzir os efeitos de desequilíbrios sociais.

Estas reflexões foram tecidas com base na documentação que foi encontrada sobre esta primeira proposta de criação do Distrito Industrial de Santa Maria. Porém, cabe destacar que apesar de tudo o que foi planejado, o Distrito Industrial não foi efetivado nesta área, que até então parecia ser a ideal.

Os motivos pelos quais isso ocorreu apresentam múltiplas justificativas, mas há um destaque maior para a questão da localização, pois segundo alguns depoimentos, na área em que o Distrito Industrial estava sendo previsto, os ventos carregariam a poluição para a cidade. Porém alguns dos testemunhos, que forneceram depoimentos orais não acreditavam muito nesta justificativa. Cezar Augusto Schirmer foi um deles: “Havia uma discussão um pouco bizarra, porque tinha uma tese de que [o Distrito Industrial] não poderia ser em Camobi porque os ventos da região trariam poluição para a cidade. Era uma discussão um pouco estúpida (...) até porque os ventos não vêm daquela direção”⁸⁰.

Um motivo que parece ser mais plausível para esta troca de local, era de cunho político. De cunho político, pois parece ter envolvido disputas político-partidárias entre o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Além dessas disputas, cogita-se a possibilidade de alguém ou algum grupo de pessoas ter sido beneficiado com esta troca. Estas hipóteses também foram levantadas a partir das fontes orais. Quando questionados, os testemunhos ou não queriam falar sobre isso, ou nas entrelinhas de seus depoimentos, deixavam transparecer algo neste sentido, principalmente relacionado à última possibilidade.

A questão política, no caso, foi bastante tranquila de ser explorada. Tanto o senhor Carlos Alberto Robinson, quanto o senhor Sérgio Cechin, confirmaram e relataram um pouco do ambiente de tensão e disputas políticas vivenciados no início da década de 1970, em Santa Maria. Entretanto, não chegaram a mencionar de forma explícita a possibilidade de alguém ter sido beneficiado com esta troca de local para o Distrito industrial.

Esta primeira fase termina quando se decidiu construir o distrito industrial em outra área da cidade, o que passa a ser abordado na próxima parte do texto.

⁸⁰ Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

2.2. O Distrito Industrial em Sua Nova Área: a Segunda Fase da Sua Etapa de Instalação

Na administração do Dr. Luiz Alves Rolim Sobrinho à testa da Prefeitura de Santa Maria, S. Ex.^o, instituiu e implantou ali um distrito industrial. Fez um planejamento e implantou o distrito industrial inaugurado no final da gestão de S. Ex.^o e localizado no Distrito de Camobi, próximo a universidade, do Aeroporto e da Base Aérea. Ocorre que assumindo o Governo de Santa Maria o Dr. Artur Marques Pfeifer, da Aliança Renovadora Nacional, resolveu, em comum acordo com o Estado, estabelecer uma outra área para o Distrito Industrial de Santa Maria, transferindo-o para a antiga fazenda Santa Marta. E iniciou-se, embora de modo lento, a implantação ali do Distrito Industrial, ficando o Estado com a responsabilidade não só da desapropriação da área como, inclusive, de toda a infraestrutura para a implantação do mesmo, que ficou a cargo da CEDIC⁸¹.

A segunda fase da etapa de instalação do Distrito industrial de Santa Maria, conforme já foi mencionado acima, refere-se ao abandono do primeiro projeto, que previa a sua instalação no Bairro Camobi. Também, conforme já foi explicitado, esta questão parece ser ainda um pouco delicada e causa um certo constrangimento ao ser questionada, por isso a dificuldade em se definir quais foram de fato os motivos que induziram a realização desta alteração.

Ou seja, diferentemente do que havia sido planejado, o Distrito Industrial de Santa Maria não foi construído no local onde fora estipulado. O mesmo foi transferido para uma área na Região Oeste da cidade, onde, até então, localizava-se uma grande propriedade rural, conhecida como Fazenda Santa Marta, “que na época era propriedade do Pacífico de Assis Berni”⁸². Parte desta propriedade foi desapropriada pelo Estado, em 1974, cedendo lugar ao Distrito Industrial de Santa Maria. O senhor Odilo Pedro Marion, precisou em depoimento oral alguns detalhes a respeito da alteração do local de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria:

Um tempo depois desse projeto pela força de políticos, políticos de nome na região, influenciados por interesses, alguns que a gente não sabe exatamente quais, resolveram adquirir a Fazenda Santa Marta, uma fazenda de grandes extensões territoriais e reconhecida como produtora de afamadas linhagens de bovinos, que é onde o Distrito Industrial, a FUNDAE, essa área toda da Cohab, o Horto Municipal, o Assentamento Marighela, isso ai tudo era Fazenda Santa Marta e tudo seria Distrito Industrial. Então, desistiram de fazer o distrito lá e passaram para cá. Então, foi abandonada a área de Camobi que já tinha iniciado algumas instalações de

⁸¹ ANAIS DA 126ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Setembro de 1977, p. 498.

⁸² Conforme depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido a autora em 1º de novembro de 2013.

indústrias, e se criou esta área aqui, área muito grande, de difícil estabelecimento de vez que a infraestrutura era zero⁸³.

Nesse sentido, acredita-se que a mudança de localização tenha contribuído para a alteração dos rumos do Distrito Industrial de Santa Maria, pois diferente da primeira área que foi cedida para a construção do Distrito Industrial, esta não seria a mais adequada para a instalação de indústrias. Tal como foi mencionado por Cezar Augusto Schirmer, este pode ter sido um dos fatores que contribuiu para que indústrias não se instalassem em Santa Maria. Em depoimento, ele declarou que acreditava ser em Camobi a área mais adequada para a criação do Distrito Industrial de Santa Maria:

(...) prevaleceu a tese de desapropriação da Fazenda Santa Marta, que na época era do Pacífico de Assis Berni. Dizia-se, naquela época que se escolheu essa área por razões políticas, mas esse era um assunto de discussão marginal, mas nós, e eu pessoalmente achava que deveria ser em direção de Camobi, porque era uma área plana era uma área ainda de grande possibilidade de expansão, próxima a universidade, enfim mil razões, tinha a barragem do DNOS, com água que garantiria esse abastecimento, enfim tinha muitas razões que devia ser Camobi. Bom, mas o Estado desapropriou essa área da Fazenda Santa Marta (...)⁸⁴.

Além da troca, com a realocação do Distrito Industrial, outro motivo que também pode ter contribuído com a demora para a construção do Distrito Industrial de Santa Maria foi uma omissão por parte da Prefeitura em relação ao Distrito Industrial. Esta posição também foi defendida por Cezar Augusto Schirmer:

(...) historicamente a Prefeitura de Santa Maria não tem uma política de industrialização nem de desenvolvimento, eu não quero criticar ninguém, mas é assim. Tem gente que diz, não é nem um nem dois, é uma posição bem defendida de que Santa Maria não tem que trazer indústrias porque nós não temos vocação industrial, tem muita gente que diz isso e com convicção, é uma posição que tem que ser respeitada, mas que eu não concordo e ainda hoje dizem que o nosso futuro é serviço, comércio, educação e saúde (...). O Estado era o responsável pelo Distrito Industrial e nunca fez o que deveria ser feito, como fez em outros distritos industriais no Rio Grande do Sul, e a Prefeitura historicamente, se omitiu, não só em relação ao Distrito Industrial, as obras e a importância de seu papel, mas a política de desenvolvimento industrial⁸⁵.

Essa demora refere-se ao tempo em que a área do Distrito Industrial ficou sendo discutida. Isso permaneceu por pelo menos seis anos.

⁸³ Depoimento oral de Odilo Pedro Marion, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

⁸⁴ Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

⁸⁵ Ibid.

Além da Prefeitura, foi registrado que o Governo do Estado também teria sido omissivo quanto ao Distrito Industrial de Santa Maria: “o daqui [Distrito Industrial] foi abandonado pelo Estado, infelizmente essa expressão é verdadeira, é literal, ele foi abandonado”⁸⁶. Em depoimento, o empresário Leonardo K. Veiga fez uma constatação similar, relatando a sua experiência particular, que acabou se unindo ao Distrito Industrial:

Foram mais de 30 anos sem qualquer melhoria significativa em infraestrutura. Eu conheci o Distrito quando fiz um estágio de férias ainda como aluno do curso técnico em mecânica do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTSM) no ano de 1991. Naquela época estagiei na empresa Silenkar, onde ajudava na fabricação de algumas máquinas para a reciclagem de plástico. Eu me lembro que a avenida de acesso era de chão batido, com valetas de quase um metro de profundidade, totalmente abandonada. A iluminação era precária e o barro tomava conta nos dias de chuva. Os horários de ônibus eram escassos e eu acabava indo e voltando de carona com um dos donos, o Sr. Julio Kirchof. Passados mais de 10 anos, já formado em Engenharia Mecânica, voltei ao distrito industrial para visitar algumas empresas e ele continuava exatamente da mesma forma⁸⁷.

Esta é uma questão que pode parecer um tanto contraditória, se for levado em consideração a possibilidade da existência de um projeto político desenvolvimentista. Ou seja, como em uma cidade em que há uma omissão do poder público pode haver um projeto político desenvolvimentista?

Ora, a ideia de um projeto desenvolvimentista é defendida tendo em vista a existência da proposta de criação de um distrito industrial, partindo do município, tendo apoio de uma política nacional e estadual. Porém, como este município que pensa em se expandir industrialmente pode possuir uma mentalidade negativa quanto a industrialização?

Uma hipótese para a existência desta concepção, de que Santa Maria não teria uma vocação industrial pode estar na própria CACISM, que, ao reproduzir este tipo de ideia, estaria garantindo o seu espaço de atuação na cidade, tendo em vista que, durante o período estudado, esta instituição de classe possuía influência nas principais decisões municipais. Mas, apesar do nome conter a palavra “industrial”, seus dirigentes eram na maioria das vezes representantes de comerciantes.

Não somente o poder público teria parcela nesta omissão, pois embora houvesse uma defesa do Distrito Industrial pelos empresários, muitos almejavam o lucro imediato, o que a indústria não possibilita. Isso, por sua vez, também pode ter motivado os empresários a investir muito mais no comércio, setor que proporciona um retorno mais rápido, em comparação à indústria. Esta constatação é visível no trabalho de Padoin: “Há, então, um

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 29 de outubro de 2013.

projeto de industrialização, com uma base de inovações no setor de infraestrutura da cidade e há um discurso que leva a isto, mas ao mesmo tempo, não se investe nesta atividade” (1992, p. 70). A autora complementou esta ideia atribuindo a mentalidade do empresariado local o fato da indústria encontrar dificuldades:

As causas apresentadas pela CACISM como fatores da não industrialização de Santa Maria, ou de sua desindustrialização, a partir dos anos 80, são: as altas taxas de juros, a situação econômica e social que constituíram inseguranças para os investimentos (não se pode projetar um futuro) e a falta de apoio do poder público local. Além dessas, é acrescentado outro aspecto: a mentalidade do empresariado local, (...) onde se justifica o porquê do investimento em outros setores, bem como a prioridade, ao comércio em relação a indústria. Observa-se também que o discurso pela industrialização não levou em consideração a realidade histórica-econômica local, ou seja, foi construído um projeto desvinculado da indústria que, desde o século passado, vinha trazendo um relativo crescimento à cidade, que era a atividade ligada ao setor agropecuário (agroindústria) (PADOIN, 1992, p. 71).

Cezar Augusto Schirmer também compartilhou a mesma ideia de Padoin em relação ao empresariado local almejar retornos imediatos, tendo em vista o que ele atribui como uma formação econômica conservadora de Santa Maria:

Santa Maria é uma cidade que tem uma formação econômica conservadora, não do ponto de vista ideológico, mas sim empresarial porque ela se forjou nos últimos 150 anos em cima de três atividades, o comércio, que do ponto de vista empresarial é conservador, mais conservador que a indústria e o de serviço. Nada contra os comerciantes, meu pai era comerciante, mas é que tu tem que comprar bem e vender bem, o segundo é a pecuária de corte que também é conservadora do ponto de vista empresarial, isso vem mudando da mesma forma que tem pecuaristas muito arrojados empresarialmente e tem comerciantes também. No geral essas atividades de reduzido grau de empreendedorismo e a terceira é o serviço público, os servidores públicos, que é a ferrovia, os militares, a Universidade Federal, muito serviço público em Santa Maria⁸⁸.

Além destas hipóteses, outra que parece ter influenciado não somente no que se refere a área do Distrito, mas a sua demora, eram novamente as divergências políticas entre MDB e ARENA. Chegou-se até esta hipótese tendo como base o que foi mencionado pelo senhor Carlos Alberto Robinson, pois segundo ele, a localização do distrito industrial foi, inicialmente uma questão político-partidária, pois um dos partidos políticos defendia que deveria ser em um determinado local, enquanto o outro defendia outra proposta de localização⁸⁹. O senhor Sérgio Roberto Cechin, também compartilhou desta mesma ideia ao

⁸⁸ Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

⁸⁹ Depoimento de Carlos Alberto Robinson, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 20 de novembro de 2013.

mencionar ao longo de seu depoimento que a definição do local do distrito industrial foi essencialmente uma questão político-partidária⁹⁰.

O que se pretendeu demonstrar até o presente momento é que, mesmo a área, a localização do Distrito Industrial sendo um importante elemento para atrair indústrias para uma determinada região, este elemento por si só não é suficiente. Ou seja, vários outros fatores desempenharam influência sobre o Distrito Industrial, sendo que a sua localização, apesar de sua importância, não é o único.

Acredita-se que os principais problemas devem ter começado a partir do momento em que as indústrias começaram a querer se instalar no Distrito Industrial. Isso porque, foi a partir de então que as fragilidades da falta de uma ação política começaram a ficar evidentes em diversos aspectos como, infraestrutura, agilidade na concessão dos lotes, licenciamento ambiental, entre outros, como a própria política de incentivo as indústrias procurarem o Distrito Industrial para se instalar.

2.3. A Instalação das Primeiras Indústrias no Distrito Industrial de Santa Maria e o Início de sua Expansão

Após todas as problemáticas e discussões que envolveram principalmente a área do Distrito Industrial de Santa Maria, ele foi criado oficialmente, em 1975. No local, inclusive, havia um escritório da CEDIC, que na época era a responsável por organizar o Distrito Industrial de Santa Maria. Organizar no sentido de avaliar a viabilidade das indústrias que queriam se instalar no local, demarcar os lotes que deveriam ser ocupados, planejar quais seriam as novas instalações, enviar relatórios semanalmente ao escritório central, em Porto Alegre, eram suas entre outras atribuições.

Nessa época, o atual vereador Sérgio Roberto Cechin era o responsável por este escritório em Santa Maria. Este havia sido indicado para o cargo pelo engenheiro e então presidente do Clube de Dirigentes de Empresas Industriais de Santa Maria (CDEI), Adi João Forgiarini. A CEDIC, como já havia sido mencionado no capítulo anterior, estava vinculada a Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul e o secretário, na época, era o senhor Cláudio Ênnio Strassburger.

⁹⁰ Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

Era comum a CEDIC manter escritórios espalhados pelo Rio Grande do Sul, nas áreas definidas para a construção de distritos industriais. Isso estava presente no estatuto da CEDIC e algumas das principais atividades que este escritório desenvolvia em Santa Maria foram relatados por Sérgio Roberto Cechin:

Uma empresa que se instalasse em Santa Maria nós fazíamos a documentação, inicialmente uma carta consulta preliminar, um questionário, seus planos, etc.. A carta consulta era pró Governo do Estado para CEDIC. Fazer análise da viabilidade dessa empresa, visitávamos empresas locais, porque eu tinha a seguinte ideia, se nós não vamos conseguir uma FORD, General Motors, vamos dar forças para as empresas locais, porque daqui um pouquinho uma pequena empresa pode se tornar no futuro uma grande empresa, então essa era a nossa ideia. Nós trabalhávamos muito em cima disso⁹¹.

Em relação à instalação das empresas no Distrito Industrial, a primeira delas foi a Vontobel, atual CVI, em 1977. Também, neste mesmo ano, a AGRIMEC saiu de outra área da cidade em direção ao Distrito Industrial. Durante esta fase inicial de instalação, a infraestrutura do local era bastante precária. Tal afirmativa pode ser observada na autobiografia do Sr. Odilo Pedro Marion:

Quando foi criada a fábrica, em 1974, eu a havia inscrito para ocupar um lote no Distrito Industrial (DI) de Santa Maria e para lá me dirigi. Nada tinha do empreendimento, além de ruas demarcadas. Não havia energia elétrica, água ou qualquer outra infra-estrutura, e foi neste lugar, que cravei a minha bandeira, no primeiro lote da quadra B. (MARION, 2011, p.185).

Em seu depoimento oral, o senhor Odilo Pedro Marion precisou ainda mais as questões envolvendo as dificuldades iniciais de instalação das indústrias no Distrito industrial de Santa Maria:

Em 1974 eu tinha solicitado a área e provisoriamente me instalei em outro local alugado, aguardando a vinda para cá. Até que chegou num certo momento que eu tive que me mudar, por razões diversas, isso lá em final de 76, início de 77, eu tive a necessidade de mudar e aqui não tinha nada, tinha só as ruas demarcadas e então, em julho, melhor, em setembro eu vim para cá. Lá pela metade do ano de 77, sem existir nada aqui, naquele momento a Coca-Cola estava se instalando, construindo ali na beira da faixa, usando a infraestrutura que existia, a rodovia na frente e a energia elétrica de alta tensão passando perto e a água vindo da cidade. E como eu precisava me mudar, vim para cá, entrei aqui, escolhi este terreno porque ele era alto, ali abaixo era um banhado. Tanto é que teve inundação com essa chuva que caiu aqui, ali nas empresas de baixo está tudo cheio de água, vim para cá, escolhi um terreno firme e invadi. Eu tinha a solicitação, avisei que ia vir para cá, vim aqui, marquei os quatro cantos do terreno de acordo com o mapa, tinha um mapa, onde as ruas estavam sendo traçadas. Em 1977, metade do ano, então o Distrito Industrial já estava tomando forma porque estavam marcando as ruas, não havia energia elétrica,

⁹¹ Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

não tinha comunicação, água, não tinha ruas, etc. A energia elétrica que está até hoje ali, aquela rede ali é minha, fu eu que mandei colocar e paguei⁹².

A seguinte imagem, extraída da autobiografia do senhor Odilo Pedro Marion, contribuí para a compreensão de sua referência quando menciona a falta de estrutura do Distrito Industrial de Santa Maria. Esta é foto de uma das primeiras indústrias que passou a funcionar no Distrito Industrial de Santa Maria, em 1974:

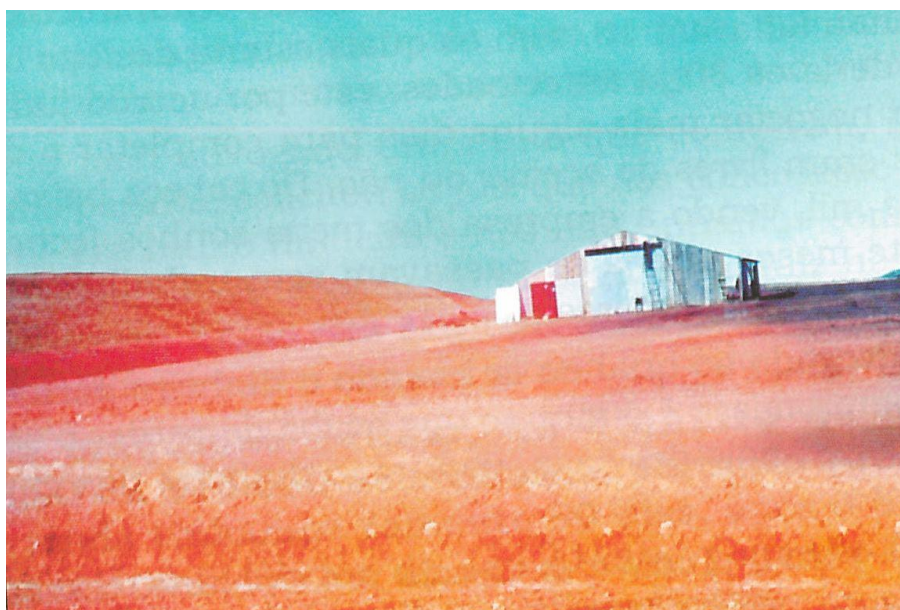


Figura 11 - Primeiro pavilhão da AGRIMEC no Distrito Industrial de Santa Maria

Fonte: MARION, Odilo Pedro. **Empreender - ousadia ou loucura?** A Jornada de quem vislumbrou criar e administrar seu próprio negócio. Histórias de vida, empreendedorismo e desafios. Santa Maria: [s. n.], 2011.

As dificuldades iniciais relacionadas à instalação do Distrito Industrial também foram relatadas por Sérgio Roberto Cechin. Ele chegou a comentar que estas muitas vezes estavam “em buscar algum incentivo municipal, uma terraplanagem do lote (...), por mais que o município quisesse ajudar, tinha a parte política da coisa, dificuldades, enfim nada foi fácil o início foi muito difícil”. Além disso, ele relatou também uma curiosa estratégia criada pela CEDIC, a fim de contornar o problema inicial de falta de água no Distrito Industrial:

Não existia água. Sabe o que a CEDIC fez? Fizemos um poço artesiano no nosso escritório e por gravidade a água do poço artesiano acabava cedendo pra AGRIMEC e depois lá em baixo se instalou também, em forma precária, mas gerava empregos a

⁹² Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

Tulipa, então a água por gravidade ia lá também e em troca eu ocupava o telefone do Marion⁹³.

Entre outros fatores, muitas destas dificuldades iniciais podem ter ocorrido pela falta de investimento do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal. Esta, inclusive, foi uma das questões que ganhou destaque em uma reunião entre o Governador do Estado, Sinval Guazzelli, e o Prefeito de Santa Maria, Osvaldo Nascimento da Silva, em 1977, a qual tinha por finalidade reforçar a parceria entre o Estado e o Município em relação à questão do Distrito Industrial e, ao mesmo tempo, delimitar a atuação de cada uma destas duas instâncias governamentais.

Esta reunião ganhou destaque no jornal *A Razão*. Em uma das falas do governador foi possível se perceber o quanto esta parceria era um dos fatores determinantes para a consolidação da proposta de criação do Distrito Industrial de Santa Maria: “No encontro com Guazzelli, foram tratados assuntos referentes ao apoio, pelo Estado, ao Distrito Industrial de Santa Maria. O governador salientou, na ocasião que o andamento do Distrito não dependerá apenas do governo estadual, mas do próprio governo do município”⁹⁴.

Nesta mesma ocasião, o Prefeito, em resposta aos empresários e a imprensa que acompanhavam a reunião, a respeito de questionamentos referentes a forma como a Prefeitura poderia incentivar a industrialização municipal, ressaltou que:

A obrigação do Estado é dar a infra estrutura para o distrito industrial, o espaço físico. E a obrigação da prefeitura é dar infra estrutura para as firmas que forem se instalando no distrito industrial (...), desta forma a prefeitura incentiva através dessas confissões e de uma legislação específica de incentivos fiscais⁹⁵.

Outro fator que também pode ter contribuído para que as dificuldades iniciais demorassem a ser solucionadas pode ser atribuído ao não entendimento do que seria essencialmente uma área industrial, pois

uma área industrial não deve ser concebida simplesmente como uma vizinhança de indústrias, mas como um instrumento de ação governamental destinado a promover a organização urbana, o desenvolvimento e a estruturação industrial, a economia e a eficiência dos esforços e investimentos governamentais, destinado, enfim, a promover o bem-estar social⁹⁶.

⁹³ Depoimento de Sérgio Roberto Cechin, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2013.

⁹⁴ ESTADO e município juntos para a industrialização de S. Maria. *A Razão*, 7 de abril de 1977, p.16. AHMSM.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. **Modelo de simulação dos efeitos do desenvolvimento industrial na estrutura urbana**. Porto Alegre, 1979, p. 5.

Ou seja, talvez algum tipo de problema envolvendo as duas hipóteses acima pode ter contribuído para que o Distrito Industrial não atingisse todos os objetivos que nele foram depositados. Porém um estudo mais detalhado precisa ser efetuado, com a finalidade de verificar quais, além destes, foram os motivos que não permitiram o sucesso imediato do Distrito Industrial.

No início da década de 1980, a empresa Corrieri também se transferiu para uma área no Distrito Industrial. No final desta mesma década, outras empresas também passaram a adquirir lotes, como a Metalúrgica Hunninghausen e os Móveis Mitri.

Atualmente, o Distrito Industrial de Santa Maria conta com cerca de vinte empresas instaladas no local. Porém, mesmo com o crescimento do número de indústrias em Santa Maria, a cidade ainda não conseguiu apresentar o desempenho esperado do setor industrial. Isso possibilita ao questionamento de quais seriam os principais desafios reservados a este setor a fim de superar tal problemática?

Os gráficos e a seguinte Figura ajudam a demonstrar o crescimento da indústria em Santa Maria até o ano de 2010 e o que este crescimento representou para a cidade. Estes dados foram obtidos na página da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria (ADESM):

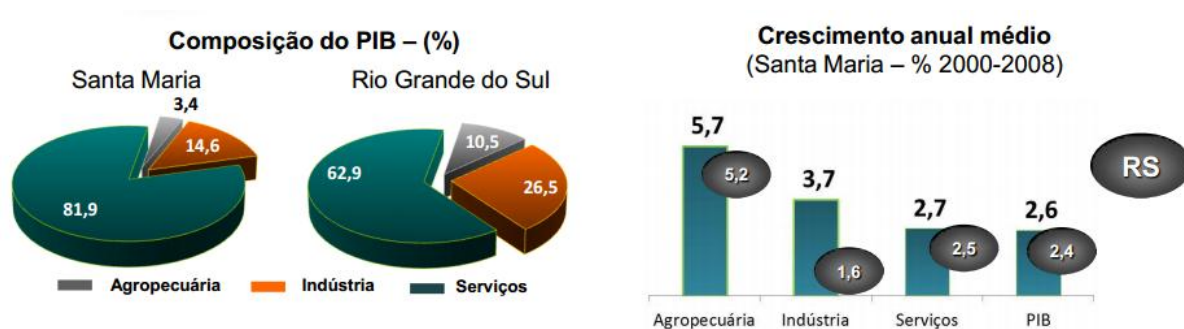


Figura 12 – Composição do PIB – (%) e Crescimento Anual Médio de Santa Maria em comparação com o Rio Grande do Sul.

Fonte: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SANTA MARIA. **Santa Maria no contexto econômico e social do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2011/09/APRESENTA%C3%87%C3%83O-SANTA-MARIA-NO-CONTEXTO-ECON%C3%94MICO-E-SOCIAL-DO-RS.pdf>>. Acessado em 26 de novembro de 2013.

Quadro 1 – Evolução do PIB na cidade de Santa Maria, desde o ano de 1949 até 2010 nos setores: Agropecuária, Indústria e Serviços.

ANO	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB total (R\$ mil)
	PIB em %	PIB em %	PIB em %	PIB em %	
1949*	21,77	10,32	67,94		R\$ 319.925,41
1959*	15,27	8,29	76,43		R\$ 510.069,41
1970*	9,62	9,2	81,18		R\$ 950.837,71
1980*	11,14	8,2	80,66		R\$ 2.591.465,85
1990	9,62	14,53	71,66	4,18	R\$ 1.976.108,07
2000	2,45	12,96	74,27	10,32	R\$ 2.847.653,34
2001	3,06	12,36	73,65	10,93	R\$ 2.744.031,36
2002	3,05	12,01	74,6	10,34	R\$ 2.894.123,89
2003	3,61	12,26	73,1	11,03	R\$ 2.699.419,87
2004	3,36	13,73	72,24	10,67	R\$ 2.759.854,31
2005	1,89	13,2	74,2	10,71	R\$ 2.841.439,34
2006	2,76	13,52	73,83	9,89	R\$ 3.152.933,02
2007	2,85	12,86	75,23	9,06	R\$ 3.309.542,53
2008	3,16	12,85	74,5	9,49	R\$ 3.253.463,09
2009	3,01	14,32	73,79	8,88	R\$ 3.457.584,68
2010*	2,57	16,11	81,32		R\$ 3.460.000,00

*Nestes anos a metodologia incluiu os impostos.

Fonte: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SANTA MARIA. **Santa Maria no contexto econômico e social do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2011/09/APRESENTA%C3%87%C3%83O-SANTA-MARIA-NO-CONTEXTO-ECON%C3%94MICO-E-SOCIAL-DO-RS.pdf>>. Acessado em 26 de novembro de 2013.

Os dados acima apontados acenam para um cenário positivo no que se refere ao avanço da participação da indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Maria. Estes dados também reforçam a ideia de que a indústria santa-mariense passou, a partir de 2009, por uma retomada de investimentos, que aparece refletido no PIB.

A indústria ainda pode não apresentar a mesma expressividade que o setor de serviços em Santa Maria, mas apresenta uma taxa de crescimento superior a ele em determinados períodos. Isso também demonstra que apesar de todos os problemas e de todos os discursos que mencionam que Santa Maria é uma cidade que não tem indústrias, este cenário parece estar paulatinamente sendo alterado.

2.4. A Retomada: os Problemas e as Perspectivas Atuais para o Distrito Industrial de Santa Maria e as Suas Implicações para o Mundo do Trabalho

Neste trabalho pretendeu-se elaborar um esboço englobando parte das discussões que, entre outros objetivos, visaram compreender alguns dos principais motivos pelos quais o Distrito Industrial de Santa Maria ainda hoje, após trinta e oito anos de sua criação oficial, ainda não atendeu grande parte das expectativas que nele foram depositadas, principalmente no que se refere a aspectos relativos ao crescimento econômico do setor industrial da cidade.

Além disso, cabe ressaltar que um dos principais motivos que podem ter colaborado para que o Distrito Industrial de Santa Maria não atingisse todos os seus objetivos pode ter sido, não só uma provável falta de recursos iniciais para investimentos, como também uma falta de vontade política e de um consequente planejamento estratégico com uma finalidade desejada.

Em 2005, fruto desta falta de vontade política relacionada a assuntos que envolviam uma política industrial para a cidade, os empresários que possuíam suas empresas instaladas no Distrito Industrial se motivaram a criar uma associação. Esta entidade da categoria passou a levar o nome de “Associação Distrito Vivo” e, entre outras questões, tinha por objetivo fortalecer o Distrito Industrial. Algumas das motivações para a criação da Associação foram descritas pelo atual presidente, Leonardo K. Veiga:

Na metade da década de 2000, após muito lutar pelo distrito industrial, o Sr. Odilo Marion, que foi o primeiro empresário aqui instalado, começou uma campanha para a criação de uma associação para defender nossos ideais e sensibilizar o governo a investir no local. Na época o DISM era propriedade do Estado do RS, gerenciado pela SEDAE com sede em Porto Alegre, o que dificultava os trâmites burocráticos do processo de aquisição de lotes. Com a criação da ADV em 2005 foi intensificada a busca por melhorias na infraestrutura no distrito e pela facilitação do processo de implantação de novos negócios. Uma das nossas principais bandeiras foi a da municipalização do distrito industrial, que após muita articulação política acabou ocorrendo no último ano do governo Yeda. Na época acreditávamos que isto seria bastante positivo e agilizaria e simplificaria o processo, pois evitaria as seguidas viagens á capital para resolver os trâmites legais da aquisição dos lotes e da construção do novo empreendimento. Em resumo, a criação da Associação Distrito Vivo, foi uma forma de unir os empresários para pressionar o poder público de maneira que o DISM não permanecesse mais 30 anos no esquecimento e para que o processo de instalação de novas empresas fosse facilitado⁹⁷.

As finalidades da criação da Associação Distrito Vivo, também foram descritas nos dois primeiros artigos de seu estatuto:

⁹⁷ Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido a autora, em Santa Maria, em 29 de outubro de 2013.

Artigo 1º - A Associação Distrito Vivo (ADV) é uma associação civil, de pessoas jurídicas instaladas no Distrito Industrial de duração indeterminada, apartidária, sem fins lucrativos e econômicos, com sede no Distrito Industrial, Av. Pedro Cezar Saccol, s/n (SENAI), no município de Santa Maria (RS) e foro na Comarca de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com início de suas atividades previstas para 1º de março de 2005.

Parágrafo Único – A ADV objetiva a defesa dos interesses legítimos de seus Associados e o desenvolvimento do Distrito Industrial, e seus aspectos urbanísticos, culturais, funcionais, sociais e orgânicos, de forma a transformá-lo num grande, forte e eficiente pólo industrial que contribua eficazmente para o equilíbrio econômico e social da cidade de Santa Maria.

Artigo 2º - A ADV tem por finalidades: Desenvolver a união das empresas do Distrito Industrial de Santa Maria entre si e promover integração destas através da Associação com outras entidades civis, empresariais, educacionais, etc. Contribuir para a revitalização do Distrito Industrial, tanto na sua imagem quanto na sua infraestrutura. Promover ações conjuntas e integradas com vistas à melhoria das condições de seus Associados dentro do Distrito Industrial. Ser um agente de aproximação de interesses comuns dos Associados e de desenvolvimento local, capaz de gerar maior participação de receita para o Município e de renda para a comunidade, promovendo a inclusão desta no mercado formal de trabalho⁹⁸.

A instabilidade relacionada à vontade política talvez pudesse começar a apresentar indícios de solução com a municipalização do Distrito Industrial, ocorrida em 2009. Com a municipalização, esperava-se que os principais entraves burocráticos que envolviam a instalação de indústrias no Distrito Industrial fossem reduzidas, permitindo, assim, um maior estímulo para que indústrias se instalassem neste local. Porém, a municipalização parece não ter atendido principalmente as expectativas dos empresários instalados no Distrito Industrial e, inclusive, conforme relato do presidente da Associação Distrito Vivo⁹⁹, ao invés de solucionar o problema, a municipalização do Distrito Industrial acabou por agravá-lo ainda mais:

Na realidade essa era a ideia, teoricamente as pessoas estando mais próximas tudo ficaria mais fácil, mas isso nem sempre é verdade. Hoje vemos que se o distrito continuasse sendo administrado pelo Estado talvez tivesse sido melhor, porque os municípios tem uma deficiência muito grande, tanto em pessoal quanto em orçamento. O governo federal centralizou todos os impostos em Brasília, para os estados e municípios ficaram só as obrigações e os serviços de atendimento a população. Além disso, a burocracia criada para evitar desvios de dinheiro público fazem com que as prefeituras percam a agilidade, o que seria uma das vantagens da

⁹⁸ Estatuto da Associação Distrito Vivo, p. 1. Disponível em <http://www.districtovivo.org.br/quemsomos.asp>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

⁹⁹ A Associação Distrito Vivo é uma associação entre os empresários que mantém seus empreendimentos no Distrito Industrial de Santa Maria, conforme aparece descrito no site, é “uma organização associativa sem fins lucrativos que representa de forma autônoma, democrática e apartidária as empresas instaladas no Distrito Industrial de Santa Maria desde 1º de março de 2005. De um encontro realizado no final de 2004 entre os dirigentes das empresas localizadas no Distrito Industrial para discutir os enfrentamentos diversos que passavam dentro da área e para dialogar quanto aos seus rumos futuros”. Disponível em <http://www.districtovivo.org.br/quemsomos.asp>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

administração mais próxima. Sendo assim, sem agilidade e sem dinheiro, a situação do distrito industrial evoluiu muito pouco¹⁰⁰.

Como pode ser observado, com a municipalização, os empresários esperavam um diálogo mais próximo como o Poder Público. Porém, conforme apontou o mesmo empresário, este diálogo com a Prefeitura até acontece, mas não apresenta resultados imediatos, o que, além de não promover melhorias na infraestrutura do local, afasta a possibilidade de atrair novas indústrias para o mesmo.

Um exemplo deste afastamento pode ser dado a partir do caso da empresa alemã KMW. Até pelo menos meados de 2013 previa-se que esta indústria, fabricante de blindados, tinha interesse de instalar-se na cidade. Este interesse encontra-se, inclusive, como um dos destaques no Anuário de Potencialidades 2012, produzido pelo Grupo A Razão:

Santa Maria é uma cidade que sabe tirar proveito de sua vocação. Tradicionalmente voltada para educação, comércio e serviços, o município acorda para um novo filão, que já começa a colher frutos. Tendo como premissa a Estratégia Nacional de Defesa, que estabelece em sua política a descentralização da indústria bélica como um dos principais parâmetros, Santa Maria se articula a formação de um Complexo Industrial de Defesa (CID), reunindo a vocação militar, poder público, mão de obra gerada pelas universidades, incentivos e privilegiada geografia estratégica como forma de atração de grandes investimentos para o setor. Nesse contexto, a gigante alemã fabricante dos blindados Leopard 1A1, Krauss Maffei Wegmann (KMW) escolhe Santa Maria para instalar uma unidade de manutenção dos carros de combate de última geração, recentemente comprados pelo Exército Brasileiro num lote de mais de 250 unidades. A empresa já adquiriu terreno na região Oeste da cidade, e está recrutando profissionais de alta performance, formados nos cursos de Engenharia da Universidade Federal de Santa Maria. A chegada da KMW também cumpre outro requisito da Estratégia Nacional de Defesa: estabelece a transferência de tecnologias em caso de investimentos no Brasil. Se por terra a KMW chega a Santa Maria, pelo ar as prospecções são por investimentos da israelense Elbit Systems, fabricante dos Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT). A Base Aérea de Santa Maria (BASM) sedia o 1º Esquadrão VANT do Brasil. Uma subsidiária da israelense, a AEL Sistemas, já formalizou interesse em investir em Santa Maria¹⁰¹.

Esta empresa tentava se instalar por vários anos em Santa Maria, porém acabava sempre esbarrando em algum tipo de problemática que não permitia sua instalação. Este quadro permaneceu por alguns anos, até que, ao indicar que procuraria outra cidade para alocar-se, de maneira quase que imediata conseguiu a autorização para construir uma sede em Santa Maria.

Este exemplo demonstra o que foi mencionado pela maioria dos empresários que foram entrevistados. Para eles, essa falta de agilidade, causada principalmente pela falta de uma política industrial é um dos principais motivos que fazem com que muitas indústrias

¹⁰⁰ Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 29 de outubro de 2013.

¹⁰¹ ANUÁRIO 2012. Santa Maria. Potencialidades. Grupo A Razão, 2012, p. 40.

desistam de se instar em Santa Maria. O exemplo, da empresa KMW, também foi utilizado por Leonardo K. Veiga para exemplificar esta ausência de uma política industrial que resulta nos principais entraves para a instalação de novas indústrias na cidade, mais especificamente, no Distrito Industrial:

Os nossos secretários de desenvolvimento trabalharam muito em questões pontuais e esqueceram de ver o lado estratégico. Hoje no Brasil as verbas grandes só vem através de emenda parlamentar e as prefeituras precisam fazer seus projetos com antecedência e pensar no amanhã. Além disso, a prefeitura é muito burocrática e tem pouca gente que realmente entende do assunto e que trabalha de verdade (...). Um caso típico que nós tivemos aqui é o da KMW, a fábrica de blindados, uma empresa mundial estratégica para o Brasil que ficou quase 2 anos aguardando a liberação ambiental da FEPAM. Quando os alemães já estavam a fim de abandonar o barco, colocaram no jornal a sua insatisfação e aí na outra semana a licença ambiental foi liberada¹⁰².

O senhor Odilo Pedro Marion, em seu depoimento, também relatou alguns aspectos referentes a esta ausência de uma política industrial. O mesmo chegou até a apontar que um pouco da falta de indústrias em Santa Maria pode ter ocorrido em função da própria instalação do Distrito Industrial. Ora, isso parece uma contradição, no entanto é um elemento fundamental que demonstra a inexistência de uma política de planejamento industrial em Santa Maria:

Existia a CACISM, com um lugar e tal, mas estava na mão de comerciantes, isso está escrito no livro, eu só não disse quem, mas ficou nas mãos de uma família por muitos anos e não fez nada e hoje eles estão de cara torta comigo porque eu falei a verdade, mas eu não citei nome, mas quem é que não sabe quem é que mandou na CACISM por muitos anos. Então quando eu vim para cá eu criei um problema para as autoridades, pois enquanto não tinha ninguém aqui tudo bem, era só notinha de jornal e eu vim para cá e criei um problema e uma coisa que poucas pessoas sabem que Santa Maria está mal de indústrias hoje, isso tu pode anotar bem isso aí, foi por causa do Distrito Industrial. O Distrito Industrial de Santa Maria foi um atraso para a indústria santa-mariense, isso é forte, partindo de mim é forte, pois tu sabe o quanto eu defendo, mas foi um atraso a existência do Distrito Industrial. Muitas empresas que viriam para a cidade, se inscreveram aqui no Distrito industrial, um anos, dois anos, três anos e não tiveram resposta e acabaram indo para outro município, ou desistiram porque a industrialização não era certa, desistiram esperando, esperando, esperando, cansaram e desistiram, se não tivesse o Distrito Industrial eles teriam comprado um terreno na beira da faixa, se instalado, correndo o risco do efeito aeroporto, mas teriam se instalado e Santa Maria teria mais uma, mais outra, mais outra, mais outra indústria, que depois poderia ser trazido para o Distrito Industrial, então, a existência do Distrito Industrial atrasou a industrialização de Santa Maria, enquanto outros municípios não tinham distrito industrial estão recebendo indústrias, botando lá num canto ou em outro, lá no outro, na beira da faixa, mais adiante, e nós aqui enquanto aguardávamos o distrito industrial, que não saia do papel, ninguém dava resposta, ninguém acolhia as pessoas que queriam se instalar, as indústrias tem que ser abraçadas na hora, senão passa a hora ou alguém abraça com um abraço mais forte e leva, então isso aconteceu muito forte em Santa Maria. Santa Maria perdeu muitas indústrias porque tinha um distrito industrial, dá para acreditar nisso?

¹⁰² Depoimento de Leonardo K. Veiga, concedido a autora, em Santa Maria, em 29 de outubro de 2013.

Partindo de mim acho que pode acreditar e é duro dizer isso aqui porque o pessoal acha que para instalar uma indústria (...) não é assim, tem que instalar o distrito industrial e dar condições, arrumar rua, asfaltar ruas, dar energia elétrica, água. Água chegou agora, por ação da Associação Distrito Vivo, senão não teríamos água até hoje, poço artesiano aqui e ali, esgoto colocado lá, poço negro essas coisas assim, não tem até hoje um esgoto aqui, então como é que você vai convidar uma indústria para se instalar no Distrito Industrial se não tem estrutura?¹⁰³

Neste depoimento do senhor Odilo Pedro Marion, há pelo menos duas questões que necessariamente precisam ser levantadas, dada a importância que elas representam para a compreensão de como se estruturou o Distrito Industrial de Santa Maria e sua problemática: o primeiro ponto, refere-se ao problema criado a partir do momento em que a AGRIMEC foi instalada; o segundo ponto, refere-se a falta de decisão política imediata em relação à instalação das indústrias no Distrito Industrial.

Quando o senhor Odilo Pedro Marion menciona “problema”, ele quer dizer que, até o momento em que se falava, se discutia sobre o Distrito Industrial, não havia problema algum, mas quando uma indústria passou a se instalar de fato em um dos lotes do Distrito, e requerer aquilo que a ela havia sido proposto, como incentivos para a sua instalação em determinado local, foi que começou a se criar um problema para as autoridades. Ou seja, a partir do momento em que uma indústria se instalou naquele local, pressionou o poder público, tanto Estado quanto Prefeitura, para o desenvolvimento de ações mais efetivas, relacionadas principalmente a infraestrutura do local.

A indústria Vontobel, atual CVI, também representou um problema para as autoridades na época de sua instalação, que coincide com a da AGRIMEC. Essa situação pode ser verificada em um discurso do parlamentar Moisés Velásquez, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no qual a situação da linha telefônica apresentou-se como exemplo dos problemas que estas primeiras indústrias causaram para o poder público, no sentido destas requererem investimentos no Distrito Industrial:

(...) ocorre que duas indústrias, entre elas a Vontobel, que vai instalar ali, a fábrica da Coca-Cola, acreditaram no Governo do Estado e resolveram construir seus prédios no novo Distrito Industrial, implantado na antiga “Fazenda Santa Marta”. A indústria Vontobel já está em fase final da construção das obras e a outra indústria já está com o seu prédio bastante adiantado. Ocorre que a indústria Vontobel já está próxima a inauguração à inauguração de sua indústria e está com um problema seríssimo que são as comunicações telefônicas. Era para ser implantado lá no novo Distrito Industrial, de responsabilidade do Estado, um cabo telefônico com capacidade para noventa ligações. Ocorre que até agora este cabo telefônico não foi instalado. E para dar possibilidade para essas duas indústrias de funcionarem, o que fez a CRT? Esta cobrou-lhes cento e trinta mil cruzeiros de cada linha que vai

¹⁰³ Depoimento de Odilo Pedro Marion, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 8 de junho de 2012.

instalar, lá, no Distrito Industrial. E, além disso, há o preço de custo do aparelho telefônico!

A CODESMA, a CACISM, todos os organismos de classe de Santa Maria, especialmente estes dois, tem apelado para o Poder Público estadual no sentido da solução urgente desse problema.

Recebi juntamente com o Deputado Sérgio de Moreira e Deputado Cezar Schirmer, da CACISM e do CODESMA, vários apelos, no sentido da solução desse problema¹⁰⁴.

O segundo ponto destacado pelo senhor Odilo Pedro Marion, referente ao Distrito Industrial, ao invés de ter promovido a industrialização de Santa Maria, produziu efeito contrário. Isso parece até uma ironia, mas não foi o Distrito, mas a falta de execução de uma política industrial que proveu esta realidade. Este mesmo quadro de desindustrialização, também foi constatado por Padoin: “A construção do Distrito Industrial foi o ato maior da entidade [CACISM]. Mas um ‘ato inovador não bem sucedido’. Santa Maria nos anos 80, sofreu uma desindustrialização, apesar da propaganda, do discurso” (1992, p. 63).

Essa desindustrialização, portanto, pode ser considerada como reflexo da falta de ação política no Distrito Industrial. Para os motivos causadores desta desindustrialização, Padoin também indicou a distância que a cidade possui dos outros centros industriais, Santa Maria “fica distante da região mais industrializada do Estado (perimetropolitana e Caxias do Sul) e não tem a vantagem, como a região industrializada do Estado, de localizarem-se uma próxima a outra” (1992, p. 64).

No depoimento do atual Prefeito Municipal, Cezar Augusto Schirmer, há o relato das principais ações e dos principais problemas que a Prefeitura julga existir com relação ao Distrito Industrial de Santa Maria. Segundo ele, a municipalização foi muito bem vista, porém os recursos da prefeitura são poucos, tendo em vista a demanda existente no Distrito Industrial. Ao ser questionado a respeito da relação entre a prefeitura e a Associação Distrito Vivo, o prefeito salientou que apesar de existir um bom diálogo com esta última, isso não significa que os empresários estejam contentes:

Sei que eles se queixam das ruas, mas é que nós abrimos as ruas, nós gastamos um bom dinheiro para asfaltar as ruas, os reparos tudo isso vai um bom dinheiro. O terreno lá vem altamente subsidiado, tem 80% de subsídio, no mínimo para cada terreno vendido, tem um prazo de 36 meses para pagar. Se nós fossemos vender pelo preço de mercado certamente teríamos todo o dinheiro para fazer a infraestrutura¹⁰⁵.

¹⁰⁴ ANAIS DA 126ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL, 1977, op. cit., p. 498-500.

¹⁰⁵ Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

Atualmente também está sendo construído um Tecnoparque na área do Distrito Industrial, o que seria uma espécie de incubadora tecnológica, capaz de contribuir com empreendedores que estão iniciando suas atividades. Este empreendimento é uma parceria da UFSM, do Centro Universitário Franciscano, da Universidade Luterana do Brasil, da Prefeitura Municipal de Santa Maria, da CACISM, da Associação dos Jovens Empreendedores de Santa Maria e do Sindicato das Empresas de Informática do Rio Grande do Sul. Entre os seus principais objetivos estão “contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Município, disseminando a cultura empreendedora e incentivando a articulação entre instituições de ensino, pesquisa, extensão e segmento empresarial”¹⁰⁶. A sua inauguração ocorreu no dia 12 dezembro de 2013.

Este tipo de empreendimento também se torna interessante, pois além de estimular o desenvolvimento, a partir da oportunidade de criação de novas empresas, expressa uma parceria que pode ser bastante frutífera, entre as universidades, o poder público municipal e uma organização empresarial. Esta união pode ser no mínimo positiva, ao passo que pode aproveitar melhor os profissionais que estão dentro das universidades para pensar em estratégias que partam da realidade da cidade para que se consiga qualificar as ações relacionadas a uma política industrial para Santa Maria.

Por fim, cabe mencionar o posicionamento do Prefeito atual em relação a estas e outras ações que se referem ao Distrito Industrial. Segundo ele,

Nós [se referindo a sua administração] fizemos a lição de casa, nós municipalizamos o Distrito Industrial, municipalizamos o licenciamento ambiental, começamos a regularizar o Distrito Industrial, criamos a lei de apoio a micro e pequena empresa, criamos a lei de inovação, criamos o salão de empreendedor na FEISMA, criamos a Agência de Desenvolvimento, com recurso da prefeitura. A prefeitura colocou três milhões e meio de reais na implantação do parque Tecnológico, nós ganhamos do SEBRAE o prêmio “Prefeito Empreendedor”, porque Santa Maria, isso foi o ano passado, teve a melhor política de desenvolvimento entre as médias e grandes cidades do Rio Grande do Sul¹⁰⁷.

Porém, apesar disso, o que tem dificultado a ação mais efetiva da Prefeitura, segundo ele, “é que Santa Maria não está no visor empresarial do Rio Grande do Sul, do ponto de vista do desenvolvimento econômico industrial”. Para reverter este quadro, seria necessário “vender a cidade, é mostrar a cidade, e nós temos um imenso potencial, a nossa localização geográfica privilegiada, nós estamos no meio do Rio Grande do Sul, temos rodovia e ferrovia,

¹⁰⁶ ANUÁRIO 2012, op. cit., p. 42.

¹⁰⁷ Depoimento de Cezar Augusto Schirmer, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 1º de novembro de 2013.

para todos os lados, temos água, energia, universidades. Além disso, o conhecimento precisaria ser transformado em PIB”¹⁰⁸.

Em relação às ações que estão sendo efetuadas atualmente no Distrito Industrial, Sérgio Roberto Cechin, também fez algumas considerações, destacado a importância que o Tecnoparque pode viabilizar para Santa Maria:

Essa incubadora, como nós chamamos, não é de hoje, o Tecnoparque não é de hoje, então são ações que estão sendo viabilizadas e são para empresas pequenas, mas com viabilidade que podem se desenvolver, são as nossas empresas de Santa Maria. Faltava coordenação técnica, faltava um apoio gerencial e hoje com a incubadora, com esse Tecnoparque, etc. E isso eu vejo com bons olhos, isso é muito importante, vai chamar outras indústrias, sem dúvida. Então eu acho que Santa Maria, pelo polo que há, polo regional, pela nossa localização, estamos colados no MERCOSUL, a Argentina, Uruguai e coisa, entroncamento rodo-ferroviário, a aviação vindo para Santa Maria, telefone, energia elétrica, tem tudo para se desenvolver, depende muito de nós. Eu acho que Santa Maria também tem que atuar de uma forma regional, Santa Maria tem que atuar mais forte em Santa Maria, tem que tomar a dianteira da região, dos municípios que compõem a rede de Santa Maria, cerca de 40 50 municípios. É importante que Santa Maria assuma esse papel de liderança, é importante Santa Maria tomar esse papel de liderança, eu acredito que podemos nos desenvolver industrialmente¹⁰⁹.

O representante da Associação Distrito Vivo, Leonardo K. Veiga, destacou também a importância atribuída ao Tecnoparque. Todavia, foi bastante pontual, destacando quais seriam os principais problemas que o Distrito Industrial enfrenta atualmente. Além disso, destaca que muitos deles são em função de uma falta de ação da Prefeitura:

Do governo atual, que teoricamente é um governo desenvolvimentista ainda estamos esperando muita coisa. As obras de ampliação, que permitiriam a implantação de novos negócios estão paradas a quase um ano e os processos administrativos e de emissão de escrituras estão em câmera lenta. Os empresários estão desmotivados porque os avanços não vem. Tem empresas que foram embora de Santa Maria para outros municípios porque lá houve apoio das prefeituras. Outras estão comprando terrenos fora do distrito industrial pois não tem como esperar tanto tempo para se instalarem. Hoje a realidade de uma empresa que queira instalar-se no distrito é a seguinte: Não vai encontrar energia elétrica (terá que pagar a toda a instalação para a AES Sul), não terá água potável (depende de ampliação da rede atual), não terá rede de esgotos (não há rede esgotos no DISM), não terá acesso ao lote, ou será de chão batido em péssimas condições e os trâmites legais serão lentos e muito burocráticos. As grandes empresas de fora que estão dispostas a instalar-se aqui ao se defrontarem com essa realidade acabam não vindo. Isso acaba travando o desenvolvimento da região.

Todos estes elementos que foram apresentados até então, apontam para a necessidade de estudos mais detalhados do que se refere aos novos contornos que estas iniciativas estão

¹⁰⁸ Ibid.

¹⁰⁹ Depoimento de Sergio Roberto Cechin, concedido a autora, em Santa Maria, RS, em 26 de novembro de 2012.

proporcionando ao Distrito e aquilo que está relacionado ao mundo do trabalho e devem ser efetuados posteriormente em outro estudo.

Esta pesquisa pretendeu ainda demonstrar como a História é construída por problemáticas do presente e que há uma estrita articulação entre o local e o nacional/global. Desse modo, o Distrito Industrial de Santa Maria foi concebido como resultado de uma política estratégica de um determinado período e não como resultado de uma política ou ação isolada. Nesse sentido, avalia-se que o seu sucesso ou não, do ponto de vista econômico, passou a depender, principalmente, da continuidade de políticas de incentivo à industrialização e também pela própria atitude do empresariado.

Em relação a esta atitude do empresariado em investir em Santa Maria, algumas considerações foram tecidas por Padoin. Estas, por sua vez, indicam mais uma hipótese para o insucesso do Distrito Industrial:

A construção do Distrito Industrial foi um ato ousado dentro da realidade histórico-econômica da cidade, mas que não foi capaz de romper com as resistências dessa mesma realidade. Assim, pode-se afirmar que a construção do Distrito Industrial foi uma “inovação mal sucedida” ou, de menor relevo, pois realmente não proporcionou o progresso desejado. (...). O empresariado local na sua maioria (80%) e não na sua totalidade, pretende ter com sua empresa (empresa familiar) uma renda estável no qual investe no que é estritamente necessário para produzi-la novamente e, o excedente, investe em artigos de luxo para o uso particular/familiar e/ou em outros setores, como na aquisição de latifúndios (1992, p. 74-75).

O que foi apontado pela autora acima citada é de singular importância para este trabalho, pois já o encaminha para algumas conclusões referentes ao porque do Distrito Industrial ter por muito tempo ficado estagnado. As colocações acima colaboram no sentido de que não é apenas o Poder Público que tem a responsabilidade pela efetivação da industrialização. Boa parte deste papel também cabe aos próprios empresários. De nada adianta haver a melhor política de industrialização, se os empresários não quiserem investir nela.

Ou seja, os resultados efetivos em relação ao Distrito Industrial de Santa Maria só devem dar retorno a partir do momento em que uma ação coletiva, que acima de tudo acredite e invista no Distrito Industrial e nas potencialidades que Santa Maria pode oferecer em relação a este setor.

CONCLUSÃO

O estudo do processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria possibilitou a verificação de diversos elementos que se entrelaçaram para chegar a determinado fim. Estes elementos referem-se, principalmente, a questões políticas, econômicas, sociais e, também, ideológicas.

Políticas, pois constituem não só uma plataforma de governo nacional ou estadual, mas também uma expressão de poder local. Este, por sua vez, intimamente relacionado ao poder econômico, que tem entre si disputas político-partidárias, além de outros elementos, que também exerceram influência em Santa Maria, durante o período estudado e que influenciaram nos rumos de seu Distrito Industrial, desde o momento em que o mesmo foi pensado e estruturado.

Chegou-se até esta conclusão, principalmente em função da própria substituição da primeira área, onde teria sido pensado o Distrito Industrial, para a região que ele se encontra atualmente. Ou seja, o que foi exposto neste trabalho aponta para uma provocação no sentido de que outros interesses, que não meramente relacionados à melhor possibilidade de localização do Distrito Industrial de Santa Maria motivaram esta troca de local.

A esta conclusão, entre outras referências, se chegou através das fontes orais. Isso é importante mencionar, pois avaliar efetivamente qual seria a melhor área para a construção de um Distrito Industrial não seria uma tarefa mais adequada para alguém que trabalha com História. Uma análise técnica faria uma avaliação bem mais precisa a respeito disso. Porém o que intrigou foi como que um projeto que havia sido tão bem estruturado foi simplesmente anulado?

Foi neste momento que as questões, principalmente econômicas e político-partidárias começaram a aparecer com mais evidência, seja em um depoimento ou em uma nota de jornal. Percebeu-se, através das conversas, principalmente, um nítido espaço de disputa entre MDB e ARENA que pode ter tornado problemática a discussão sobre o Distrito Industrial e sua localização. Isso se deu muito em função de ele ter se configurado muito mais como uma plataforma para ascensão política e/ou econômica do que propriamente um objetivo.

Este cenário parece ter favorecido esta discussão, mas não a definido. Isso porque não se pode anular o interesse de Santa Maria em promover a industrialização, até porque se isso não ocorresse, possivelmente nem teria sido elaborado um projeto com este fim. Além disso,

somam-se a estas questões políticas todos os interesses econômicos, muitos deles pessoais, que podem ter sido definidores na definição do local para a instalação do Distrito Industrial de Santa Maria.

Porém, esta é uma questão que somente pôde ser assinalada ao longo deste trabalho, pois elementos concretos para confirmar a hipótese não foram suficientes. Assim, ela não deve deixar de ser mencionada, pois esta é uma pesquisa que não deve se acabar por aqui. Espera-se que outros trabalhos possam ser possibilitados a partir deste, que consigam não só compreender as questões que não foram suficientemente elaboradas, mas também encontrar outras possibilidades de pesquisa.

Além disso, esta questão também é ideológica no sentido de que o Distrito Industrial, além de possibilitar o desenvolvimento industrial, poderia também contribuir para a redução do desemprego na cidade. Nesse caso, quanto maior a ocupação da população, menor seria a possibilidade de se ter organizações que pudessem questionar a ordem estabelecida, tendo em vista que, no período em que o Distrito Industrial estava sendo concebido, o País passava por uma Ditadura.

Também é interessante a ideia de criação de um distrito e não de uma área industrial. Esta opção abriu possibilidades para a existência de um projeto desenvolvimentista para Santa Maria, levando em consideração que este termo não abrange apenas a industrialização, mas também toda uma organização social que visa ao desenvolvimento econômico. Esta possibilidade se torna mais explícita a partir do momento em que partia dos municípios a iniciativa de se criar distritos ou áreas industriais. Mesmo que o Estado fornecesse apoio, tinha que partir dos municípios a iniciativa de criar determinadas áreas, com exceção do Porto de Rio Grande e do Polo Petroquímico, que eram considerados como prioridades.

Porém, mesmo existindo uma iniciativa, um projeto desenvolvimentista, por que o Distrito Industrial não produziu os resultados esperados? A falta de uma ação política efetiva, principalmente por parte do município, o prevalecimento de interesses particulares em sobreposição aos coletivos e todo o cenário político acima descrito podem ser algumas das respostas mais adequadas para esta questão, mas com certeza estas não devem ser as únicas.

Atualmente, uma retomada da política relacionada à indústria em Santa Maria parece ter sido efetuada. Esta, apesar de limitada, principalmente do ponto de vista de alguns empresários que possuem suas indústrias instaladas no Distrito Industrial, tem produzido resultados interessantes. Um destes seria a própria criação do Tecnoparque.

Além do que foi apontado, cabe destacar que o estudo do Distrito Industrial de Santa Maria se coloca dentro do que se considera “mundos do trabalho”, ao passo que busca a

compreensão de como se configurou a criação de um espaço de trabalho. Mesmo que esta pesquisa não tenha abordado de modo específico temas como, relações de trabalho e aspectos políticos da formação de classe trabalhadora, temas mais usuais entre os pesquisadores inseridos dentro deste núcleo que pensam e debatem sobre trabalho, isso não retira sua participação neste grupo. Pelo contrário, pode servir como exemplo de que outras temáticas podem e devem ser incorporadas a esta linha de pesquisa.

Por fim, é necessário destacar novamente que este trabalho foi apenas uma possibilidade de pesquisa fornecida pelo Distrito Industrial de Santa Maria. Ou seja, este objeto permite várias outras possibilidades que ainda precisam ser abordadas em trabalhos futuros. A decisão pelos limites temporais e estruturais desta pesquisa foi dada em função não só das fontes encontradas, mas também por causa da carência de estudos sobre o Distrito Industrial de Santa Maria. Soma-se a isso, a importância que este distrito apresenta, apesar do pouco interesse nele depositado.

Com o que foi apresentado, também se pode concluir algumas questões interessantes, principalmente relacionadas à ideia de vocação ou não de uma cidade para atrair determinados investimentos. Isso foi algo bastante mencionado entre os entrevistados e que nos abre uma possibilidade de pensarmos sobre a intencionalidade destas vocações. Ou seja, até que ponto não é vantagem para um determinado grupo defender e disseminar ideias relacionadas à vocação que uma cidade apresenta para determinado tipo de atividade econômica.

O fato é que a disseminação deste tipo de ideia atrapalhou e atrapalha o fortalecimento do Distrito Industrial de Santa Maria. Assim, muitas vezes acaba sendo uma “desculpa” para a falta de uma ação efetiva em prol da industrialização. Porém, contrariando a ideia de que Santa Maria é uma cidade que não possui indústrias, o Distrito Industrial, apesar de todas as dificuldades já relatadas, vem surgindo cada dia mais como uma negação de tal afirmativa, demonstrando que muitas vezes o discurso de vocação pode ser construído. Hoje, o Distrito Industrial é uma realidade para Santa Maria e não deve ser desconsiderado, pois o mesmo, além de apresentar resultados no que se refere a arrecadação municipal, também é um espaço que abriga centenas de trabalhadores.

Por fim cabe ressaltar que este trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Migrações e Trabalho, com financiamento da CAPES.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SANTA MARIA. **Santa Maria no contexto econômico e social do Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<<http://adesm.org.br/wp-content/uploads/2011/09/APRESENTA%C3%87%C3%83O-SANTA-MARIA-NO-CONTEXTO-ECON%C3%94MICO-E-SOCIAL-DO-RS.pdf>>.

Acessado em 26 de novembro de 2013.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. (org.). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Tomo 01. Porto Alegre: FEE, 1990.

ANNUNCIATO, Ângela. Uma voz, um fato, duas versões: lembranças que se escolhem. **Oralidades**. São Paulo, v. 2, p. 143-151, 2007.

ANTICO, Claudia. Por que migrar? In: PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980 – 1993**. São Paulo: UNICAMP, 1997.

BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. **Anos 90**. Porto Alegre, RS, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos: História da economia do município**. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. Urbanização e ocupações na formação da periferia de Santa Maria na segunda metade do século XX. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: [s. n.], 2012.

BOTELHO, Marisa dos Reis A. Distritos industriais e política industrial: notas sobre tendências recentes. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.19, n. 1, p. 103-124, 1998.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRYCE, Murray D. **Políticas e Métodos de Desenvolvimento Industrial**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1970.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, jan./jun. 2009.

DIRETRIZES do Estado Novo (1937-1945). Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia>. Acessado em: 20 de junho de 2013.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964 – 1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DOLHNIKOFF, Mirian; CAMPOS, Flávio de. **Manual do candidato**. História do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERREIRA, Jorge. O nome da coisa: o populismo na política brasileira. In. FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FICHEIRO RIO GRANDE DO SUL. **Município de Santa Maria**. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SantaMaria.svg. Acessado em 18 de outubro de 2013.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)**. 412 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. São Paulo, SP, v. 15, n. 2 (26), p. 225-256, jan./mar. 2004.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1 (89), jan./mar. 2003.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. **Modelo de simulação dos efeitos do desenvolvimento industrial na estrutura urbana**. Porto Alegre: FEE, 1979

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. ‘Clusters e distritos industriais: estudos de casos em países selecionados e implicações de política. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, DF, n. 21, p. 3-49, 2000.

GASPAROTTO, Alessandra. **“O terror renegado”**: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à Ditadura Civil-Militar no Brasil (1970-1975), 271f. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro; FERRERA, Marieta de Moraes. **Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro**: novas perspectivas de análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1988.

GRUNEWALDT, Silvana. Santa Maria e a modernização da paisagem urbana no fim do Século XIX e início do século XX. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: [s. n.], 2010, p. 335-350.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.69-92.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 93-115.

KELLER, Paulo Fernandes. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura. **Revista Economia & Gestão**. Minas Gerais, MG, v. 8, n. 16, p. 30-47, 2008.

KON, Anita. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1999.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LOBO, Eulália L. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios sobre teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MACHADO, Márcia Kaipers. A Atuação Histórica e Geopolítica das Forças Armadas em Santa Maria. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: [s. n.], 2012.

MARION, Odilo Pedro. **Empreender - ousadia ou loucura?** A Jornada de quem vislumbrou criar e administrar seu próprio negócio. Histórias de vida, empreendedorismo e desafios. Santa Maria: [s. n.], 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os historiadores e os operários: um balanço. In: MATTOS, Marcelo Badaró. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca**. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 3**. O tempo da experiência democrática. Da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 155-194.

NAPOLITANO, Marcos. **O Regime Militar Brasileiro 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NASCIMENTO, Adriana Souza do. Considerações sobre o processo de industrialização no Brasil: uma análise via Distrito Agroindustrial em Anápolis/GO. **Revista de Magistro de Filosofia**. Faculdade Católica de Anápolis, GO, v. 2, n. 7, p. 01-10, 2011.

NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, MG, v. 6, n 1, p. 38-47, jan./abril 1991. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewissue.php?id=16>>. Acesso em: 17 out. 2011.

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (orgs.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980 – 1993**. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria/RS (uma análise histórica sobre a CACISM)**. 1992. 98f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1992.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Amanda Simões (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985): História e memória**. Vol. 2. Repressão e resistência nos “anos de chumbo”. Porto Alegre: CORAG, 2009.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

POMMER, Roselene Moreira Gomes; LIMA, Bruna. O processo histórico de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria: a produção de uma identidade pedagógica. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). **Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes**. Santa Maria: [s. n.], 2012.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano 4. O Tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: análise dos discursos de Vargas e JK**. 2011. 230 f. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro. A luta ideológica na conjuntura do Golpe de 1964. **E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos**. Dossiê Dreifuss, n. 1, jun./dez. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/01.08.pdf>. Acessado em 31 de outubro de 2011.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5: a FIESP e o desenvolvimentismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (orgs.). **Nova História de Santa Maria:** outras contribuições recentes. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2012.

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

Documentos:

ANUÁRIO 2012. **Santa Maria.** Potencialidades. Grupo A Razão, 2012.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL . **ANAIS DA 126ª SESSÃO .** Setembro de 1977.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão Especial dos Distritos Industriais. **Rio Grande do Sul e os Distritos Industriais.** Porto Alegre, 1970.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anais da Conferência de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul:** problemas e perspectivas para a industrialização do RGS. Porto Alegre, 1969.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Processo nº 1746,** 1969.

ASSOCIAÇÃO DISTRITO VIVO. **Estatuto.** Disponível em:
<<http://www.districtovivo.org.br/>>. Acessado em 30 de outubro de 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Mensagem a Assembleia Legislativa** – Administração Engº Euclides Triches, exercício 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Escritório da Cidade Diretoria e Planejamento. **Indicadores socioeconômicos e ambientais de Santa Maria/RS:** Análise demográfica do Município. Santa Maria, 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Estudo de Viabilidade e Anteprojeto do Distrito Industrial de Santa Maria.** URPLAM, 1971.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Plano Diretor de Santa Maria.** 1969.

RIO GRANDE DO SUL. **Santa Maria** – Infográficos: dados gerais do município. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431690>. Acessado em 21 de outubro de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Política de industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1975.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. CEPEDI. **Distritos e áreas industriais: prioridade de atendimento às solicitações municipais**. Porto Alegre, 1977.

Jornais:

ESTADO e município juntos para a industrialização de S. Maria. *A Razão*, 7 de abril de 1977, p. 16. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

O OBJETIVO do empresariado. *A Razão*, 28 de outubro de 1971, p. 4. AHMSM.

O DISTRITO Industrial terá que sair e com toda urgência. *A Razão*, 29 de maio de 1969, p. 06. AHMSM.

PREFEITO desapropria a área do nosso Distrito Industrial. *A Razão*, 05 de junho de 1971, p. 16. AHMSM.

SEASM - INDUSTRIALIZAÇÃO de Santa Maria em pauta: SEASM. *A Razão*, 17 de abril de 1971, p. 16. AHMSM.

SECRETÁRIO de Estado virá a Santa Maria: industrialização. *A Razão*, 08 de abril de 1971, p. 1. AHMSM.

UMA realidade. *A Razão*, 02 de julho de 1974, p. 01. AHMSM.

Entrevistas Orais:

CECHIN, Sérgio Roberto. **Sérgio Roberto Cechin**: depoimento [nov. 2013]. Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 29,31 min. Entrevista concedida a autora.

COELHO, Luiz Mário: **Luiz Mário Alejarra Coelho**: depoimento [out. 2013].
Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 30,95 min. Entrevista concedida a autora.

MARION, Odilo Pedro. **Odilo Pedro Marion**: depoimento [jun. 2012]. Entrevistadora:
Bruna Lima. Santa Maria, 2012. 92 min. Entrevista concedida a autora.

ROBINSON, Carlos Alberto. **Carlos Alberto Robinson**: depoimento [nov. 2013].
Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 68,85 min. Entrevista concedida a autora.

SCHIRMER, Cezar Augusto. **Cezar Augusto Schirmer**: depoimento [nov. 2013].
Entrevistadora: Bruna Lima. Santa Maria, 2013. 33,51 min. Entrevista concedida a autora.

VEIGA, Leonardo K. **Leonardo K. Veiga**: depoimento [out. 2013]. Entrevistadora: Bruna
Lima. Santa Maria, 2013. 71 min. Entrevista concedida a autora.